



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
ÁREA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Tiago Roberto Tenroller Manggini

**A relação entre Trabalho e Educação no MST:
A experiência educativa do assentamento Eldorado dos Carajás Unai/MG**

**Brasília
Abril de 2012**

Tiago Roberto Tenroller Manggini

**A relação entre Trabalho e Educação no MST:
A experiência educativa do assentamento Eldorado dos Carajás Unai/MG**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação Ambiental e Educação do Campo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laís Maria Borges Mourão de Sá

**Brasília
Abril de 2012**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 1009921.

M277r Manggini, Tiago Roberto Tenroller.
A relação entre trabalho e educação no MST : a experiência
educativa do assentamento Eldorado dos Carajás Unaí/MG
/ Tiago Roberto Tenroller Manggini. -- 2012.
178 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, 2012.

Inclui bibliografia.

Orientação: Laís Maria Borges Mourão de Sá.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
2. Educação do campo. 3. Trabalho. 4. Reforma agrária.
5. Movimentos sociais. I. Sá, Laís Maria Mourão de. II
. Título.

CDU 37.018.523(81)

Tiago Roberto Tenroller Manggini

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
ÁREA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO

**A relação entre Trabalho e Educação no MST:
A experiência educativa do assentamento Eldorado dos Carajás Unai/MG**

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Laís Maria Borges Mourão de Sá– Orientadora
Faculdade de Planaltina/FUP/UnB

Prof. Dr. Luis Antônio Pasquetti – Titular
Faculdade UnB Planaltina/FUP/UnB

Prof. Dr Newton Narciso Gomes Júnior – Titular
Faculdade de Serviço Social/UnB

Prof. Dr. Sérgio Sauer – Suplente
Faculdade Unde Planaltina/FUP/UnB

**Brasília
Abril de 2012**

AGRADECIMENTOS

Aos companheiros e companheiras do Assentamento Eldorado dos Carajás que contribuíram para a realização desta pesquisa direta e indiretamente, pois eles são a materialidade desta luta, obrigado pelas boas prosas e hospitalidade. Agradeço ainda ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pelo apoio e incentivo à formação que dá a toda sua militância.

Agradeço de forma especial à Professora Lais, que soube com respeito e paciência contribuir na superação das dificuldades enfrentadas durante esta pesquisa. Aos Professores, Luiz Antonio Pasquetti, Newton Narciso Gomes Júnior, Rafael Litvin Villas Bôas, Sérgio Sauer que contribuíram desde a participação na qualificação e pela participação na banca desta dissertação, estendo ainda à todos Professores Funcionários do Programa de Pós Graduação em Educação da UnB.

Agradeço ainda aos companheiros que acompanharam e incentivaram esta “breve” jornada de estudos contribuindo cada um à sua maneira com este trabalho, especialmente a Rosana e ao Carlão (meus pais), aos camaradas Marco e a Juliana, Luiz Henrique, Maria Mello, Vanderlúcia e Rascunho, Nei e Heloisa, Adriana, Goiaba, Cristina, Edgar, Batista e Camila, ao Maurício e a Tati, e todos demais, MUITO OBRIGADO!

À minha companheira amada Paola pelo seu apoio e carinho nestes anos em que partilhamos nossas vidas especialmente neste último período de dedicação ao estudo, e à Olivia nossa florzinha, síntese do amor e do companheirismo, recém vinda ao mundo para nos alegrar com o brilho dos seus olhos curiosos e reforçar a nossa esperança com sua energia.

RESUMO

Este estudo teve como propósito investigar a relação entre trabalho e a educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tendo como universo da pesquisa o Assentamento Eldorado dos Carajás em Unaí/MG. A partir de uma visão ampla de educação enquanto processo de formação humana observamos em que medida a luta pela terra e a organização coletiva do assentamento contribui para a construção de outras formas de sociabilidade que apontem para a superação do capitalismo mesmo que dentro de suas margens. A teoria do conhecimento que delineou o trabalho foi o materialismo histórico dialético através de algumas de suas principais categorias de análise apontadas por Cheptulin (1982). A pesquisa se deu por meio de observação, questionários, entrevistas, análise documental. Os resultados nos ajudaram a evidenciar contradições que atravessam o processo em questão, da mesma forma que proporcionaram a constatação das possibilidades de superação da lógica capitalista de alienação do trabalho.

Palavras – chave: Trabalho, Educação do Campo, Emancipação Humana, Questão Agrária, Campesinato, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT

The purpose of this study is to investigate the relation between work and education in the Landless Rural Workers' Movement. And the universe of the research the Eldorado dos Carajás Settlement in Unai/MG. From a broad viewpoint of education as a process of human political training we observe how much the struggle for the land and the collective organization of the settlement contribute to build other forms of sociability that points towards the end of the capitalism even along its margins. The theory of knowledge that draw the work was dialectic historic materialism through some of its main categories of analysis mentioned by Cheptulin. The research was carried out through observation, questionnaires, interviews, and document analysis. The result helped us to highlight the contradictions that crosses the process in question. It also helped us to testify the possibilities of overcoming the capitalist logic of work alienation

Key words: work, rural education, human emancipation, agrarian question, peasantry, landless Rural Workers' Movement

Lista de Siglas

- ASSERA – Associação dos Servidores da Reforma Agrária do Brasil.
- CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
- CNASI – Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA
- CPDA – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- EdoC – Educação do Campo
- EMATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
- FONEC – Fórum Nacional de Educação do Campo
- GTRA – Grupo de Trabalho da Reforma Agrária
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MSC – Movimento Social Camponês
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NEAGRI – Núcleo de Estudos Agrários
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PA – Projeto de Assentamento
- PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário
- PQA – Paradigma da Questão Agrária
- RIDE – Região Integrada do Distrito Federal e Entorno

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

Tabelas, Gráficos, imagens e Mapas

TABELAS

Tabela 1.1 Exportações Brasileiras 2004 – 2010	26
Tabela 1.2 : situação de domicílio por local de residência – Brasil 1900/2005 em%	31
Tabela 1.3 estrutura agrária Brasileira	31
Tabela 2.1 – Número de estabelecimentos agrícolas e área ocupada Unaí/IBGE 2011	78
Tabela 2.2 – Produto Interno Bruto de Unaí a preços correntes– IBGE 2011	80
Tabela 2.3 – Projetos de Reforma Agrária Criados até 2011, Unaí (MG).	81

GRÁFICOS

Gráfico 1.1 – número de áreas obtidas para reforma agrária – Brasil – 1985/2010	46
Gráfico 1.2 – número de famílias assentadas em áreas obtidas para reforma agrária 1985/2010	46
Gráfico 2.1 – Índice de crescimento dos assentamentos na abrangência da SR 28	70
Gráfico 2.2 – Índice comparativo do crescimento dos assentamentos na região de abrangência da SR 28	70
Gráfico 2.3 – Número de assentamentos por Estado – SR 28, DF e Entorno	71
Gráfico 2.4 – Número de famílias assentadas por estado – SR 28, DF e Entorno	71
Gráfico 2.5 – Área (Hectares) dos assentamentos por estado – SR 28 DF e Entorno	71
Gráfico 2.6 – População assentada por gênero	91
Gráfico2.7 – População assentada por faixa etária – masculino	91
Gráfico2.8 – População assentada por faixa etária/sexo – feminino	92
Gráfico 2.9 - Atividade desempenhada pelos filhos	93
Gráfico 2.10 – Grau de escolaridade da população assentada – total	94

Gráfico 2.11 - Grau de escolaridade da população assentada por sexo (masculino)	95
Gráfico 2.12 Grau de escolaridade da população assentada por sexo (feminino)	95
Gráfico 2.13 - Religiosidade dos assentados	96
Gráfico 2.14 – Acesso à água das famílias	97
Gráfico 2.15 – Renda da unidade familiar camponesa	98
Gráfico 2.16 – Sistema de produção adotado pelas famílias	99
Gráfico 2.17 – Tipo de adubação utilizada	99

MAPAS

Mapa 2.1 – Divisão Político-administrativa da RIDE	75
Mapa 2.2 - Localização do Assentamento Eldorado dos Carajás em Unai/MG	87
Mapa 2.3– limites geográficos do PA Eldorado dos Carajás	86

IMAGENS

Imagem 3.1 Os dois campos a agri-CULTURA e o agro-NEGÓCIO	107
Imagem 3.2 Entrada do Assentamento Eldorado dos Carajás	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A QUESTÃO AGRÁRIA A EDUCAÇÃO E O MST	25
1.1 A questão agrária brasileira a partir da luta pela terra e o modelo de produção no campo	25
1.2 Movimento Social Camponês	33
1.3 Histórico, limites e desafios do MST na atualidade	38
1.4 A concepção de reforma agrária do MST	44
1.5 A concepção de Educação do MST	48
1.5.1 A luta pela terra é também pela educação	51
1.5.2 Princípios Pedagógicos e Filosóficos da Educação no MST	53
1.5.3 A Pedagogia do MST – O Movimento como sujeito pedagógico coletivo	56
1.5.4 O MST e a Educação do Campo	58
2 A REGIÃO DO DF E ENTORNO –, Reforma Agrária e Agronegócio	63
2.1 A formação do MST DF e Entorno	63
2.2 A reforma agrária incompleta	69
2.3 O Município de Unai e o modelo de Agronegócio Dependente	74
2.3.1 A reforma agrária em Unai	81
2.4 Histórico e contextualização do Assentamento Eldorado dos Carajás	84
3 O CAMPESINATO NA EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS	104
3.1 A resistência do campesinato no assentamento Eldorado dos Carajás frente a hegemonia do agronegócio dependente	104
3.2 A luta pela terra e o território do Assentamento: espaço da reinvenção do Campesinato	110

3.3 A propriedade camponesa no centro do debate ou a sociedade individualista? Desafios dos camponeses Sem Terra	120
3.4 A experiência dos camponeses no assentamento Eldorado dos Carajás: possibilidades e contradições do processo	127
4 TRABALHO ALIENAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA E A SUA INTERRELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO	133
4.1 O trabalho como principal forma de existência Humana	133
4.2 Alienação	136
4.3 Emancipação Humana	139
4.4 A Educação do Campo como possibilidade emancipatória do campesinato	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
BIBLIOGRAFIA	151
ANEXOS	160
ANEXO I Formulário para levantamento de dados básicos primários no Assentamento Eldorado dos Carajás Unai	160
ANEXO II Relação de assentamentos criados na região do DF e Entorno – até julho de 2011	163
ANEXO III Roteiro utilizado para entrevista Semi- Estruturada	177

Ode ao burguês – Mário de Andrade

Eu insulto o burguês! O burguês-níquel,
o burguês-burguês!
A digestão bem-feita de São Paulo!
O homem-curva! o homem-nádegas!
O homem que sendo francês, brasileiro, italiano,
é sempre um cauteloso pouco-a-pouco!

Eu insulto as aristocracias cautelosas!
Os barões lampiões! os condes Joões! os duques zurros!
que vivem dentro de muros sem pulos;
e gemem sangues de alguns mil-réis fracos
para dizerem que as filhas da senhora falam o francês
e tocam os "Printemps" com as unhas!

Eu insulto o burguês-funesto!
O indigesto feijão com toucinho, dono das tradições!
Fora os que algarismam os amanhãs!
Olha a vida dos nossos setembros!
Fará Sol? Choverá? Arlequinal!
Mas à chuva dos rosais
o êxtase fará sempre Sol!

Morte à gordura!
Morte às adiposidades cerebrais!
Morte ao burguês-mensal!
ao burguês-cinema! ao burguês-tílburi!

Padaria Suíça! Morte viva ao Adriano!
"–Ai, filha, que te darei pelos teus anos?
–Um colar... –Conto e quinhentos!!!
Mas nós morremos de fome!"

Come! Come-te a ti mesmo, oh gelatina pasma!
Oh! *purée* de batatas morais!
Oh! cabelos nas ventas! oh! carecas!
Ódio aos temperamentos regulares!
Ódio aos relógios musculares! Morte à infâmia!
Ódio à soma! Ódio aos secos e molhados!
Ódio aos sem desfalecimentos nem arrependimentos,
sempiternamente as mesmices convencionais!
De mãos nas costas! Marco eu o compasso! Eia!
Dois a dois! Primeira posição! Marcha!
Todos para a Central do meu rancor inebriante
Ódio e insulto! Ódio e raiva! Ódio e mais ódio!
Morte ao burguês de gíolhos,
cheirando religião e que não crê em Deus!
Ódio vermelho! Ódio fecundo! Ódio cíclico!
Ódio fundamento, sem perdão!

Fora! Fu! Fora o bom burguês!...

INTRODUÇÃO

“A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real.” (MARX, 1996:140)

Este estudo partiu de nossa inquietude frente ao contexto histórico-social vivido, marcado pelo acirramento das contradições estruturais do sistema capitalista que incidem diretamente sobre a vida das pessoas. Seja nas periferias das maiores metrópoles quanto nas comunidades camponesas mais isoladas, aumentando as desigualdades sociais, a destruição do meio ambiente e fundamentalmente pela reificação dos trabalhadores e trabalhadoras, negando assim a realização ontológica dos sujeitos.

Os movimentos sociais do campo constituíram-se nas últimas décadas no Brasil em importantes atores na luta para a conquista de direitos historicamente negados à classe trabalhadora, e têm demonstrado sua capacidade de organização de milhares de pessoas em busca de dignidade. Assim consideramos que a organização desenvolvida pelo MST e suas práticas na busca de outra organização do trabalho representam uma tentativa de resposta coletiva ao metabolismo incontrolável do capital (MÉSZÁROS, 2009. PINASSI, 2005). Portanto, é fundamental o estudo de tais práticas e a interpretação de suas rupturas e continuidades frente à fase histórica do capitalismo.

Quando discutimos temáticas relacionadas à educação, o parâmetro principal que temos é a escola, e de fato esta é um espaço privilegiado para a construção do conhecimento. Contudo, consideramos que os processos educativos e formativos do sujeito estão muito além da escola, pois os processos de formação do ser humano devem ser explorados e analisados a partir de suas dimensões essenciais, merecendo enfoque especial neste projeto a questão da centralidade do trabalho na formação humana. Arroyo explicita muito bem esta concepção quando conclui que o fenômeno educativo “acontece em outros espaços e tempos sociais, em outras instituições, nas fábricas, nas igrejas e terreiros, nas famílias e empresas,

na rua e nos tempos de lazer, de celebração e comemoração, no trabalho” (ARROYO,1998:147).

O pensamento de Arroyo encontra ressonância em diversos autores que tratam da concepção de Educação do Campo, esta calcada fundamentalmente no protagonismo dos Movimentos Sociais e na questão do trabalho no campo, “que traz colada a dimensão da cultura, vinculada às relações sociais e aos processos produtivos de existência social no campo” (CALDART, 2008:77). Essas afirmações reforçam a importância da temática posta em questão, porque estão colocadas dentro de uma perspectiva mais alargada de educação e fazem parte da origem da formulação do conceito de Educação do Campo.

Dessa maneira, para reafirmar a categoria trabalho como central no processo de formação humana é essencial compreendermos a raiz dos processos formativos. Segundo Frigotto (1998), o trabalho é princípio ético-político, que na dinâmica dos Movimentos Sociais pode ser entendido na luta pela terra, vinculado à defesa da cidadania, da soberania, de valores humanistas, da participação popular, da ecologia, da educação, da saúde, de relações igualitárias de gênero, articulando-os na luta por uma sociedade nova.

Desse modo, a visão do trabalho como mediação fundamental no processo de produção da existência e da realização humana adquire para nós um sentido de onilateralidade, de “um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (MANACORDA 2007:87), sendo assim, é essencial para a discussão da educação, pois o homem não nasce pronto, ele:

forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita a aprender a ser homem, precisa aprender a produzir a sua própria existência Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007:154)

O eixo central desta investigação baseou-se nesse processo educativo construído na luta e na coletividade construída no MST. Através do qual procuramos

analisar a relação entre o trabalho a coletividade e a formação humana na experiência dos camponeses assentados, procurando observar os limites e as possibilidades deste processo. O local da pesquisa foi o assentamento Eldorado dos Carajás, localizado no município de Unaí/MG, onde vivem 36 famílias assentadas.

Nosso primeiro contato direto com o assentamento ocorreu em março de 2009 por ocasião de um ciclo de debates sobre o dia internacional da mulher que o Setor de Gênero do MST estava realizando nos assentamentos da região. Sabendo da realidade do município e do assentamento foi que, em 2009, fiquei instigado a investigar o processo que estava sendo desenvolvido naquele território, pois muitos eram os relatos de que ali se gestava uma proposta consistente que apontava para a construção de novas relações entre homens e natureza.

Outro fato relevante na escolha do local foi justamente a presença de diversos territórios conquistados através da luta pela terra em uma das principais regiões do agronegócio do estado de Minas Gerais. O caso do assentamento Eldorado e a presença dos assentamentos como contraponto ao modelo de produção dominante adotado como única alternativa para o campo brasileiro desde meados dos anos 60, conforme analisamos nesta pesquisa. Freitas (2007) nos alerta que “a escolha do caso é fundamental, pois deve conter as contradições do problema de pesquisa que são de interesse do pesquisador, bem como manifestá-las em seu estado mais avançado” (FREITAS, 2007:53).

São inúmeros os estudos sobre a temática do trabalho e da educação no MST. Observamos basicamente duas formas de experiências analisadas: uma que privilegia a questão do trabalho como um princípio educativo, focando o olhar em experiências escolares desenvolvidas pelo MST, e outra que tem seu foco no trabalho das cooperativas de produção dos assentamentos.

Encontramos algumas pesquisas sobre Unaí e a questão agrária, como o estudo feito por Carneiro (2007) sobre a segurança alimentar no campo, em que compara as condições alimentares e de saúde das famílias acampadas e assentadas do MST com as de famílias de bóias-frias. Já o trabalho de Oliveira

(2008) aborda as percepções da elite do agronegócio em Unaí sobre a pobreza e as desigualdades sociais.

O restante da produção recorrente está relacionada a relatórios e artigos produzidos através de pesquisas feitas pelas universidades, dentre elas a UnB (NEAGRI, GTRA, CEAM) e órgãos públicos como a Embrapa, Incra, MDA e o MAPA. Dentre os principais que encontramos está a “Pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária” do “Projeto Unaí” (OLIVEIRA, XAVIER, ALMEIDA, SCOPEL, 2009) e ainda artigos como: “Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí/MG (SABOURIN). Produções essas que nos serviram de apoio para a realização desta pesquisa. Contudo observamos que não existem pesquisas que abordem diretamente as relações entre trabalho, educação e luta pela terra no contexto do MST naquele município.

Outro elemento importante na escolha deste tema e nas inquietudes que ele suscita é o envolvimento desde o início de minha juventude a partir das dificuldades que tive em me “enquadrar” na Escola convencional e nos seus limites, que nos levou à militância no Movimento Estudantil na defesa da Escola Pública de qualidade. E fundamentalmente nossa inserção no Coletivo Nacional de Educação do MST há aproximadamente oito anos.

Os aprendizados proporcionados nesta vivência foram e são enormes no fazer militante. É esse fazer cotidiano que nos traz a tarefa da busca pelo aprofundamento teórico, e da reflexão acerca da realidade para poder compreendê-la e contribuir na sua transformação.

Eleger um assentamento de reforma agrária e o trabalho como princípio educativo/formativo como objeto de estudo nos remete a uma questão essencial no processo de produção do conhecimento científico: o seu caráter político. Ao decidir estudar o tema não nos colocamos em momento algum em uma posição de neutralidade. Consideramos, sobretudo, que esta é uma decisão política que é sintetizada na militância e na formação intelectual.

Essa relação deve ser explícita, pois nenhuma produção científica pode ser considerada neutra. Contudo, é preciso saber mediar o militante e o pesquisador, para poder contribuir da melhor forma possível em ambos espaços da vida, os quais, apesar de não estarem separados, representam campos diferentes. Oxalá possamos um dia vivenciá-los conjuntamente, rompendo o dito “cientificismo” que afasta a educação e o processo de produção do conhecimento de onde ele nunca deveria ter sido furtado: a realidade.

Ao centrar nosso olhar sobre o trabalho e a coletividade no assentamento Eldorado dos Carajás, fomos acompanhados da percepção de que outras formas de relação dos homens entre si, e com a sociobiodiversidade são possíveis e palpáveis, conforme pudemos experimentar durante a pesquisa, mesmo que dentro das margens do capital. Tais experiências, a própria luta coletiva promovida por diversos movimentos sociais, representam a contradição do sistema capitalista e mostram que é possível (re)existir sob outra ótica.

Dadas tais considerações os objetivos que balizaram nossa pesquisa foram a compreensão da relação entre trabalho e a formação humana no MST, tal como vivenciada no assentamento Eldorado dos Carajás em Unaí/MG; Decorrem desse objetivo genérico outros dois específicos onde procuramos entender como acontece a relação entre trabalho e a formação humana no assentamento considerando a percepção dos assentados, e a busca do entendimento das contradições existentes no processo de recriação do campesinato a partir da conquista da terra.

Consideramos que no processo de produção do conhecimento, o caminho metodológico delineado pelo pesquisador é fundamental para a compreensão do objeto em seu interior, suas inter-relações e seu desenvolvimento, resultando na apreensão e análise da realidade. Assim nossa pesquisa ancorou-se no materialismo histórico-dialético, pois o entendemos antes de mais nada como uma concepção/forma de pensar e se colocar no mundo que parte da prática com vistas a retornar a ela, nos ajudando a identificar os rumos da ação humana desejada. Portanto, antes de um método – no sentido mais estrito – o materialismo histórico-dialético é a expressão de uma filosofia uma forma de ler e agir no mundo.

Como base teórico-metodológica nos apoiaremos em algumas das categorias gerais do materialismo histórico-dialético para a construção do conhecimento científico como: *conflito e contradição, totalidade, historicidade, superação* e a própria questão específica desta pesquisa, o *trabalho* que merecerá um enfoque especial. De acordo com Cheptulin (1982:3) as categorias e leis são graus do desenvolvimento do conhecimento e da prática sociais, são formas que expressam o pensamento e a ação humana ao longo da história e do desenvolvimento da ciência, ou seja as categorias são reflexos da vida da prática do mundo.

Abordando a questão do materialismo histórico-dialético, Viana (2007) sintetiza tal perspectiva da seguinte forma:

a) o objeto do método dialético é descobrir a lei do fenômeno; b) mais importante é a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, ou seja, a transição de uma forma para outra; c) isto ocorre independentemente da vontade, consciência e intenção dos homens, pois a consciência e intenção são determinadas pelo processo histórico de movimento da sociedade; d) estas “leis gerais da vida econômica” não são sempre as mesmas, pois cada período histórico possui as suas próprias leis, e a mudança de um período inicia um processo dirigido por novas leis; f) por fim, o método dialético busca esclarecer as leis específicas que regulam o nascimento, existência, desenvolvimento e morte de um organismo social e a sua substituição por outro. (VIANA, 2007:95)

Problematizando a questão, Freitas (2007:47) compara a utilização do materialismo histórico-dialético na pesquisa com a atividade do pintor, pois, assim como não há uma maneira definitiva para a criação de uma pintura, também não há um ponto certo de penetração nesta realidade, nem um ponto de chegada pré-definido, pois a “realidade é uma multiplicidade de relações em desenvolvimento com a qual o pesquisador tem que se confrontar e procurar compreender nas suas linhas mais centrais. Isso é o relevante”.

O objeto de pesquisa – a realidade e seu movimento – existe independentemente da vontade e da consciência do pesquisador, mas nem por isso a relação entre ambos é externa/alheia. Encontramo-nos mergulhados numa mesma realidade histórica e social, pela qual somos influenciados, consideramos portanto

que é a realidade concreta historicamente dada e o seu movimento que nos serviram de base para análise, segundo Marx :

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais e determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008:45)

Mais adiante, Marx conclui: “é preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 2008:46)”

Dessa forma, nosso ponto de partida é o concreto dado, porém esse é ponto de partida e também é o ponto de chegada, ou seja, a realidade, suas contradições e a possibilidade da transformação qualitativa; assim acontece a “mediação do processo de abstração. O concreto, que é o ponto de partida, é um concreto-dado, o qual, através do processo de abstração, vai se tornando um concreto-pensado, onde se descobrem suas múltiplas determinações” (VIANA, 2007:81-82).

Consideramos, portanto, que é justamente a partir da realidade que emerge a pesquisa – o exercício da dúvida. É exatamente sobre ela que debruçamos nossa análise, evidenciando e interpretando os contrários e seus conflitos, pois são a marca da realidade social, é deles que emergem as possibilidades de mudanças, bem como as continuidades dos processos analisados.

Ao elegermos o trabalho e a educação como categorias centrais de análise estamos privilegiando a análise de um processo particular – o caso do Assentamento Eldorado dos Carajás – sob a luz de categorias genéricas, concordamos, portanto, com a afirmação de Freitas que diz que “o conceito ou categoria demarca a entrada da análise pelo que é genérico de forma a permitir

enxergar melhor aquilo que é singular em um dado objeto investigado.” (FREITAS, 2007:51). Dessa forma, a partir da questão geral do trabalho, conforme concepção adotada na pesquisa, procuramos evidenciar e expor as particularidades do assentamento estudado para a compreensão da realidade, considerando as contradições implicadas no processo.

Para a discussão e problematização de nossos objetivos nos propusemos, durante a realização da pesquisa, a desenvolver um aprofundamento teórico (pesquisa bibliográfica e documental) e a realização da pesquisa de campo:

Nossa pesquisa bibliográfica e documental partiu da leitura e análise de obras sobre educação nos movimentos sociais e no MST, tendo como referência CALDART, MÉSZÁROS, GHON, FRIGOTTO e outros; reforma agrária, campesinato e agronegócio, onde utilizamos autores como FERNANDES, SHANIN e CARVALHO; e, ainda, trabalho formação e emancipação humana com base em MARX, TONET, IASI e MÉSZÁROS.

Utilizamos diversos outros autores e pesquisas relacionadas ao tema. Esta etapa do estudo contou ainda com a pesquisa de teses e dissertações do banco da CAPES que tem como foco a análise do processo educacional que acontece no MST. Além destes, procuramos ainda nos próprios documentos do MST elementos sobre a temática.

Nos valem ainda de informações importantes obtidas no INCRA e no sítio do IBGE, como o Cadastro Geral dos Assentamentos/SIPRA, mapas consultados, censo agropecuário, PNAD e outros dados estatísticos disponíveis nos sítios destes institutos, que foram fundamentais para o cruzamento de dados e realização de análises sobre a agricultura e a reforma agrária na região do DF e Entorno.

Já a pesquisa de campo contou com a aplicação de 27 questionários às famílias assentadas (cf anexo I) com o intuito de elaborar uma caracterização detalhada da população assentada. Duas entrevistas semi-estruturadas, sendo uma com uma representante da direção do MST que é assentada no Eldorado dos Carajás, que nos ajudou a resgatar o histórico da luta pela conquista do assentamento e algumas questões gerais, e outra com um assentado que nos

ajudou entender melhor a dinâmica interna e as dificuldades vivenciadas no cotidiano.

Esta fase da pesquisa compreendeu ainda três saídas de campo para o estabelecimento de diálogos livres com os assentados e dirigentes do Eldorado dos Carajás, observação de reuniões e do trabalho na área coletiva e em alguns lotes dos assentados, além da participação na comemoração do aniversário do assentamento em 2011 e no XVI Encontro Estadual do MST do DF e Entorno, ocorrido no mesmo ano. Estas oportunidades serviram para entender melhor algumas questões que percebemos no processo mais amplo da configuração e o atual estágio do MST na região.

O texto que segue esta dividido em quatro capítulos, sendo que no primeiro procuramos elaborar uma abordagem geral sobre alguns elementos essenciais relacionando a “Questão Agrária a Educação e o MST” através da problematização do movimento em questão suas contradições e desafios, a reforma agrária e a educação; sob esta última proposição por ela ter uma dimensão maior em nossa análise procuramos dividi-la em quatro tópicos seguido de um genérico sobre a concepção de educação do MST.

No segundo capítulo abordamos questões relacionadas a região do Distrito Federal e Entorno considerando os aspectos da questão agrária da região, do próprio MST e da ação do Estado na “não realização da reforma agrária”; procuramos ainda neste capítulo abordar elementos específicos da realidade do Município de Unai/MG e um breve contexto histórico do assentamento Eldorado.

Na sequência do texto procuramos relacionar o debate acadêmico acerca do campesinato com a realidade observada no assentamento Eldorado dos Carajás frente à hegemonia do agronegócio; Entendendo que no momento em que se dá a resistência camponesa ela carrega em si elementos contraditórios que procuramos explorar e problematizar neste capítulo.

O quarto capítulo é traz o debate acadêmico a respeito de questões como o trabalho e a emancipação humana, neste tópico buscamos relacionar o debate conceitual à realidade finalizando com a procura de uma inter-relação com a educação do campo.

Em nossas considerações finais elaboramos de forma sucinta algumas das lições aprendidas durante o desenvolvimento da pesquisa, questões que ficaram abertas, bem como os limites e potencialidades do processo analisado.

CAPITULO 1 A QUESTÃO AGRÁRIA A EDUCAÇÃO E O MST

1.1 A questão agrária brasileira a partir da luta pela terra e o modelo de produção no campo

Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento (Lula, discurso em Mineiros/GO em 20/03/07)

A questão agrária suscita um debate teórico, político e ideológico a respeito das transformações e das perspectivas através das quais se analisa o desenvolvimento e as transformações no campo. Dada a envergadura que os movimentos sociais de luta pela terra tomaram nos últimos anos, e a dimensão ampliada que estes recriam de reforma agrária, é recorrente na literatura mais recente encontrarmos um atrelamento entre a questão agrária e a questão agrícola.

Sem ter a pretensão de esgotar este debate, mas sim retomar a parte dele que privilegia a interpretação da questão agrária a partir dos conflitos gerados no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, procuraremos entender como se constitui a apropriação da terra no Brasil, o seu uso e as suas consequências. Compreendendo que o conflito agrário “são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem de forma simultânea” (FERNANDES, 2008:174), o autor elucida:

Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Igualmente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas commodities, nas teses, nos livros e nos relatórios. [...] A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. (FERNANDES, 2008:176)

A frase do ex-presidente no início deste capítulo nos remete a questões exemplares do desenvolvimento histórico do capitalismo no campo brasileiro. A instituição da propriedade privada delineada sob o modo de produção escravista, baseado no monocultivo extensivo da cana-de-açúcar, remontam ao período colonial; porém, como vemos, parece mais atual do que nunca. Não somente pelo fato de a cana ter voltado a ser um grande produto de exportação, uma *commodity* agrícola, mas fundamentalmente pelas marcas que perduram e pelo que representam as exportações dos produtos agrícolas na balança comercial brasileira e no reordenamento do capital internacional.

Tamanha é a questão que o então presidente chama os usineiros (que poderiam ser caracterizados como modernos senhores de escravos¹) de “heróis”. Por acaso são os donos das usinas (às custas do financiamento estatal), os empresários, negociantes do capital, que cortam as 12 toneladas de cana todos os dias? Quem seriam os verdadeiros heróis neste caso, o boia-fria ou quem explora e usurpa seu trabalho? Essas são faces e as contradições da questão agrária em nosso país.

Conforme a tabela 2.1 as sete principais *commodities* representaram 50,8% das exportações brasileiras no ano de 2010. Com a exceção do minério de ferro e do petróleo, os demais são produtos agrícolas, demonstrando que a “vocação” brasileira é exportar produtos primários não industrializados a baixíssimos preços, papel relegado à nossa economia desde a colônia. Tanto é que em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) toda* a cadeia do agronegócio representa uma fatia de 25%.

Tabela 1.1 Exportações Brasileiras 2004 - 2010

Peso percentual nas exportações	2004 (%)	2010 (%)	Valores – U\$\$ Bilhões 2010
1 - Minério de Ferro	4,9	14	28,5 bilhões
2 - Complexo da soja	10,4	8,5	17,1 bilhões
3 - Petróleo Bruto	2,6	8	16 bilhões
4 – Açúcar	2,7	6	12 bilhões

¹De 1995 a 2010 o MTE libertou mais de 39 mil trabalhadores em situação de trabalho análogo a de escravo. Atualmente figuram na lista suja do trabalho escravo 2.165 casos encontrados somente em empresas do ramo sucroalcooleiro, conforme os relatórios do Ministério.

*Incluem-se ainda produtos como a laranja, o algodão, feijão, dentre outros, que compõem a cadeia do agronegócio.

5 - Complexo das Carnes (bovinos, suínos e aves)	6,4	6,6	13,7 bilhões
6 - Produtos Florestais-Celulose	-	4,6	9,3 bilhões
7 - Café	-	2,8	5,7 bilhões
Total	27,40%	50,8	102,3 bilhões

Fonte: Valor econômico, 13 de janeiro de 2011 (Sérgio Lamucci)

Além do crescimento (praticamente o dobro), evidenciamos que o valor significativo das exportações é centrado na enorme quantidade de *commodities* produzidas, graças aos vastos latifúndios existentes em nosso país, e a uma nova expansão da fronteira agrícola, onde produtos como a cana e a soja avançam sobre o cerrado, empurrando as grandes criações de gado para o Norte. Porém, esta forma de produção não agrega valor aos produtos, pois são exportados nas suas formas primárias, além de gerar apenas 25,6% dos empregos no campo (IBGE, 2006) nas condições já citadas. Outra questão preocupante é a dependência do preço internacional de tais produtos, dada a sua volatilidade, gerando também uma instabilidade econômica.

Essas questões atuais nos remetem à gênese da questão agrária e à constituição histórica de nosso país, fundamentalmente para entendermos como se dá o processo de apropriação da terra por alguns poucos latifundiários, impedindo que a maioria da população tenha o acesso livre à posse e o usufruto desse bem coletivo (uma vez que não fora produzido por ninguém) da natureza, criando assim conflitos e contradições, persistentes em nossa sociedade.

Durante os primeiros anos da invasão portuguesa, o que vimos foi a tentativa frustrada de exploração da colônia por meio das capitanias hereditárias, concomitantemente com outras formas, como as sesmarias. Até 1822 as terras pertenciam à Coroa Portuguesa e, posteriormente, ao Império. Com a proclamação da independência e os movimentos abolicionistas, era necessário tomar algumas medidas legais em relação à propriedade de terras no Brasil.

Uma das principais medidas legais tomadas foi a criação da Lei de Terras de nº 601 de 18 de setembro de 1850, promulgada pelo Imperador D. Pedro II. Ela dá fundamentação legal para a transição que ocorreria na economia brasileira no ápice do modo de produção escravista colonial, implantando legalmente a propriedade

privada da terra e impedindo que, com a abolição, os negros libertos, os índios e mestiços pobres pudessem se apossar das terras.

Estava colocada aí também a centralidade na propriedade, inicialmente do homem, deslocada então para a terra, “o cativo do homem chegara ao fim quarenta anos depois de ter começado o cerco à terra: o cativo da terra” (FERNANDES, 2000:28). Nas palavras do historiador Jacob Gorender:

o domínio da propriedade escrava deixou de ser o fundamental para o domínio econômico. O fundamental para o domínio econômico passou a ser o domínio da terra, a terra passou a ter um preço importante, dominar a terra passou a significar dominar a própria economia. (GORENDER, 1987:28)

Nesse processo em que a terra, um bem da natureza e de posse livre, transformara-se em uma mercadoria, para Stedile (2005a) a lei “foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2005:23).

Vê-se então que, no período colonial, o extermínio e a expulsão das populações originárias, a escravidão negra, o monocultivo (*plantation*) juntamente com o aparato legal que foi a Lei de Terras de 1850, formam as bases político-econômicas e sociais do país durante o período. Questões estas que, como vimos inicialmente, persistem no Brasil. Prado Jr. sintetiza muito bem o período colonial quando afirma que “todas as suas atividades giravam em torno deste fim precípua de fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais de alto valor mercantil” (PRADO Jr., 1987:103), aspecto este presente até hoje em nossa pujante economia, vide tabela 2.1.

Outro aspecto relevante, além do que já foi apontado, é a formação social do campo brasileiro neste processo. Pois outra consequência social da Lei de Terras de 1850 foi que manteve os pobres, negros, e parte dos imigrantes (e poderíamos considerar os indígenas) na condição de sem-terra, pois era impossível o acesso a quem não fosse livre ou tivesse condições para pagar à coroa.

A estimativa é de que os povos indígenas tiveram sua população reduzida em mais de 60 % entre o descobrimento e 1800. Nesse período registram-se ainda mais de 500 mil escravos no país. Já em 1872 havia, às vésperas da abolição 4,2 milhões de negros livres e 1,5 milhão de escravos num universo de 10 milhões de habitantes. Com o fim da escravidão em 1888, e impedida de utilizar a terra pela lei de 1850, a grande maioria dos negros migra para as cidades, gerando assim uma falta de mão de obra nas grandes fazendas de cana e café principalmente. Intensos foram os debates a respeito da substituição da mão de obra.

A solução encontrada pelas elites foi a colonização com a vinda massiva de imigrantes pobres trazidos da Europa. Estimam-se aproximadamente 2,5 milhões de pessoas entre 1886 e 1915. Parte desses imigrantes foi para determinadas regiões do país em um processo de colonização, onde a terra fora distribuída de forma mais equitativa, e a grande maioria concentrou-se na região sudeste na lavoura cafeeira, onde estabeleceram-se as formas de subsunção da mão de obra, hoje conhecidas como o colonato, o arrendamento e o assalariamento.

Além dos movimentos abolicionistas presentes no século XIX, a conflitualidade fruto das desigualdades constituídas no campo em torno das grandes propriedades será expressa nos primeiros movimentos de luta pela terra e por territórios como o caso de Canudos no Nordeste e a Guerra do Contestado no início do século XX, ambas no contexto da então nascente República, assim como as formas organizativas e demais movimentos que acontecerão em meados do século XX.

STEDILE (1994) afirma que a partir da década de 30 do século XX, com o processo de industrialização no país e o início da mecanização da agricultura, esperava-se que as relações de trabalho no campo fossem alteradas, e assim o camponês pudesse ter acesso livre à terra para o trabalho. Não foi o que ocorreu. Liberto pela máquina da necessidade de empregar um grande número de trabalhadores, o latifundiário não hesitou em expulsá-los de suas terras. Para os camponeses restaram duas alternativas: migrar para as grandes cidades ou ir para as áreas de fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. Conforme veremos na tabela 1.2, é na década de 70 que a população brasileira

deixa de ser predominantemente rural, mas este é um fenômeno que vem crescendo desde o início do século.

Desde meados do século XX, o campo brasileiro tem sido lugar de expansão do capital. Segundo STEDILE (1994), este vem se configurando através das ações dos grandes monopólios econômicos aliados ao Estado e aos representantes do latifúndio, introduzindo novas relações econômicas e sociais. O referido autor cita como evidências destes fatos as políticas agrícolas implementadas no campo, valorizando o capital sem resolver os problemas dos trabalhadores. Esse processo, mundialmente conhecido pela expressão da “Revolução Verde”, que se intensifica nos anos 70, teve em sua essência a industrialização da produção agrícola com a aplicação de pacotes tecnológicos com base na química, na genética e na mecânica.

O modelo econômico de desenvolvimento agropecuário implantado durante a ditadura militar, a modernização conservadora do campo, com base na monocultura e na grande propriedade, na utilização e dependência da indústria de agrotóxicos, fizeram aumentar as diferenças sociais no campo, assim como o êxodo rural. O referido modelo alterou profundamente as relações sociais de produção no campo, aumentando a concentração de terras, provocando o crescimento da dependência da indústria química, mecânica, e mais recentemente da genética, causando diminuição substancial da necessidade de trabalho vivo.

Acerca deste processo, Stedile e Fernandes ainda afirmam:

A mecanização da lavoura e a introdução, digamos de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais naquela década (STEDILE e FERNANDES, 1999:15)

A tabela 2.2 demonstra claramente esse processo de urbanização e expulsão dos camponeses descrito anteriormente. Nele podemos observar que, passados 50

anos, a população rural² diminuiu bruscamente, representando hoje apenas 17 % da população.

Tabela 1.2 : situação de domicílio por local de residência – Brasil 1900/2005 em%

Ano	Urbana	Rural
1900	9,2	90,8
1920	9,9	90,1
1940	31,3	68,7
1950	36,2	63,8
1960	45,7	55,3
1970	55,9	44,1
1980	67,6	32,4
1990	75,7	24,3
2000	81,3	18,7
2005	82,9	17,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico. Pnad (DIEESE 2008)

Fruto deste processo brevemente descrito acima e acompanhado do esvaziamento do campo, um campo sem vida, vemos hoje que a má distribuição das terras no país não mudou muito. Tendo como base o quadro abaixo, vemos que de um lado as pequenas propriedades de até 10 hectares representam 47,8% das propriedades, ocupando apenas 2,36% do território, ao passo que as propriedades com mais de 1000 hectares representam 0,91% das propriedades, ocupando porém 34,42% do território agricultável brasileiro. Tamanha é tal desigualdade que o índice GINI³ “oscilou” de 1985 a 2006 entre 0,857 e 0,854 respectivamente.

Tabela 1.3 estrutura agrária brasileira

Grupos de área Total (ha)	Nº de Estabelecimentos	%	Área Ocupada (ha)	%	Área média (ha)
< de 10	2477071	47,86	7.798.607	2,36	3,15
10 – 100	1.971.577	38,09	62.893.091	19,06	31,9
100 – 1000	424.906	8,21	112.696.478	34,16	265,23
> de 1000	46.911	0,91	146.553.218	44,42	3124,07
TOTAL	5.175.489	100	329.941.393	100	

² Deve se considerar a extensa contribuição no debate entre o que é “rural e urbano”, e as diferentes metodologias de abordagem o Professor José Eli da Veiga apresenta ao debate, disponível em <http://www.zeeli.pro.br/>.

³ É um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente.

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006)

O quadro da estrutura agrária brasileira mostra a força dos latifúndios, ocupando as maiores áreas com o menor número de estabelecimentos. O próprio IBGE mostra que as grandes áreas têm produção predominantemente voltada para o mercado internacional, com base no monocultivo e estão atreladas ao capital financeiro, enquanto os pequenos agricultores estão mais voltados para a produção de alimentos dirigidos ao consumo interno.

Os grandes latifúndios significam o processo histórico da concentração de terras; o território ocupado pelo campesinato, por sua vez, é símbolo e fruto da resistência dessa população e, ainda que enfrente os maiores problemas de ordem econômica e social, pode ser exemplo de um campo de vida, de produção de alimentos, de cultura, de história.

Esses aspectos elencados marcam completamente o desenvolvimento da economia brasileira. Exploração excessiva do trabalho, latifúndio, monocultura, exportação de produtos agrícolas. Oliveira consegue explicar como tais elementos estão presentes ainda hoje em nossa economia. Para o autor, o chamado subdesenvolvimento brasileiro seria uma produção inerente ao capitalismo:

Esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. [...] a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia. (OLIVEIRA, 2006:32)

Entendemos, portanto, que esta lógica de desenvolvimento do capitalismo no campo, além de gerar concentração da terra, disparidade de renda, aumento da exploração do trabalho, pobreza e miséria, desenvolve o conflito, fundamentalmente porque as pessoas “são sujeitos históricos que resistem à exploração e à expropriação e querem compartilhar os resultados da produção de seu trabalho” (FERNANDES, 2008:198).

São estes sujeitos históricos, fruto das contradições do capital, o objeto dessa pesquisa, sujeitos que uma vez desumanizados tiveram que se organizar em um movimento social para lutar pela sua sobrevivência e de suas famílias, gerando nesse processo aprendizados, criando novos valores opostos aos da sociedade que os criou, fortalecendo o que Mészáros (2007) chama de *potencialidades positivas* da humanidade “como princípios orientadores e valores de sua própria atividade vital, em oposição aos *contravalores* do capital impostos de maneira determinista.” (MÉSZÁROS, 2007:320).

1.2 Movimento Social Camponês

Ao tratarmos a questão dos movimentos sociais, poder-se-ia abordar toda e qualquer forma de movimentação de grupos sociais que se articulam conforme interesses específicos e locais, grupos que aglutinam anseios mais amplos de transformação, conforme aponta Ghon (1995). No entanto, não é nosso intuito adentrar na seara do debate sociológico acerca dos movimentos sociais e de suas interpretações clássicas que privilegiam o viés da transformação social e da luta de classes, ou as contemporâneas, identificadas comumente como novos movimentos sociais que optam pelo viés do multiculturalismo, e de questões de gênero, ambientais, pacifistas etc.

Contudo, é fundamental que explicitemos nossa compreensão sobre esta questão. Neste sentido, a crítica elaborada por Vendramini (2000) à concepção ampliada do conceito, expressa nos novos movimentos sociais, nos servirá de referência no delineamento do movimento social camponês. Para a autora, tal corrente teórica

tem criado um vazio teórico, ao considerar qualquer manifestação coletiva um movimento social, ao desenvolverem pesquisas mais pessoais e mais locais e ao abandonarem categorias explicativas que analisam a totalidade do real, representando, assim um refluxo do social para o simbólico. (VENDRAMINI, 2000:61).

Caldart (2000), em seu estudo sobre a pedagogia do MST, delimita o *movimento sociocultural*. Em nosso estudo, especificamente, com a intenção de restringir o universo trabalhado aqui, iremos utilizar a expressão movimento social camponês – MSC – como definição, ou em alguns casos Camponês, para designar, de acordo com Mello (2006:56) “toda a forma de movimento social organizado e atuante no âmbito popular, junto à esfera do campo”. Assim, destacamos a Via Campesina/Brasil⁴, que agrega diversos movimentos camponeses – dentre eles, o próprio MST.

A definição de movimento social camponês de certa forma é aprofundada por Ribeiro (2009), que ao analisar as práticas educativas de alguns movimentos sociais do campo considera que, apesar da diversidade de sujeitos e formas de se organizar,

esses movimentos sociais populares têm em comum uma luta histórica pela terra de trabalho, pela democracia e por uma vida digna para todos, o que nos permite sintetizá-los na unidade “movimento camponês”. Considerados – tanto por teorias revolucionárias quanto conservadoras – ignorantes e com formas de organização da produção vistas como arcaicas, os agricultores familiares organizam-se em movimentos sociais populares segundo suas características e demandas, constituindo, como sujeito histórico, o movimento camponês⁵.” (RIBEIRO, 2009: 423-424 *grifo nosso*)

Independentemente da terminologia adotada, é necessário reafirmarmos alguns elementos centrais e peculiaridades que utilizaremos para expressar a definição de MSC adotada nesta pesquisa. Como partimos do conceito de trabalho sob o prisma da luta pela terra, como chave para a interpretação e análise mais

⁴Compõem a Via Campesina Brasil os seguintes movimentos: CPT – Comissão Pastoral da Terra; MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens; MMC – Movimento de Mulheres Camponesas; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; PJR – Pastoral da Juventude Rural. Atualmente participam como convidados: ABEEF – Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal, e FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras artesanais e Quilombolas.

⁵“Trata-se das organizações sindicais de trabalhadores rurais e dos movimentos organizados da Via Campesina” (RIBEIRO, 2009:600). As organizações sindicais as quais a autora se refere é a FETAG/RS (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul) mantenedora das CFRs e EFAs.

ampla em nosso estudo, este é também um elemento para a definição de MSC, ancorada nas definições dos autores supracitados.

Consideramos os MSC fruto das contradições do capitalismo, pois eles se articulam na luta pelo trabalho, contra a expropriação da terra, e pela existência humana – inscrita na luta de classes, e esta ocupando lugar central neste processo e que está diretamente relacionada ao conceito de campesinato abordado nesta pesquisa. É a partir deste elemento de contradição e de luta de classes, de uma sociedade desigual e excludente, que se forjam identidades coletivas, culturais, e não o seu oposto. “Não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. (MARX, 2008: 45)

A crítica encontrada em Vendramini (2000) considera que os movimentos sociais representam um avanço em relação às organizações partidárias que têm em seu horizonte pragmático a política puramente eleitoral, e faz alusão também aos movimentos sociais localizados, pois “representam uma forma de gerar participação popular. O problema é que, à medida que enfocam apenas problemas específicos – de moradores de um bairro, sem-teto, feministas, ecológicos – quando os problemas são globais, esses grupos visam a mudanças setoriais, sem alterar a ordem econômico-social” (VENDRAMINI, 2000:66). Obviamente que mesmo movimentos localizados conforme a autora cita constituem-se em importantes espaços de participação e de exercício da democracia. No entanto, colocam-se como cabais no processo de articulação dos movimentos sociais, e, na sua delimitação, justamente suas possibilidades de transcendência das relações sociais e de produção vigentes na sociedade.

Seguindo o raciocínio apontado pela autora, podemos considerar que quando os MSC que se articulam na Via Campesina/Brasil procuram mediar as suas pautas imediatas/cooperativas como a terra, crédito e renegociação de dívidas, inscritas ainda no âmbito da luta por direitos sociais, teriam um fim em si mesmas se não estivessem atreladas aos anseios de transformação da sociedade proposta por tais movimentos. Outro exemplo que se pode tomar a partir desta organização é que a sua proposta de articular outros movimentos que possuem pautas semelhantes, mas

não as mesmas, no Brasil e em outros países, pode configurar-se como um avanço para o alcance dos seus objetivos, bem como na sua ampliação.

Essa luta mais ampla à qual nos referimos é expressa na defesa da agricultura camponesa sustentável; da reforma agrária e de mudanças estruturais no campo; gênero e direitos humanos; biodiversidade, biossegurança e recursos genéticos e soberania alimentar. Ou ainda, mais especificamente, nas ações diretas que a Via Campesina trava contra as transnacionais, que extrapolam o rural, pois são determinadas pelo capital.

Analisando um período recente entre os anos 1990 e os anos 2000, Ghon (2007:35) destaca que aconteceu uma grande crise nos movimentos sociais populares urbanos “devido à redução de parte do poder de pressão direta que haviam conquistado nos anos 80”, e atribui como elemento principal a então recente conquista dos direitos constitucionais e o fim da ditadura militar. Da mesma forma, a “educação popular e o trabalho de base junto a grupos populares também passaram a receber críticas, como sendo algo também já superado”, pois o momento era outro e exigia outras formas de atuação.

Ainda segundo a autora, além dos movimentos sociais populares do campo que ganhavam força, surgem outros atores sociais, como as ONGs e o chamado Terceiro Setor, que assumiam o papel do Estado em diversas áreas. Atravessados por uma crise geral da sociedade no contexto do neoliberalismo, crise econômica, precarização e flexibilização do trabalho, os movimentos sociais populares perderam mais espaço, ou acabaram aglutinando-se nas próprias ONGs, desmobilizando e deslocando cada vez mais o foco de tais movimentos. Sintetizando a década, a autora conclui:

Criou-se uma nova gramática em que mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas e passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais. (GHON, 2007:37)

Ao mesmo tempo em que apontamos as questões de junção da pauta específica com uma pauta mais geral destacada por Vendramini (2000), como um elemento diferencial e de resistência, o que temos observado recentemente dentro dos MSC em momentos de dificuldade de articulação, quando o horizonte fica turvo, é que estes acabam fechando-se, encerrando-se em suas pautas reivindicatórias/sindicais, deixando de lado os questionamentos estruturais à sociedade (às metanarrativas), e dedicam-se a uma espécie de melhorismo social de sua base como forma de acumular forças.

O risco que se corre nesses momentos é justamente o apontado por Ghon em que “o militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais”. E o horizonte da luta pela transformação radical da sociedade passa essencialmente pela conquista de parques programas sociais. Essencialmente, a articulação desses programas ofertados pelo Estado é determinante quando muito deveriam ser consideradas ferramentas/formas de alcançar o objetivo maior.

Há de se ressaltar que esta relação entre o específico e o geral nas pautas e manifestações dos MSC não é simples, tanto menos tranquila, gera debates e divergências. Deve-se levar em consideração para um aprofundamento de tal análise o momento histórico que o país atravessa, e a reconfiguração que a esquerda brasileira como um todo ainda precisa atravessar.

Outro elemento para um aprofundamento desta análise que possa ser levantado como hipótese é justamente a forma do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e o atraso colossal no acesso às políticas públicas no meio rural⁶, que levam muitas vezes os MSC a centrar peso no acesso a tais direitos numa busca pelo “tempo perdido” e desprendendo uma energia organizativa que poderia ser utilizada para outros fins que a disputa pelas políticas públicas. Além da reconfiguração da dominação capitalista no campo e o reordenamento da classe patronal, que devem ser considerados em uma elaboração maior sobre a questão.

Há ainda um debate mais amplo sobre os desafios do movimento de massas, para além dos MSC, que encontramos em autores como Mészáros (2007) e em

⁶Um exemplo claro é o acesso a educação no campo, o índice de analfabetismo no meio rural é de 23%, ao passo que no meio urbano esta abaixo de 10%.

Frigotto (2006). A este respeito, o segundo autor adverte que “a questão permanente para a esquerda é a dura tarefa da travessia para uma sociedade que vá além do capital – o socialismo.[...] Neste âmbito não há ação humana pura ou imaculada (prerrogativa metafísica), mas risco de erro, avanços e recuos.” (FRIGOTTO, 2006: 35)

Mészáros, ao fazer uma análise dura da incontrolabilidade autodestrutiva do capital e analisando os desafios do movimento socialista em uma escala global, traz em sua obra um certo pessimismo em relação ao futuro da humanidade, porém afirma que “somente um movimento de massa genuinamente socialista será capaz de conter e derrotar as forças que hoje empurram a humanidade para o abismo da autodestruição” (2007: 121). Adiante, o autor conclui que o futuro da humanidade sob a atual lógica do capital é catastrófico e “lança uma nuvem escura sobre o futuro, caso os desafios históricos postos diante do movimento socialista não sejam enfrentados com sucesso enquanto ainda há tempo. Por isso, o século à nossa frente deverá ser o século do “socialismo ou barbárie” (2007:132)

Estas são questões elementares e que talvez nos remetam a uma outra pesquisa, e a uma reflexão profunda junto às próprias organizações. Mas é de suma importância situá-la no contexto desta pesquisa. Portanto, coloca-se como grande desafio para os MSC não somente a sua existência enquanto tal, mas sua permanente reinvenção para a superação dos desafios históricos apresentados por Mészáros de uma transformação radical da sociedade, que passa pela ampliação das experiências que apontam para as novas formas de produzir e reproduzir a vida humana, “reinventando a igualdade efetiva, a única forma social que permite produzir a diferença como qualidade e não meramente como sujeição ou hierarquia. Sem igualdade, não há diferença, apenas hierarquia”. (FONTES, 2007:11)

1.3 Histórico, limites e desafios do MST na atualidade

O MST se apresenta como fruto de um processo histórico de enfrentamento, luta e resistência do campesinato brasileiro. Suas raízes estão fincadas na história

desde a resistência dos povos originários, negros, e dos movimentos de luta pela terra como Canudos, Contestado, das Ligas Camponesas, o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra). Podemos dizer que, fundamentalmente, o MST surge com um objetivo principal que é o da luta pela terra, ou, em outros termos, pela Reforma Agrária, por mudanças gerais na sociedade.

Fundado em janeiro de 1984 em Cascavel no estado do Paraná, por ocasião de um encontro de trabalhadores sem-terra de vários estados do Brasil que se reuniram para discutir questões acerca da luta pela terra, o MST buscava dar unidade às diferentes ações de luta pela terra atomizadas por todo o país.

No período subsequente, além de se consolidar e expandir-se através das ocupações de terra, a organização busca o fortalecimento dos seus setores (produção, formação, saúde, educação, frente de massas), a autonomia política e financeira, no que Fernandes (2000) classificou como gênese e gestação do MST.

Desde esse período podemos perceber que o caráter do MST não se restringiu ao corporativismo – caso contrário teria se transformado em um sindicato, ou alguma organização do gênero – da luta pela terra e de elementos específicos que gravitam ao redor da temática. Observamos que com a vinculação da bandeira da reforma agrária a questões políticas e à luta de classes, identificando os latifundiários e o Estado como inimigos nessa disputa política, “o MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe” (STEDILE e FERNANDES, 1999: 35).

Em meados da década de 90, a luta pela terra e o MST adquiriram maiores proporções. Conforme estudos de CALDART, 2000 e FERNANDES, 2000, é nesta época que o Movimento ganha mais aceitação da população urbana e conquista um espaço maior no cenário político nacional. Outro fator decisivo foi o agravamento dos conflitos por terra, e a forte repressão com que seus trabalhadores foram tratados, resultando nos massacres de Corumbiara/RO em 1995⁷ e Eldorado dos Carajás/PA em 1996.

⁷O Massacre de Corumbiara ocorreu em agosto de 1995, por ocasião da ocupação da Fazenda Santa Elina por aproximadamente 600 sem terra. Na madrugada de 09 de agosto daquele ano 95 pistoleiros

Como forma de demonstrar sua indignação e força, o MST promove em 1997 a Marcha Nacional à Brasília, que partiu de três estados (SP, MG, e MT), cada grupo percorrendo mais de mil quilômetros, realizando debates e estudos em cada cidade por onde passava. Ao chegar à capital do país, mais de 100 mil pessoas estavam unidas ao protesto. “A adesão de importantes segmentos da sociedade à Marcha, representou a aceitação desta nova postura do MST na condução da luta pela Reforma Agrária. Além disso, foi uma demonstração de oposição ao modelo neoliberal em curso no país” (CALDART, 2000:97)

A partir do final da década de 90 até hoje, com a crise do capitalismo industrial, tem-se a hegemonia do capital financeiro como forma de reestruturação de acumulação do capital, imperando sobre todos os diferentes setores produtivos, incluindo o agrário. Caricaturando a questão, podemos dizer que o inimigo do MST não é mais o latifundiário de botas e chapéu em cima de um cavalo. O latifúndio hoje está intimamente ligado ao capital financeiro internacional, travestido de *agrobusiness*.

Sintetizando esses últimos dois períodos apontados uma dirigente do MST em entrevista à Revista Sem Terra conclui que:

Esse foi um momento em que o MST deixou de ser um movimento do campo e entrou para a sociedade brasileira, abrindo o debate da importância da Reforma Agrária com maior intensidade. Já na última década, eu destacaria esse enfrentamento direto e mais radicalizado com o capital. (TONIN, Revista Sem Terra nº 48 , jan/fev 2009)

O que podemos ressaltar em linhas gerais é que desde sua gênese o MST percebeu que a reforma agrária deve ser mais ampla. Suas principais formas de luta também continuam reafirmando a bandeira principal do Movimento, que é a reforma agrária através da ocupação de terras, porém, com elementos mais amplos para além da organização, expressos na luta contra as multinacionais, o agronegócio e,

armados, e 194 policiais, assassinaram 11 trabalhadores, incluindo uma criança de 6 anos, outras 350 pessoas sofreram torturas por mais de 24 horas seguidas. Para um aprofundamento sobre o conflito ver a Tese de Doutorado de MESQUITA, Helena A. “Conflito na Fazenda Santa Elina/O Massacre de Corumbiara: A farsa do processo judicial e do Juri Popular”.

os agrotóxicos e, pela produção de alimentos saudáveis e, soberania alimentar sintetizando - o combate ao capital financeiro e suas manifestações na sociedade.

Atualmente⁸, o MST está organizado em 23 estados e no Distrito Federal, tem aproximadamente 90 mil famílias acampadas e cerca de 90 mil famílias assentadas, que contam com mais de 100 cooperativas e mais de 1900 associações que buscam trabalhar de forma coletiva e agroecológica; desenvolve trabalhos importantes nas áreas de saúde, educação, cultura, produção ecológica. Apesar das dificuldades vividas, principalmente, nos embates com a classe dominante, a grande mídia, com o Estado burguês e com os setores conservadores da sociedade brasileira, vem conseguindo firmar-se no contexto nacional. Em 2011, completou 27 anos de existência com as bandeiras da reforma agrária, do socialismo, do cooperativismo, da educação crítica e emancipatória, transformando-se, assim, num movimento contra-hegemônico.

Cada vez mais, a atualidade da luta pela terra se torna uma manifestação da luta de classes, apesar do discurso hegemônico da tendência pós-moderna de um mundo sem classes sociais em oposição, decorrente do “perfeito” e “harmônico” desenvolvimento das forças produtivas. Como afirma Pinassi, “causa estranheza que contra essa ‘maravilha’ toda possa haver antagonista, e mais que antagonista, em alguns e não poucos casos, seja particularmente ameaçador justamente por cobrar o preço de sua contradição mais primitiva: *a expropriação do expropriador por meio de novas formas de ocupação de terra*” (PINASSI 2005 p 105).

Entretanto, verificam-se, na atualidade, alguns desafios e contradições que o Movimento enfrenta e necessita superar. Consideramos alguns deles inerentes à própria organização e que estão em constante movimento e, portanto, são elementos conjunturais que extrapolam a sua própria atuação, como crises econômicas e/ou períodos de maior estabilidade e equidade de renda – que levam à redução ou aumento do número de acampamentos.

Outra questão está no próprio caráter reivindicatório que muitas vezes limita a luta pelo direito a reforma agrária a seu sentido mais estrito, portanto, a luta imediata

⁸ Dados retirados de MST, 2010:15, 17, 25

das famílias pela terra como um fim em si mesmo. Ao mesmo tempo em que afronta as relações de poder e do capital, se coloca como um ideal de conquista da propriedade, causando um desacerto entre o anseio da sobrevivência imediata e o ideal transformador. “Há um descompasso entre o presente e o futuro e uma tensão entre o individual e o coletivo, numa sociedade que prima pelo individual” (VENDRAMINI p.6).

O limite da forma de organização do MST trouxe uma contradição que questiona o próprio objetivo do movimento, pois transformou um trabalhador excluído dos direitos mais básicos dos seres humanos, num pequeno produtor integrado ao processo de produção capitalista. Este ex-sem terra⁹, transformado em pequeno proprietário rural, quer melhorar de vida, produzir e vender sua produção, e adquirir bens e serviços só possíveis a quem tem dinheiro. Neste processo, ele passa a se preocupar consigo mesmo e se afasta do MST. (CRUZ:10)

De acordo com o documento “Os desafios da luta pela terra, reforma agrária popular e do MST” (MST, 2009), além dos elementos que destacamos, este movimento se propõe a enfrentar desafios internos da organização que no documento foram separados em quatro eixos: massificação; formação política; método de direção e organização.

Consideramos que o fortalecimento da organização interna e do método de direção coletivo passam pelo aumento dos níveis de democracia e participação desde sua base social até as instâncias deliberativas, procurando fortalecer a cultura política da organização e não as estruturas em si - o que leva, em muitos casos, as organizações a darem mais valor à burocracia criada que ao processo como um todo e suas estratégias. O aspecto da formação política está intimamente ligado à educação e ao avanço da escolarização da base, e da própria direção do MST. É preciso ter capacidade constante de interpretar as transformações da sociedade para poder agir sobre ela, encontrando soluções aos problemas que surgem no processo da luta.

⁹Segundo Stedile, Fernandes (1999) e Caldart (2000) o termo ex-sem terra não é utilizado pelo MST, além do processo dos valores que o movimento cultiva, entende-se que é criada uma identidade própria. Outro aspecto que os autores colocam é o pertencimento e a continuidade na participação das mobilizações.

Há um aspecto ao qual fazemos alusão em diversas partes deste texto e que merece ser melhor explicitado, que diz respeito ao caráter, mas principalmente à organização e conseqüentemente às formas de ação do próprio MST. São as contradições existentes na sua gênese, no seu caráter (social, sindical, político de massas) que de acordo com determinados momentos conjunturais forçam um desequilíbrio entre estes três pilares, acarretando conseqüentemente em refluxos no processo de organização.

Como veremos no tópico seguinte, nos últimos anos houve uma diminuição no número de assentamentos conquistados pelas organizações de luta pela terra no país. Ao mesmo tempo, um forte aumento nos programas de assistencialismo e transferência de renda pelo Estado, e uma série de iniciativas criminalizando a ação do MST. Um reflexo direto desta conjuntura é justamente a diminuição do número de famílias acampadas (obviamente, existem diversos outros fatores que influenciam a realidade).

Esta situação leva o debate e a ação do MST a voltar-se para si, para questões muito internas, como por exemplo os assentamentos, as cooperativas, o crédito; deixando para outro momento questões como o trabalho de base e o aumento do número de acampamentos.

Situações como esta evidenciam a permanente tensão entre os aspectos políticos e sindicais, entre o institucional burocrático e o caráter massivo e popular, ao mesmo tempo em que demonstram grande capacidade de análise e resposta às mudanças conjunturais, procurando um equilíbrio, tendo em vista os problemas do campo e suas causas estruturais.

Atualmente, seus principais desafios continuam sendo a articulação com as outras forças da classe trabalhadora, o acesso à educação para os povos do campo, e a reorganização da produção, buscando ampliar a produção de alimentos saudáveis com base na agroecologia, por meio da implantação de agroindústrias nos assentamentos, tendo como horizonte a luta contra a barbárie do capitalismo transformação radical da sociedade.

1.4 A concepção de reforma agrária do MST

Desde seu surgimento a visão de reforma agrária do MST foi bem explícita e ampla, assim como seus objetivos. Observa-se que esta concepção se modifica e com o passar dos tempos e as mudanças na organização. Hoje trata-se em documentos de estudo do Movimento uma visão de *reforma agrária popular*.

Apesar da concepção ampla do MST e, de estar presente em suas bandeiras a transformação social, ela não deixa de ser reivindicatória, pois está no nível do acesso a direitos fundamentais negados historicamente a esses trabalhadores. Assim como a desapropriação de latifúndios pelo Estado (democratização da terra), tais lutas inscrevem o que se denomina *reforma agrária clássica*.

Esse tipo de reforma agrária foi realizado pela burguesia em países onde o capitalismo industrial se desenvolvia com distribuição de terras e de condições para o desenvolvimento dos beneficiários. Outros modelos de reforma agrária também foram experimentados nos Estados socialistas ou comunistas (Rússia, China, Cuba, Vietnã) na chamada *reforma agrária socialista*. Obviamente não se pode comparar tais experiências, muito menos simplificá-las, contudo esta é uma questão central para o desenvolvimento do país e para a redução das desigualdades socioeconômicas.

Os documentos que remontam a gênese do MST apontam que já na década de 1980 o movimento possuía uma visão de que a reforma agrária não é simplesmente a distribuição de terras, mas que contempla diretamente toda a política de reforma agrária – habitação, crédito, educação, saúde, cultura, energia elétrica, água, transporte etc.. Elementos estes que poderiam ainda ser entendidos como uma *reforma agrária clássica* ou *capitalista*, dado o caráter reivindicatório de cunho sindical e social, e as limitações que possuem tais demandas.

Já no início do século XXI observa-se que o MST, através da ampliação de suas ações, e integrando a Via Campesina¹⁰, começa a mudar o seu foco de ação. Apesar de as ocupações de terra ainda serem a sua maior forma de manifestar-se e de se colocar frente às desigualdades sociais, e na luta pela terra, nota-se que o foco da disputa volta-se contra o capital financeiro internacional e as grandes transnacionais do complexo do agronegócio. A título de exemplo, assistimos ações do MST em empresas como a Aracruz Celulose, Cutrale e Vale do Rio Doce, entre outras.

Essas mudanças, que podem ser interpretadas como estruturais, levam o movimento a repensar a organização interna, as relações com a sociedade e a sua concepção de reforma agrária. Nesse contexto é que se insere o debate da *reforma agrária popular*, como podemos observar neste trecho de um documento do MST:

Essa proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de propriedade da terra; de organização da produção e da relação do ser humano e natureza (MST, 2009: 27)

Ainda segundo o mesmo documento, os objetivos da *reforma agrária popular* são:

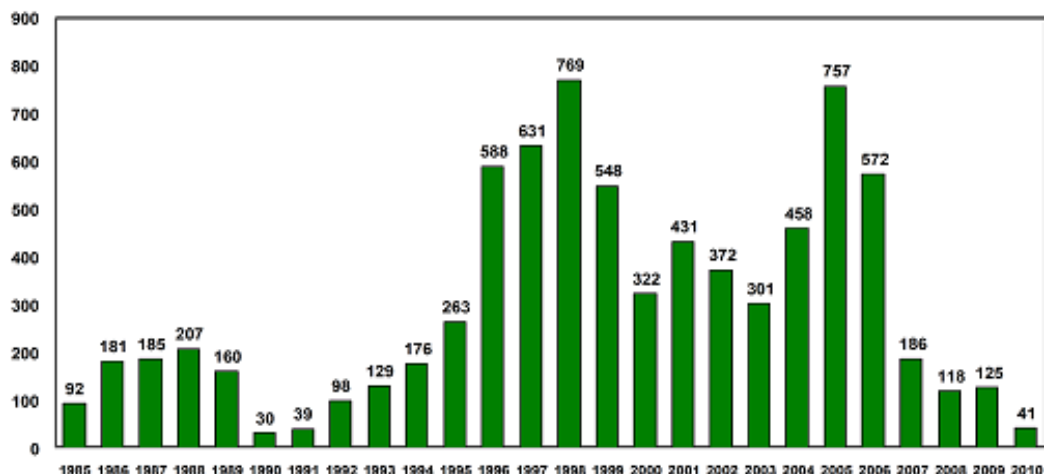
- eliminação da pobreza no meio rural;
- combater a desigualdade social e a degradação da natureza, que tem suas raízes na estrutura de propriedade e de produção no campo;
- garantia de trabalho com distribuição de renda;
- soberania alimentar, com a produção de alimentos saudáveis e o desenvolvimento dos mercados locais;
- participação igualitária das mulheres em todas as atividades para a superação da opressão histórica que lhes fora imposta;

¹⁰A Via Campesina é uma articulação internacional que coordena diversas organizações camponesas desde 1992. Atualmente está presente em aproximadamente 70 países na África, Ásia, Europa, e América, congregando em torno de 150 organizações, somando cerca de 200 milhões de pessoas.

- preservação da biodiversidade vegetal, animal e cultural em todas regiões e biomas;
- melhoria nas condições de vida para todas as pessoas e oportunidade de trabalho, renda, educação, cultura e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial à juventude (MST, 2009)

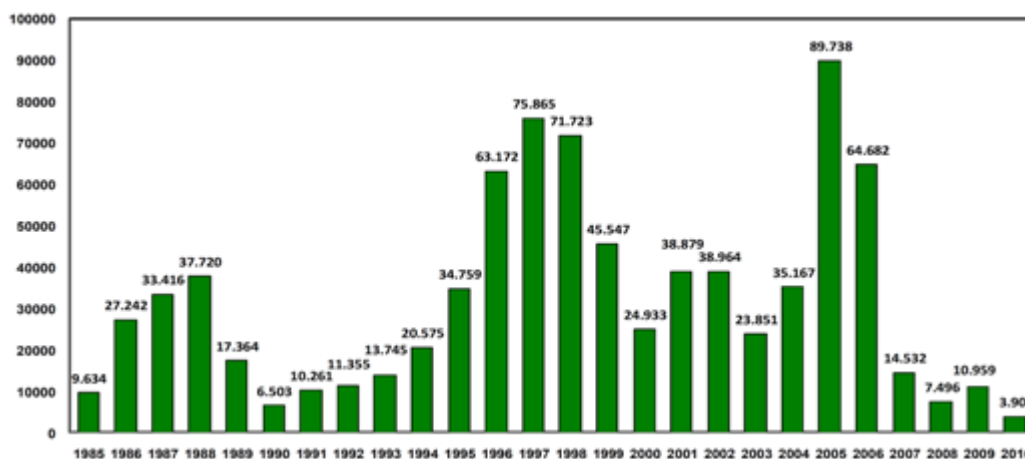
O Estado brasileiro não vem realizando uma ampla reforma agrária, conforme podemos observar nos gráficos 2.1 e 2.2. No ano de 2010 foram realizados pelo INCRA 41 assentamentos através de obtenção de terras, beneficiando pouco mais de 3900 famílias. Em 2005 (ano em que mais foram realizados assentamentos na história do país) foram assentadas mais de 89 mil famílias. O declínio é evidente, assim como o deslocamento da reforma agrária da agenda política do governo.

Gráfico 1.1– número de áreas obtidas para reforma agrária – Brasil - 1985/2010



Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2011 <http://www.fct.unesp.br/nera>

Gráfico 1.2– número de famílias assentadas em áreas obtidas para reforma agrária Brasil – 1985/2010



Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2011 <http://www.fct.unesp.br/nera>

Diante da inoperância do Estado na execução da reforma agrária, o MST traz para si o desafio de se reinventar e reinventar a própria reforma agrária, quando se propõe a efetivar os objetivos acima expostos. Tal afirmação fica evidente em entrevista de João Pedro Stedile, da coordenação do Movimento à revista Carta Capital, onde afirma:

Cabe aos movimentos sociais do campo se organizarem e lutarem agora, por um **novo tipo de reforma agrária**. Chamamos de **reforma agrária popular**. Além da desapropriação de grandes latifúndios improdutivos é preciso **reorganizar a produção agrícola, com um novo modelo**. Nós defendemos políticas que priorizem a produção de alimentos saudáveis, **sem agrotóxicos**. Uma combinação de distribuição de terras com agroindústrias nos assentamentos **na forma cooperativa**, voltadas para o mercado interno. Implantando uma **nova matriz tecnológica** baseada nas técnicas agrícolas da **agroecologia**. E ainda a ampla **democratização da educação**, com a instalação de escolas em todos os níveis. **Essa é nossa plataforma e a nossa perspectiva**. Pode demorar algum tempo, mas esse será o futuro da agricultura em todo o mundo. O modelo do capital, do agronegócio é inviável, econômica, ambientalmente e do ponto de vista da saúde pública, pois só produz lucro, usando muito veneno e degradando o meio ambiente. (João Pedro Stedile, entrevista à Revista Carta Capital publicada em 29 de julho de 2011, página 27. grifos nossos)

Para isso, é necessário um deslocamento do foco não das ações, mas de um determinado grau de dependência das estruturas de poder do próprio Estado capitalista e, assim, deixando de legitimá-lo em parte. Esta é uma situação

complexa, pois o Estado é o responsável pela política de reforma agrária e é sabido que essa política só tem se efetivado nas últimas décadas em decorrência da organização e luta dos sem-terra em todo o país. Criou-se historicamente uma co-dependência - que vai desde a resolução de conflitos, fornecimento de cesta básica, crédito, assistência técnica etc. e que no atual momento necessita ser superada.

É preciso, portanto, a busca de uma autonomia cada vez maior por parte do MST para que se possa concretizar a *reforma agrária popular*, ampliando a organização interna, a relação com outros setores organizados da sociedade, fortalecendo territórios já conquistados e buscando avanços na mobilização e formação de sua base social, independentemente da disposição do Estado.

Dessa forma entende-se que é possível acumular mais forças para continuar pressionando o Estado sem depender exclusivamente de sua ação, mantendo um certo grau de autonomia, o que “não significa que o Estado e os governos não serão pressionados [...] Significa que eles não serão mais colocados em primeiro plano, pois, além de ampliar a articulação territorial, na sua ausência a força mobilizada o fará por conta própria” (MST, 2009:36)

A mudança de foco à qual nos referimos reside justamente nesta relação que implica autonomia, resistência, educação/formação e empoderamento popular, para que se possa atingir os objetivos propostos por este movimento para a construção de uma *reforma agrária popular*.

1.5 A concepção de Educação do MST

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital [...] (MÉSZÁROS, 2007, p 198)

Consideramos a educação uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrito de formação de quadros para nossa organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores (MST, 1996, p 5)

Vivemos em uma sociedade dividida em classes, ainda que muitos de nós não nos percebamos ou situemo-nos assim num determinado momento, consideramos que a educação é a forma como a própria sociedade prepara seus membros para viverem nela segundo os interesses da classe dominante. Portanto, se quisermos compreender e analisar a educação, é necessário interpretarmos a sociedade, fruto de um processo histórico contraditório, e, em se tratando de um processo histórico em última instância, o processo da luta de classes.

Nesta abordagem julgamos ainda que é impossível cindi-la de questões como o trabalho, formação humana, emancipação; primeiro porque concordamos que todo e qualquer processo educativo é histórico e social; dele decorre o segundo aspecto, pois, em se tratando de uma realidade histórico-social determinada, no caso da atualidade, a educação é em última instância determinada pelo embate entre as classes.

Assim a epígrafe acima ajuda a compreender que uma educação emancipatória tem que estar intimamente ligada a processos que visem a transformação radical da sociedade. Consideramos que o MST, na busca da superação das contradições da sociedade capitalista, através da luta pela socialização dos meios de produção – no caso a terra, acaba constatando que apenas a melhoria econômica não basta, é preciso buscar a emancipação humana, conforme já expusemos anteriormente neste capítulo.

Portanto, sempre que tratamos o tema da educação tais questões devem estar explícitas, pois a educação não existe isoladamente, este atual interesse de setores da classe dominante¹¹ em defender a bandeira da educação tem o mesmo

¹¹ Citamos como exemplo o “Movimento Todos Pela Educação” – TPE que reúne fundações e institutos de diversos setores da classe dominante, principalmente grandes grupos multinacionais, e empresas do sistema financeiro, que buscam pautar e incidir nas políticas públicas para ampliar seus lucros, mercantilizando cada vez mais a educação. Como por exemplo as parcerias público-privadas

intuito do falso discurso da universalidade da educação, segundo Pinto;

nas sociedades [...] com divisões internas de classes opostas, a educação não pode consistir **na formação uniforme de todos os seus membros**, porque: por um lado, é excessivo o número de dados a transmitir; e, por outro, **não há interesse nem possibilidade em formar indivíduos iguais, mas se busca manter a desigualdade social presente**. Por isso, em tais sociedades, a *educação pelo saber letrado* é sempre privilégio de um grupo ou classe. (PINTO, 1984 p. 32-33, grifos nossos)

Mais adiante o autor afirma que “o que determina os fins da educação são os interesses do grupo que detém o comando social” (PINTO 1984, p. 33). Dessa forma a educação, sua precariedade e até sua negação estão diretamente relacionadas à classe dominante, em defesa de seus objetivos e interesses, cabendo aos excluídos lutar por sua emancipação. “Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? [...] quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação?” (Freire, 2005, p 34)

Mészáros acentua que somente uma profunda transformação social pode ajudar na *criação de uma alternativa educacional significativamente diferente*. Para o autor, se a educação não é a força ideológica primária que consolida o sistema do capital, “tampouco ela é capaz de, *por si só*, fornecer uma alternativa emancipadora radical.” (MÉSZÁROS, 2007:209). Tal pensamento deriva de uma concepção mais ampla da educação, que vai além do domínio dos códigos da leitura e da escrita, ou da educação formal, e está diretamente relacionada à questão da centralidade do trabalho.

Quando nos referimos à categoria trabalho e sua centralidade dentro da teoria marxista, estamos reafirmando a visão de que o homem existe a partir de sua relação de transformação da natureza, ao “fazer história”, segundo Marx e Engels (2007):

São os indivíduos reais, sua ação e suas condições, materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por

que vem acontecendo nas escolas da rede pública, questiona-se ainda a pedagogia adotada nestas “parcerias”.

sua própria ação. [...]. **Os homens distinguem-se dos animais, pois produzem seus meios de vida e ao fazê-lo os homens produzem inteiramente, sua própria vida material.** [...] o que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX e ENGELS, 2007, 87-88)

Portanto, a visão do trabalho como formação humana – ontologia –, é essencial para a discussão da educação, pois o homem não nasce pronto, ele

forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita a aprender a ser homem, precisa aprender a produzir a sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2006, p. 3)

Complementando este aspecto, Gramsci nos diz que

Não existe atividade humana na qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo. (GRAMSCI, 1979, p 7-8)

A contribuição de Gramsci é fundamental para que se reforce a questão da *intervenção intelectual* no trabalho, e a junção que realiza entre o que chama de *homo faber* e *homo sapiens*. Se o ser humano que trabalha é um ser que pensa (e existe através do trabalho), podemos considerar então que sua ação pode ser para a mudança, para a transformação, desde que lhe seja possibilitado, tendo como base essa dimensão mais ampla da educação, ou melhor dizendo, da própria existência – através do trabalho – como processo educativo.

1.5.1 A luta pela terra é também pela educação

Desde o seu surgimento no início da década de 80 o MST inaugura uma nova etapa dentro do Movimento Social Camponês e das demais organizações sociais do

período, quando coloca a questão da educação como uma de suas prioridades. Não apenas como pauta reivindicatória no nível do acesso e do direito, mas também quando assume para si a tarefa educacional, de forma articulada porém separada da formação política, quando se propõe a discutir uma pedagogia, um método. Esta peculiaridade irá imprimir marcas em outras organizações camponesas que seguirão esta mesma forma de organizar-se internamente – como a Via Campesina Brasil – bem como na ruptura com o paradigma da educação rural, pela Educação do Campo, como veremos adiante.

Este reconhecimento da necessidade não apenas da formação política, mas também da elevação do nível de escolaridade de sua base social, como afirmamos, lhe imprime esta marca. Fernandes e Stedile expõem que a luta do MST tem como objetivo derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital. (2005, p. 74). Notamos nos documentos do Setor de Educação do MST¹² que nesse início da educação no Movimento há uma preocupação com a garantia do direito à escolarização das crianças e com isso assegurar que a família inteira pudesse ir para os acampamentos – surgem aí, inclusive, os princípios da escola itinerante, que mais tarde se tornará uma experiência inovadora de educação nos acampamentos – ; outra frente que se abre ainda no início do MST é a educação de jovens e adultos (EJA) basicamente com o trabalho de alfabetização da base social que o constituía, sendo uma necessidade ainda presente para o Movimento.

O *Boletim da Educação* do MST traz uma boa síntese deste recorrido:

No início nossa visão do direito e nossas pernas de luta iam até a educação fundamental para crianças e adolescentes; aos poucos fomos nos encontrando com a alfabetização e logo com a educação de jovens e adultos; depois com a educação infantil e mais recentemente com a educação universitária. Com a educação média a preocupação veio primeiro com a possibilidade **de cursos alternativos** para formação dos professores das escolas conquistadas e logo para a formação de técnicos para as experiências de cooperação do Movimento; só bem mais recentemente enxergamos a possibilidade de ter escolas públicas de

¹² O Setor de Educação do MST se organiza a partir de Coletivos Estaduais que reúnem militantes, educadores ligados ao Movimento, e um Coletivo Nacional que junta os representantes dos estados onde atua. Além desta composição o Setor divide-se em Frentes de atuação, a saber: Educação de Jovens e Adultos, Educação Infantil, Frente das escolas e, dos Cursos Formais.

nível médio em nossas próprias áreas de assentamento. (MST, 2004:12).

A tese de Araújo (2000) reforça esta ideia de que a luta pela educação no MST é “parte da história do próprio Movimento, segue a dinâmica das próprias atividades desenvolvidas pelas famílias dos sem-terra, na luta contra a propriedade privada, e pela destruição de latifúndio e para a conquista da posse e uso da terra.” (ARAUJO, 2000, p. 110) A autora afirma que “a decisão do MST em construir uma educação vinculada aos interesses de classe coadunada com a sua estratégia de luta contra-hegemônica tem estabelecido tensões e contradições com a classe burguesa e, conseqüentemente, com o Estado burguês”. Desse modo a autora acrescenta que “essas tensões inserem-se no contexto da luta de classes; sendo assim, não se encerram no contexto da luta pela terra” (ARAUJO, 2007, p.165).

Assim a luta pela terra adquire outras dimensões, ela é ao mesmo tempo a luta pela educação; contudo, observa-se que esta luta pela educação no seio do MST vai além do acesso e da ampliação do direito, no decorrer de sua história outras questões vão se colocando. Por isso, é necessário pensar que tipo de educação, o que se quer com as escolas, quais teorias pedagógicas são consideradas, que sujeitos pretende-se formar neste processo. Estes aspectos procuraremos abordar a seguir.

1.5.2 Princípios Pedagógicos e Filosóficos da Educação no MST

Conforme ressaltamos anteriormente, é na luta pela reforma agrária que se incrusta a luta pelo o direito do acesso à educação, mas o MST vai além quando expressa que tipo de educação quer para sua base, e que considera necessária seja para as escolas dos assentamentos e acampamentos, seja para os demais processos de educação não formal desencadeados pela organização.

Nesse sentido, essa ampliação da concepção de direito procura ir além: “não apenas ter acesso à escola, mas ter o direito de constituí-la como parte de sua

identidade: fazer de cada escola conquistada uma escola do MST” (CALDART, 2000. p. 160) . A matriz desta intencionalidade pedagógica que procuraremos descrever brevemente nos ajudará a compreender os diferentes aspectos formativos/educacionais que ocorrem dentro do Movimento.

A este respeito Caldart (2000) coloca que no primeiro período em que se inicia a elaboração da proposta de educação do MST, esta fora construída a partir da própria experiência que vinha se desenvolvendo a partir da própria prática dos educadores, elementos da teoria pedagógica trazida pelos professores e pedagogos envolvidos com aquela prática e, obviamente, pelos próprios objetivos, princípios do Movimento. A autora ainda expõe que a teoria pedagógica que embasou o início da educação na organização esteve alicerçada nos

estudos de Paulo Freire e também de alguns pensadores e pedagogos socialistas: Krupskaja, Pistrak, Makarenko e José Martí, sendo que estes dois últimos já eram estudados há mais tempo dentro do MST, pelas contribuições que traziam de outros setores de atuação do Movimento. O grande desafio era juntar essas fontes, tendo a realidade como base e o método proposto como guia da sistematização pretendida. A marca do processo coletivo foi a garantia de um equilíbrio entre a influência das fontes (...) (CALDART, 2000, p. 262).

Nota-se que as duas matrizes pedagógicas que influenciam a discussão da educação no MST são alicerçadas na pedagogia socialista e na educação popular expressa na *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire. Em sua análise, Araújo (2007, 177) ainda acrescenta que nesse bojo, além dessas duas vertentes no desenvolvimento do referido processo, acaba sendo forjada a própria pedagogia do MST.

Considerando a educação um processo fundamental dentro da luta pela terra e pela emancipação dos trabalhadores, o MST elabora em 1996 no seu *Caderno de Educação n. 8* os “Princípios Filosóficos e Pedagógicos da Educação no MST”. Neste período a organização já havia acumulado uma grande experiência em diversas áreas de atuação do Setor de Educação¹³, desde a educação infantil e as

¹³ Para um aprofundamento sobre o histórico da educação no MST consultar CALDART, 2000.

cirandas infantis à escola itinerante nos acampamentos, da atuação na educação de jovens e adultos às primeiras escolas públicas nos assentamentos. No mesmo período (1998) acontece também o primeiro curso Superior de Pedagogia da Terra.

Este amadurecimento não está relacionado apenas à ampliação da ação educacional do MST, ele fica evidente na elaboração teórica do referido caderno. Segundo este documento,

Os Princípios filosóficos dizem respeito a nossa visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo do MST. [...] **Os princípios pedagógicos** são jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos. Dizem dos elementos que são essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando a atenção de que podem haver práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos. (MST, 1996, p. 4 *grifos nossos*)

Os princípios filosóficos da educação do MST apontam que ela deve estar voltada para a:

- a) transformação social;
- b) aberta para o mundo, aberta para o novo;
- c) para o trabalho e a cooperação;
- d) voltada para as várias dimensões da pessoa humana;
- e) como um processo permanente de formação/transformação humana

A prática destes cinco princípios enunciados seria justamente determinada pela sua junção com as bases e princípios pedagógicos, a saber:

- relação permanente entre a prática e a teoria;
- combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação;
- a realidade como base da produção do conhecimento;
- conteúdos formativos socialmente úteis;
- educação para o trabalho e pelo trabalho;
- gestão democrática;

- atitude e habilidades de pesquisa;
- auto-organização dos estudantes;
- criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores;
- vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos;
- vínculo orgânico entre processos educativos e processos produtivos;
- vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática;
- combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais;

Esses princípios filosóficos e pedagógicos, as matrizes educacionais mencionadas que compõem o arcabouço da educação no MST são orientadoras de sua prática na busca de uma formação ampla, vinculada aos interesses da classe trabalhadora. “Trata-se de uma educação que não esconde o seu compromisso em desenvolver a consciência de classe e consciência revolucionária” (MST, 1996: 6). Portanto, vinculada a práxis social ao trabalho e à cooperação na busca de uma formação humanista, procura considerar a dimensão onilateral da vida dos sujeitos.

Estes elementos apontados, segundo Dalmagro (2010: 214-215), compõem uma pedagogia que não é nova, mas também não é igual a nenhuma outra proposta. Ainda segundo a autora, o MST não segue nenhuma pedagogia, mas produz sínteses próprias da pedagogia que tem como referência. Essas sínteses produzidas no âmbito do MST se caracterizam como a *Pedagogia do Movimento*.

1.5.3 A Pedagogia do MST – O Movimento como sujeito pedagógico coletivo

Quando se fala em *pedagogia do Movimento*, está se tratando de um sujeito pedagógico coletivo, o próprio MST. Portanto, para o Sem Terra esta pedagogia é muito mais que uma proposta educacional, pois está ligada diretamente à prática do Movimento, é a forma pela qual o Movimento constrói historicamente seu sujeito social – o Sem Terra. Sua materialidade reside na práxis e considera o grande educador o próprio MST. No momento em que a organização política abre espaço para que qualquer pessoa se insira no Movimento, está se abrindo uma

possibilidade de esse indivíduo situar-se histórica e politicamente, tornando-o agente de seu próprio destino.

É na própria luta e na construção de um novo jeito de viver que o MST cumpre um papel profundamente educativo e formativo. Caldart, ao observar a realidade do Movimento e sua dimensão pedagógica, mostra em sua tese que *escola é mais que escola*, ou seja, é através da própria experiência de classe que se organiza, e vão se formando novos sujeitos, tendo o movimento social como sujeito pedagógico, pois a própria vivência dentro das atividades (ocupações, marchas, acampamentos, assentamentos, trabalho coletivo) “atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem” (CALDART, 2000:199).

Diante desta tarefa educativa intrínseca ao MST se colocam alguns desafios: romper com o processo de reificação imposto pelo modo societário aos sem-terra durante sua trajetória de vida; cultivar em cada um dos sujeitos que compõem sua base valores socialistas e humanistas que lhe são característicos; contribuir para a formação da classe trabalhadora de forma geral. Somente enquanto a organização tiver presente sua dimensão educativa esses desafios poderão ser superados, e para isso a dimensão do coletivo é fundamental, pois é pela coletividade que as contradições enfrentadas poderão ser superadas.

Vendramini (2000) alerta para uma outra dimensão formativa constituinte da pedagogia do Movimento quando identifica que no MST acontece a formação da consciência de classe para a transformação radical da sociedade. A autora aponta ainda muitos limites vivenciados neste processo que poderiam ser remetidos ao “sistema” precisam ser superados, pois é na relação cotidiana desta formação da consciência que se põem novas dificuldades, e portanto esta experiência formativa que se vivencia no interior da organização precisa ser potencializada para que se torne contra-hegemônica no plano da luta de classes.

Aprofundando este debate, Araújo (2007) afirma que a experiência pedagógica coletiva que vivem os sujeitos é importante mas não é suficiente para romper com determinados valores, estabelecidos na sociedade:

as vivências se a formação da consciência de nada adiantam, pois ao conquistar o lote de terra cada um volta ao seu mundo individual. [...] não são apenas as vivências que garantem a formação de um novo ser, mas ao lado das vivências necessita-se organizar e realizar a educação política dos trabalhadores numa perspectiva de classe (ARAÚJO, 2007: 100)

Devemos considerar ainda, para um aprofundamento desta análise, as próprias contradições e dilemas que o MST carrega em si, como a própria luta pela terra que a partir do momento em que deixa de ser uma mediação para ser um fim acaba reforçando a propriedade privada. Como mediar, portanto, neste grande processo pedagógico os interesses individuais dos camponeses Sem Terra e os interesses mais amplos do MST e da classe trabalhadora? A forma de organização interna, e esta formação a que nos referimos que acontece no MST, contribui para o avanço e a superação de tais contradições?

1.5.4 O MST e a Educação do Campo

Na Educação do Campo o debate do campo precede o da educação ou da pedagogia, ainda que o tempo todo se relacione com ele. E para nós debate de campo é fundamentalmente debate sobre o trabalho no campo. Que traz colada a dimensão da cultura, vinculada às relações sociais e aos processos produtivos da existência social no campo. (CALDART, 2007:6)

Em grande medida, o debate da Educação do campo – EdoC que se materializa em 1998 com a realização da I Conferência Nacional por uma Educação do Campo é fruto desta experiência educativa do MST que aqui descrevemos brevemente. Consideramos que este legado foi fundamental para a criação deste novo paradigma que rompe com a concepção de educação rural, pois “o conceito de Educação do Campo tem raiz na sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade a que se refere. Esta é a base concreta para discutirmos o que é ou não é a Educação do Campo”. (CALDART, 2007: 2)

Sem situar o debate da educação do campo no contexto mais amplo da luta de classes é impossível prosseguir com a sua análise e fazer um discernimento profundo. Reafirmamos, portanto, que ela é determinada por este embate porque que se antagoniza mais ainda através da luta dos trabalhadores do campo como mais um elemento da disputa, assim ela se incrusta nesta conjuntura mais ampla da sociedade e do debate da educação pública. Nela estarão sempre presentes os conflitos que perpassam a realidade do campo e a totalidade da sociedade. Ainda segundo a autora, a raiz para que se pense a educação do campo baseia-se na “tríade: campo – política pública – educação”.

Caldart (2008: 75) expõe três momentos que marcam permanentemente a educação do campo e estão em constante movimento, sendo eles: *negatividade* como denúncia da realidade do direito negado aos trabalhadores do campo; *positividade*, porque tem sua prática/acúmulo e, portanto, propõe soluções; e como *superação* da realidade, projeção para o que há de vir. Esta dimensão nos proporciona o entendimento e a relação com a própria experiência do MST, como afirmamos anteriormente, além da denúncia e da luta pela educação que surge juntamente com a luta pela reforma agrária, este Movimento se propõe a pensar que tipo de educação quer e a serviço de que projeto de mundo esta educação deve servir.

Este recente debate no Brasil tem fomentado uma série de ações e reflexões nas mais variadas esferas da sociedade, como os movimentos sociais, governos e universidades. Cada um a seu modo, interpretando e agindo sob este paradigma educacional. Podemos evidenciá-lo nas políticas públicas, nas pesquisas acadêmicas e em cursos superiores, e na luta e prática dos movimentos sociais. As relações entre esses três sujeitos da educação do campo às vezes se interseccionam, às vezes se afastam, apresentando maior ou menor grau de contradição e conflitualidade.

A concepção de educação também é fundamental que seja explícita para esta compreensão da dimensão da EdoC, pois a educação “cumprir um papel fundamental dentro do capitalismo: ela legitima e perpetua as relações de trabalho e

subserviência ao capital, sendo um poderoso instrumento de afirmação hegemônica que merece ser disputado” (VARGAS e MANGGINI, 2007: 154).

Concordamos com a afirmação de Mészáros (2007) quando acentua que somente uma profunda transformação social pode ajudar na “criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” pois para o autor, se a educação não é a força ideológica primária que consolida o sistema do capital, “tampouco ela é capaz de, *por si só*, fornecer uma alternativa emancipadora radical.” (Mészáros 2007:209). Tal pensamento encontra ressonância em uma concepção mais ampla da educação, que vai além do domínio dos códigos da leitura e da escrita, ou da educação formal/escolar, e está diretamente relacionada à questão da centralidade do trabalho e às formas que ele assume historicamente no desenvolvimento das forças produtivas e da formação humana.

Este caráter amplo com que tratamos a temática da educação durante esta pesquisa encontra ressonância na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que prevê em seu artigo primeiro que

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB, 1996)

É necessário, portanto, superarmos a visão de que a escola é o único espaço para que sejam socializados os saberes. A educação acontece em todas as instâncias e dimensões da vida humana, assim, diz respeito à dimensão do trabalho compreendendo a sua dimensão ontológica que forma e transforma os sujeitos.

Ressaltamos ainda que não estamos procurando apenas inverter a lógica tradicional quando se pensa em educação, reconhece-se que a escola é um espaço privilegiado de acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade, porém, como qualquer outra instituição ela está situada historicamente na sociedade de classes. O que queremos dizer com isto é que é urgente a superação de escola tradicional como simples transmissora de conteúdos, como a ampliação da concepção de educação, entendendo que ela acontece em todas as dimensões da vida.

Pistrak (2000) nos traz a dimensão política da instituição escola, colocando a ciência como prática social. Segundo ele, é preciso passar do ensino à educação, dos programas aos planos de vida. Assim a escola deveria relacionar o trabalho, estudo, atividades culturais e políticas, produzindo materiais úteis à coletividade. Ou ainda, nas palavras de Miguel Arroyo, “a escola é mais um dos lugares onde nos educamos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana” (ARROYO, 2004: 78).

Explicitamos que o contexto de disputa entre o campesinato e o agronegócio é um de seus panos de fundo. A lógica impressa pelos movimentos sociais camponeses é a da luta contra o agronegócio que se sobrepõe à reprodução da vida camponesa em todos seus aspectos. Neste cenário ficam evidentes os dois campos em disputa: o agronegócio e o campesinato. Fazendo uma analogia através da paisagem que representa cada campo, Fernandes nos diz que:

A paisagem do território do agronegócio é homogêneo, enquanto a paisagem do território camponês é heterogêneo. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que [...] é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. [...]. Portanto, a educação possui sentidos completamente distintos para o agronegócio e para os camponeses (FERNANDES, 2007:1)

Compreende-se a educação do campo atrelada diretamente a um projeto de desenvolvimento de campo, e de sociedade de forma geral, pois ela se inscreve nesta disputa. Em uma sociedade onde o capital subjuga o trabalho, o que observamos neste embate entre o campesinato e o agronegócio é justamente a afirmação da centralidade do trabalho em detrimento de sua exploração.

a defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras do campo que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural. E, especialmente, o reconhecimento de que esta

realidade precisa ser alterada, tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, as grandes desigualdades sociais e as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, transporte, infraestrutura etc). Portanto, pensar um projeto de educação do campo pressupõe a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais. (VENDRAMINI, 2007:129)

Diante do exposto reafirmamos o papel central que o debate sobre o paradigma da educação do campo traz para os movimentos sociais do campo, desde que não se perca a centralidade do trabalho em tal discussão e, tampouco, a sua *materialidade de origem* (cf. CALDART, 2007), vinculada à transformação radical da sociedade e à emancipação humana.

2. A REGIÃO DO DF E ENTORNO – Reforma Agrária e o Agronegócio

2.1 A formação do MST no DF e Entorno¹⁴

É um grande desafio encontrar estudos de referência acerca da história do MST nessa região, portanto esta questão merece maior aprofundamento e atenção especial da academia para que seja realizado este registro histórico. O que apresentamos a seguir é uma breve síntese com base na produção acadêmica com alguns elementos citados por dirigentes do MST DF e Entorno, bem como o resultado de nossa própria reflexão acerca desta realidade.

Existem estudos e relatos que apontam o surgimento do MST na região no início da década de 90, quando alguns militantes de outros estados foram destacados para conhecer a região e iniciar os trabalhos de base nas cidades do entorno e na periferia de Brasília. Não diferente da história geral do próprio Movimento, o MST DF e Entorno no início de seus trabalhos contou com o apoio de alguns religiosos ligados a pastorais sociais, partidos políticos e sindicatos relacionados à causa da luta pela terra, como por exemplo a ASSERA¹⁵ e a CNASI¹⁶.

É apontado por FERNANDES (1999) e também por BERTOLINI (2005) que as primeiras ocupações que podem ser caracterizadas como o “batismo” do MST na região foram as realizadas no ano de 1994 nas fazendas Dois Irmãos em Braslândia/DF e Sarandi em Planaltina/DF, simultaneamente. Durante aproximadamente quatro anos foram realizadas diversas ocupações na região, poucas foram as conquistas da terra, porém foi um período de fortalecimento do Movimento, principalmente porque proporcionou a formação das primeiras lideranças locais.

¹⁴ O MST atualmente tem centrado suas atuações na região do Noroeste Goiano, Nordeste Mineiro, e no Distrito Federal.

¹⁵ ASSERA - Associação dos Servidores da Reforma Agrária do Brasil.

¹⁶ CNASI – Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA

O ano de 1995 pode ser apontado como um marco nesta história, pois em maio foi criado um acampamento às margens do Rio Preto (em Planaltina/DF), com aproximadamente mil famílias. Ali foi realizado o primeiro Encontro Estadual do MST DF e Entorno, e no mesmo ano aconteceu o primeiro curso de formação de militantes da região. Merece destaque a ocupação da Fazenda Barriguda (Buritis/MG), dando origem ao primeiro assentamento do MST na região, conforme aponta Fernandes (1999):

No dia primeiro de setembro de 1995, seiscentas e cinquenta famílias ocuparam a fazenda Barriguda, de quatro mil seiscientos e oitenta e um hectares, no município de Buritis, na região Noroeste de Minas. Havia um laudo técnico que classificava a Barriguda como produtiva. O MST reivindicou nova vistoria e resistiu na área. No dia 10 de setembro, duas pontes que possibilitavam o acesso dos acampados às cidades próximas foram destruídas por jagunços. Havia um mês que acontecera o massacre de Corumbiara e, temendo um ataque de pistoleiros ou da Polícia, parte das famílias abandonou o acampamento. Por fim, o novo laudo classificou o latifúndio como improdutivo e o Incra iniciou o processo de desapropriação. Foi a primeira conquista do MST – DF, cujo assentamento veio a se chamar Mãe das Conquistas. As ações compreendidas desde da articulação, em 1992, até conquista da Barriguda, em setembro de 1995, marcaram o processo de gestação e nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Distrito Federal e entorno. (FERNANDES, 1999:201)

Nesse processo de conquistas, a organização do Movimento no entorno de Minas Gerais se fortalece e o MST decide pela estratégia de lutar pelo cumprimento da função social da terra no entorno de Goiás. Ainda em 1995, 150 famílias avançam na conquista do segundo assentamento do MST, chamado Terra Conquistada, no município de Água Fria/GO. No Distrito Federal, as primeiras áreas destinadas à reforma agrária são os assentamentos Três Conquistas, no Paranoá, Nova Vitória e Recanto da Conquista, ambos em São Sebastião.

Em 1996, em Formosa, um dos mais importantes municípios do agronegócio na região do Goiás, marcado pela presença do latifúndio e de grupos políticos, que tradicionalmente se perpetuam no poder, o MST organiza os trabalhadores e denuncia a improdutividade do latifúndio.

Tudo começou quando na madrugada do dia 15 de Julho de 1996, mais de 200 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra oriundos dos municípios de Luziânia/GO, Cidade Ocidental/GO, Cabeceiras/GO, Flores/GO, Simolândia/GO e Alvorada do Norte/GO, todos do entorno do Distrito Federal, ocuparam a fazenda Vale da Esperança localizada no município de Formosa e ao nordeste de Goiás. Um latifúndio improdutivo com aproximadamente 8 mil hectares. Organizadas pelo MST, as famílias enfrentaram a polícia, o frio, a falta de alimentos e as ameaças constantes. Todavia, continuaram firmes e 8 (oito) meses depois, saiu a imissão de posse e 176 famílias foram assentadas. (ARAÚJO, 2005:49)

Nos dez primeiros anos de trajetória, o MST no Distrito Federal e Entorno acumulou experiências e também importantes conquistas. Não somente de novos territórios, na produção de alimentos e geração de renda, mas também a com a conquista de escolas nos assentamentos, acesso aos direitos básicos de saúde e cultura, assim como a criação da Superintendência Regional em 1997 para agilizar as demandas de reforma agrária na região.

Araújo (2005) contabilizou que o Movimento Sem Terra já contava com uma base social de aproximadamente 1.800 (mil e oitocentas) famílias assentadas e cerca de 2.500 (duas mil e quinhentas) acampadas, distribuídas em 27 assentamentos e 23 acampamentos à época em que a autora fez seu estudo. Já Bertolini (2005) contabilizou no mesmo ano 11 acampamentos com 1.957 famílias e 23 assentamentos com 1.693 famílias, envolvendo mais de 3.600 famílias na região. Como podemos observar, os dados não são tão precisos, o que representa mais uma dificuldade no estudo do Movimento Social Camponês nesta região. Contudo, consideramos que essas informações nos ajudam a ter uma noção aproximada da dimensão que o MST veio tomando ao longo de sua trajetória no DF e Entorno.

Como observado na criação do Assentamento Eldorado dos Carajás, existem na região diversos outros movimentos sociais e sindicais do campo, que em determinados momentos conseguem canalizar suas ações e pautas para uma atuação mais conjunta, e em outros períodos acabam disputando espaço entre si. O exemplo do próprio assentamento Eldorado e as informações disponíveis na literatura apontam para este elemento, pois à época do início de suas ações o MST

encontrou outros movimentos que aqui existiam mesmo antes da articulação do Movimento na região. “Alguns atuam de forma isolada e boa parte deles encontra-se ligada a sindicatos e associações, embora desarticulados entre si” (BERTOLINI:2005: 62).

Esta forma de organização é a mais recorrente entre os camponeses da região, porém “muitas famílias descrentes do processo de lutas dos sindicatos encontram-se hoje no MST” (Idem: 62). As configurações políticas variam para cada município e de acordo com determinados períodos conjunturais, como é o caso de Buritis/MG, onde o sindicato dos trabalhadores rurais já esteve ligado diretamente ao MST, e atualmente a informação que se tem é que, à exceção de algumas famílias, não existem assentamentos com um vínculo orgânico ao Movimento.

Em levantamento que realizamos¹⁷ foram identificadas, hoje, aproximadamente 2000 famílias assentadas ligadas ao MST do DF e Entorno, e cerca de 1300 famílias acampadas, o que demonstra um certo grau de descenso no Movimento no tocante ao tamanho de sua base social. Existem alguns elementos gerais que podem ser elencados enquanto hipótese para que se formulem análises sobre esta situação, destacamos alguns deles:

O contexto geral da última década foi de baixa efetividade da reforma agrária na região (ver anexo II). Diminuindo as conquistas diretas, obviamente diminuiu também o interesse dos sem terra em acampar, fato também exposto no primeiro capítulo onde pudemos observar que este é um fenômeno que acontece em todo o país; a consolidação dos assentamentos e o seu desenvolvimento por falta de uma política pública de reforma agrária mais consistente (ver especialmente o tópico 2.3), que leva muitas famílias ao abandono dos lotes. Nesse processo ainda pode acontecer uma identificação por parte da base de que o não desenvolvimento dos assentamentos é de responsabilidade do MST e não do INCRA, abrindo assim brechas para as divisões internas, e nos casos onde há disputa entre as organizações sociais para que uma “tome” a base da outra; existe ainda uma gama de outros fatores que não são de menor importância, mas relacionam-se a questões

¹⁷Informações coletadas com membros da Direção estadual do MST DF e Entorno na ocasião da realização do Encontro Estadual do MST ocorrido em Brasília em dezembro de 2011, e com base no relatório geral de assentamentos do SIPRA-INCRA de 2011

internas específicas de cada assentamento e que devem ser observadas para uma análise mais profunda deste processo.

Observando os dados relativos ao número de assentamentos existentes na região, podemos notar que existem grandes picos no volume de criação de assentamentos um principal identificado entre 1995 a 2000 e posteriormente os anos de 2005 e 2009/2010, o que demonstra uma tendência de ciclos na realização da reforma agrária. Tal fato está relacionado diretamente ao trabalho que o Incra realiza, porém sabe-se que quando existe uma pressão por parte dos movimentos sociais, esses processos são acelerados.

Se nos atentarmos para tais questões, elas podem indicar que nestes períodos as organizações sociais e, no caso, o MST, passou por dificuldades internas que levaram a uma diminuição da luta e conseqüentemente à sua materialidade registrada na conquista dos assentamentos. Existem outras três questões que consideramos serem possíveis de indicar pistas para este entendimento:

Uma relaciona-se às mudanças do público acampado e os seus objetivos e perspectivas ao ingressarem no MST, que têm suas histórias de vida marcadas pela migração em busca da sobrevivência (muitos já passaram por mais de dois estados até se estabelecerem na região). Outra está ligada diretamente à relação com os governos estaduais e à própria região do Entorno: aqui é necessária uma articulação com três estados, o que não deve ser simples de ser realizado. Por fim, observamos que esta região é marcada profundamente pela grilagem e à especulação imobiliária da terra, questões que no Distrito Federal se apresentam de forma peculiar dada sua configuração territorial e a conseqüente valorização das terras.

Em relação ao número de famílias assentadas, estamos contabilizando os dados obtidos que informam assentamentos inteiros ligados ao MST, pois existe uma situação (em parte decorrente dos elementos brevemente descritos anteriormente) na região em que muitos assentamentos são inicialmente organizados e conquistados pelo MST - tendo assim uma pertença e um vínculo maior com a organização - e, com o passar dos anos, acabam fragmentando-se em

associações e sindicatos. Seria necessário identificar todos os assentamentos que um dia foram do MST para então mapear as famílias que ainda se consideram ligadas ao MST.

Estas são questões que nos intrigam e estimulam para que seja realizado um estudo aprofundado para entender tais fenômenos que podem ser colocados como entraves ao desenvolvimento dos Movimentos Sociais Camponeses e da Reforma Agrária nesta região. Não pelo simples fato de os territórios deixarem de ser de uma organização e passarem à outra, pois consideramos este tipo de acontecimento uma consequência de questões mais profundas. É necessário, portanto, entender esta lógica que se estabeleceu em suas raízes. Da mesma forma que a baixa efetividade da Reforma Agrária traz impactos econômicos e sociais para o desenvolvimento da região como um todo em aspectos fundamentais para a população, como a produção de alimentos saudáveis, garantindo a soberania alimentar da população, e a dinamização da economia local nestes territórios.

Em dezembro de 2011 o MST do Distrito Federal e Entorno realizou na cidade de Brazlândia/DF, entre os dias 15 e 17 de dezembro de 2011, o seu XVI Encontro Estadual, denominado “Egídio Brunetto”, em homenagem a um dos fundadores do Movimento morto em 2011. Deste encontro participaram mais de 350 militantes das três regionais onde o MST está organizado (DF, GO e MG). Na oportunidade foram definidos os representantes do Movimento nas regiões, no estado e nacionalmente, bem como foram escolhidos os componentes dos setores de produção, frente de massas, juventude, cultura e comunicação, formação, educação e saúde. Este encontro serviu ainda para definir as estratégias de ação e as prioridades do MST na região de acordo com os debates realizados previamente à realização do evento.

Acreditamos na possibilidade da reforma agrária no seu sentido mais amplo, que liberte a terra e os homens e que contribua para que as contradições do modo de produção capitalista fiquem cada vez mais latentes. Sabemos que esta possibilidade só será efetivada se as organizações sociais como o MST tiverem cada vez mais força, e para isto a superação destes entraves, principalmente na

convergência das lutas dos diferentes Movimentos Sociais, conseguirá ter a pujança necessária para tal processo.

2.2 A Reforma Agrária Incompleta

A região do Distrito Federal e Entorno tem ocupado o noticiário nacional nos últimos anos, principalmente pelo baixo IDH de parte destes municípios e pelos elevados índices de violência. Antagonicamente aos dados da Capital Federal, que estão entre os melhores do país, o entorno concentra um cinturão de pobreza. Uma região que concentra as fronteiras do Distrito Federal, de Goiás e de Minas Gerais onde a maioria da população é órfã do Estado.

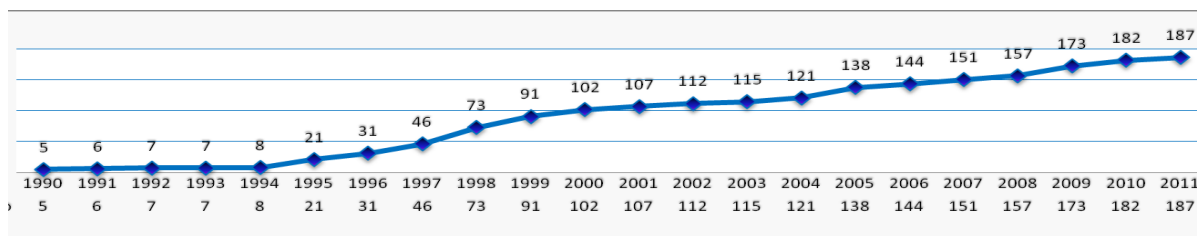
Não diferente é a reforma agrária na região. Qualquer pessoa que ande pelos assentamentos ficaria impressionada com a condição em que se encontram tais áreas: falta de infraestrutura básica como acesso a água, energia e moradia, fora o acesso às políticas públicas as quais todo assentamento necessita para se consolidar, como a liberação de crédito, programas de agroindustrialização, que é praticamente nulo. Na maioria das situações as famílias resistem dada a sua teimosia e, infelizmente, em muitos casos por pura falta de opção. São poucos assentamentos que conseguiram se desenvolver através de sua própria organização, normalmente os processos produtivos são alavancados por meio do estabelecimento de parcerias com universidades e ONGs.

Para quem não puder conhecer de perto esta realidade basta acessar os dados oficiais do Incra que demonstram a ineficiência do Estado em promover a reforma agrária na região. Nos 39 municípios – além do Distrito Federal – que compreendem a abrangência da Superintendência Regional SR28¹⁸ do Incra

¹⁸A Superintendência Regional do INCRA (SR 28) criada formalmente em 1997 em função da “(...) a incontestável exigência, decorrente falta de estrutura e os conflitos agrários existentes que em muito vem prejudicando os processos de Reforma Agrária na Região do Distrito Federal e entorno” (INCRA, 1997). Ela abrange os municípios de **(no estado de Goiás)**: Água Fria, Águas Lindas, Alexânia, Alvorada do Norte, Alto Paraíso, Buritinópolis, Cabeceiras, Campos Belos, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho, Colinas do Sul, Corumbá de Goiás, Cristalina, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Formosa, Guarani de Goiás, Iaciara, Luziânia, Mambai, Monte Alegre de

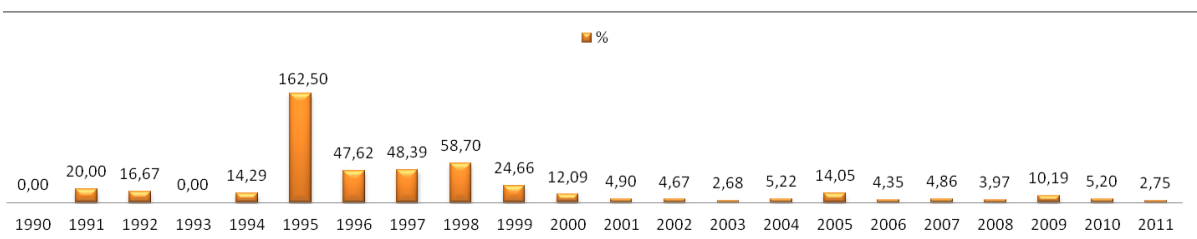
existem cerca de 187 assentamentos, onde estão assentadas mais de 13 mil famílias.

Gráfico 2.1 Índice de crescimento dos assentamentos na região de abrangência da SR 28



Fonte: Cadastro geral de Assentamentos do Incra SR 28 2011. Organizado pelo autor

Gráfico 2.2 Índice comparativo do crescimento dos assentamentos na região de abrangência da SR 28



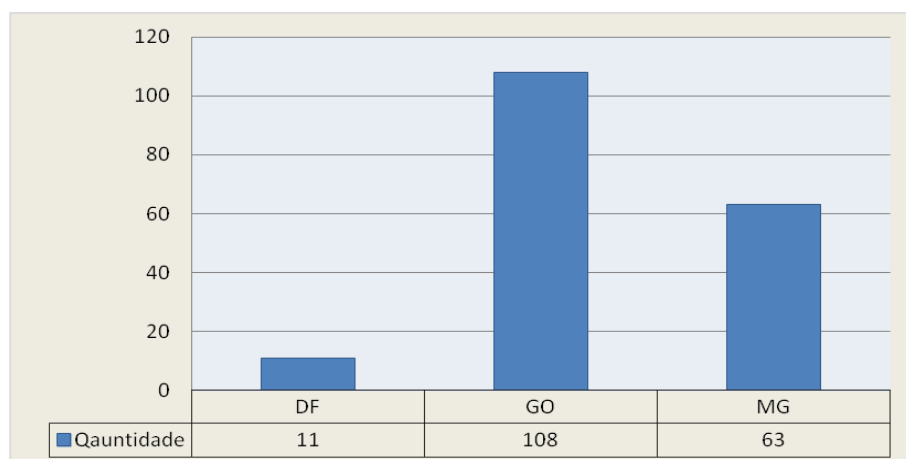
Fonte: Cadastro geral de Assentamentos do Incra SR 28 2011. Organizado pelo autor

Os gráficos 2.1 e 2.2 acima nos mostram a evolução histórica da criação de assentamentos na região do Distrito Federal e Entorno. Evidenciamos que entre 1995 a 2000 – mesmo antes da criação da Superintendência Regional do Incra – se intensifica a criação de assentamentos, representando mais de 50% do total de assentamentos criados até hoje. Observa-se que o crescimento exponencial nos referidos anos é fator evidente de que desde a criação de Brasília (fato que dinamiza completamente a economia da região) a Reforma Agrária nunca fora posta como uma possibilidade de desenvolvimento sócioeconômico do meio rural e do entorno da capital.

Goiás, Mimoso de Goiás, Nova Roma, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Posse, São Domingos, São João d'Aliança, Santo Antonio do Descoberto, Simolândia, Sítio d'Abadia, Teresina de Goiás, Vila Boa, Valparaíso; **(no estado de Minas Gerais)** Arinos, Buritis, Formoso, Unaí, além do território do Distrito Federal.

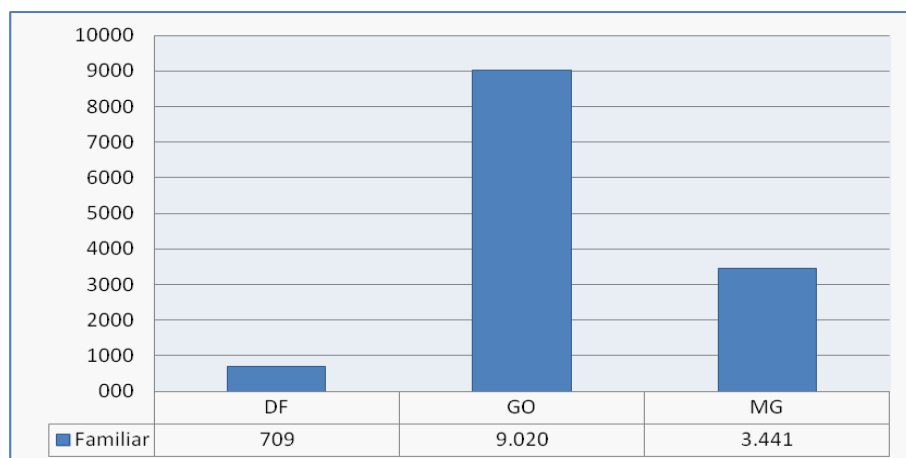
O ano de 1995 é simbólico pois apresenta um crescimento de mais de 160% na realização de assentamentos, período este que como vimos coincide com a inserção do MST na região. Obviamente não podemos atribuir este processo somente ao MST, certamente a superintendência recém-criada teve bastante trabalho, além de diversos outros fatores que devem ser considerados para um aprofundamento de uma análise deste tipo. Podemos observar também que existem períodos que representam picos na criação de assentamentos, mas que se mantém uma constância tímida pela demanda histórica.

Gráfico 2.3 – Número de assentamentos por Estado – SR 28, DF e Entorno



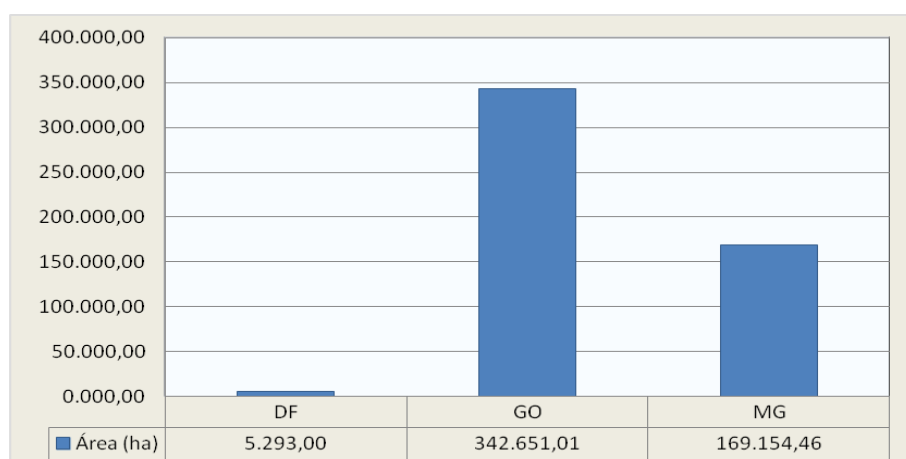
Fonte: Cadastro geral de Assentamentos do Incra SR 28 2011. Organizado pelo autor

Gráfico 2.4 – Número de famílias assentadas por estado – SR 28, DF e Entorno



Fonte: Cadastro geral de Assentamentos do Incra SR 28 2011. Organizado pelo autor

Gráfico 2.5 – Área (HA) dos assentamentos por estado – SR 28 DF e Entorno



Fonte: Cadastro geral de Assentamentos do Incra SR 28 2011. Organizado pelo autor

Ambos os gráficos contribuem para uma melhor visualização da territorialização da reforma agrária na região do DF e Entorno. Observando os territórios estaduais, separadamente, os municípios do Estado de Goiás concentram o maior número de assentamentos, famílias e área destinada à reforma agrária. Ressaltamos que o território de abrangência de atuação da Superintendência do Incra é maior neste estado pois envolve mais municípios. Conclui-se ainda com base nos gráficos acima que em Minas Gerais os assentamentos têm uma área maior proporcionalmente por família assentada, em oposição ao Distrito Federal, onde os lotes são menores.

Apesar de o número de assentamentos criados parecer grande, conforme afirmado anteriormente, fica evidente que esta quantidade não se reverte em qualidade, tampouco na desejada autonomia das famílias. Outro exemplo desta ineficácia da política de reforma agrária na região está ligado diretamente ao desenvolvimento dos assentamentos do ponto de vista produtivo, pois são poucos os assentamentos que se tem conhecimento que conseguiram organizar agroindústrias para o beneficiamento de sua produção; onde se tem tais experiências elas se originaram a partir de investimentos próprios dos assentados com baixíssimo investimento tecnológico, o que dificulta a agregação de valor aos alimentos produzidos.

Segundo as informações obtidas¹⁹, e conforme demonstram os critérios do próprio Incra, 49,3% dos assentamentos encontram-se na fase 3, considerado “assentamento criado”; 14,28% na fase 4, “assentamento em estruturação”; e 32,3% na fase 5, “assentamento em estruturação”; somente 3,2% encontram-se nas fases 6 e 7 – considerados “em consolidação e/ou consolidados”. Como não se tem conhecimento dos critérios que a autarquia utiliza para chegar a tais conclusões, não é possível aprofundarmos a análise²⁰, porém fica evidente que a ação do Estado está distante da reforma agrária e muito mais próxima de uma mera distribuição de terras.

Consideramos que os assentamentos constituem territórios onde a população assentada passou pelos processos de luta e de um mínimo de organização para a reivindicação de seus direitos e deveriam ser locais onde as políticas públicas pudessem ser potencializadas – guardados os limites internos – dado este grau de organização social de tais comunidades. Contudo, além dos limites já apresentados há de se considerar limites das próprias organizações locais e dos movimentos sociais e sindicais que atuam em tais espaços, o que de certa forma contribui para esta “inconcretude” de uma reforma agrária mais ampla na região.

Diante de tais informações fica evidente esta não realização da reforma agrária no território do DF e Entorno, seguindo a tendência que vem acontecendo no país conforme apontado no capítulo anterior. Além de uma ação inicial que pode ser considerada tímida em dados quantitativos expressa na criação dos assentamentos, a morosidade do Estado nos demais aspectos que competem ao desenvolvimento dos assentamentos e na efetivação de uma reforma agrária que atenda às necessidades dos assentados e às expectativas da população como um todo.

Enquanto um programa de reforma agrária para a região não criar corpo, os assentamentos estarão abandonados a sua própria sorte. Para tanto, é fundamental

¹⁹ Para se ter uma dimensão mais precisa de tais informações consultar o anexo II.

²⁰ Por exemplo o Assentamento Eldorado dos Carajás encontra-se segundo estas informações na fase 3 e poderíamos inclusive afirmar que esta na fase 4, comparando-o com o Assentamento Oziel Alves II (Pipiripau) que a informação oficial diz que se encontra na fase 4, conforme as informações reais que acessamos este assentamento ainda não foi concretamente criado pois permanece um litígio sob a domínialidade da área desde a sua “criação” em 2001. Diante de tais informações fica evidente que os dados que o Incra dispõe não condizem completamente com a realidade do desenvolvimento dos assentamentos.

a ação governamental na execução de uma política de reforma agrária ampla que considere os aspectos sociais e econômicos sob as bases da soberania alimentar, agroecologia e o desenvolvimento sustentável, possibilitando a devida autonomia aos camponeses assentados.

2.3 O Município de Unaí e o modelo de agonegício dependente

A região do entorno do Distrito Federal passou a conviver com um paradoxo que associa a modernidade representada por Brasília ao atraso dos latifúndios improdutivos e da pecuária extensiva. Além dos problemas decorrentes do intenso fluxo migratório em relação à capital federal, o seu entorno sofre também com a brutal valorização das terras. (LEITE, et al., 2004)

O município de Unaí foi fundado em 1943 após ser emancipado de Paracatu, um dos municípios mais antigos da região. Está localizado na mesorregião do noroeste do estado de Minas Gerais e compõe a RIDE²¹ (Região Integrada do Distrito Federal e Entorno – ver mapa 1), no ecossistema cerrados. Fica a uma distância de 165 Km do Distrito Federal, e a 500 Km da capital do estado, Belo Horizonte. Segundo dados do IBGE 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) possui um território de 8.447 Km², sendo o segundo maior município em extensão do estado, e uma população de 77.565 habitantes, sendo que 20% deste total vive no meio rural, o que corresponde a aproximadamente 14 mil habitantes. No ano de 2010 o PIB *per capita* do município foi de R\$ 17.227,00.

²¹A RIDE foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. É constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Pe. Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Sto. Antônio do Descoberto, Valparaíso, Vila Boa, no estado de Goiás, e de Unaí e Buritis, no estado de Minas Gerais.

Mapa 2.1 Divisão Político-administrativa da RIDE



Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal – IRPUR/UFRJ-FASE, 2002

A região do noroeste mineiro permaneceu até meados do século XX com as características econômicas e sociais herdadas do período colonial, marcada por uma agricultura de subsistência que tem como principal produto econômico a pecuária, características essas que definem uma fronteira agrícola:

vazio demográfico, organização social e econômica “arcaica” em relação às regiões mais desenvolvidas de Minas Gerais; além disso, era distante da capital do Estado e insignificante em termos de contribuição para o desenvolvimento econômico do país. Frente perfeita para a expansão da fronteira agrícola (OLIVEIRA, 2008:24)

O autor ainda aponta três elementos que foram significativos e influenciaram o desenvolvimento econômico e social do noroeste mineiro após 1950, sendo eles: a concretização da BR-040, ligando a microrregião ao Centro-Oeste do país e à capital Belo Horizonte, a construção da barragem de Três Marias em 1958, e a transferência da Capital Federal para Brasília no ano de 1960.

Merece destaque a criação de Brasília, pois ela vai dinamizar completamente a região do entorno e fundamentalmente o que vem a ser o próprio DF; aumentando a migração para a nova capital, a busca de melhores oportunidades atrai milhares de trabalhadores, causando ainda a criação de novos municípios; mas uma das

principais consequências foi o aumento do preço das terras. Bertolini (2005) caracteriza este processo de ocupação da região, afirmando que o mesmo “fica marcado pela discrepância entre a modernidade representada por Brasília e o atraso dos latifúndios improdutivos e da pecuária extensiva de seu entorno”. (BERTOLINI, 2005:58).

Unaí, apesar de ter sido criado anteriormente ao DF, é atravessado por tais questões. Há ainda outro elemento importante para entendermos a dinâmica e constituição do município, que advém da política agrária imposta durante a ditadura militar:

O Estado teve um papel relevante neste processo por meio da oferta de abundantes recursos a taxas de juros negativos e incentivos à pesquisa de variedades vegetais adequadas ao cerrado. Durante as décadas de 60 e 70 foram implementados vários projetos de desenvolvimento agropecuário nesta região (federais e estaduais), como por exemplo o Polocentro e o Prodecer (ambos do governo federal); o Planoroeste (do governo de Minas, voltado para a região noroeste do estado), o Padap (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, também do governo de Minas). Estes projetos e programas acabaram por reforçar a tendência histórica de concentração fundiária dessa região. Parte dos recursos advindos desses projetos foram indevidamente direcionados para a pecuária extensiva, com consequências sociais ainda piores (LEITE et al, 2004:58).

É válido ressaltar que o processo ocorrido durante a ditadura militar conhecido como “milagre econômico” serviu em grande medida para fomentar a revolução verde, baseada na monocultura, mecanização e uso intensivo de venenos nas lavouras. Logicamente, os grandes beneficiários dos investimentos públicos à época foram alguns poucos latifundiários. As consequências da “modernização conservadora” na agricultura foram a intensificação da concentração fundiária, expulsão dos camponeses de suas terras, desemprego, e a subordinação da agricultura à indústria.

Para os trabalhadores, o processo de modernização agrícola na região Noroeste (**mineiro**) significou **um brutal deslocamento social**, provocado, principalmente, pela mudança na pauta produtiva. Agregados, posseiros e meeiros experimentaram a modernização

como uma ruptura no seu modo de viver. A precarização do acesso à terra, a contratação temporária e precária de bóias-frias substituíram famílias inteiras que trabalhavam e residiam por várias gerações na região. Estes fenômenos de **desagregação socioeconômica** de populações tradicionais mostram a fragilidade do modelo de desenvolvimento adotado e abrem, assim, um precedente para questionarmos o desempenho econômico da agricultura na região denominada de “**celeiro**” de **Minas Gerais** (OLIVEIRA 2010:27. grifos nossos)

Com o esgotamento dos subsídios, da política de crédito e o acirramento das tensões sociais no seio da redemocratização do país, no início dos anos 80 são criados os primeiros assentamentos em Unaí (ver tabela 2.3), sendo que já existiam no município trabalhos realizados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) para a organização dos trabalhadores rurais. Data deste mesmo período a criação do STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais de Unaí, em 1981, período que coincide também com a atuação da FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais na organização e na luta da população camponesa.

Contudo, a ação dos mediadores na organização dos trabalhadores rurais na região Noroeste não se restringiu ao movimento sindical, o MST, desde o final da década de 80, também já tinha uma importante participação nesse processo. Na verdade, as primeiras referências na organização dessa luta pela terra partiram de uma aproximação entre o STR e o MST, que já havia montado algumas bases no Triângulo Mineiro e desejava instalar-se na região noroeste. (NETO et al. 2009:5)

A partir da análise de dados secundários do Censo Agropecuário do IBGE (2006) por nós realizada, podemos considerar o Município um exemplo categórico do desenvolvimento da questão agrária brasileira, pois ao mesmo tempo em que possui o maior PIB Agropecuário (Produto Interno Bruto) do estado, também é líder em desigualdades no meio rural. Do total de 3.593 estabelecimentos agrícolas, 859 propriedades (23,8%) detêm 566.809 hectares, o que equivale a 83,3% do território rural do município. Já a agricultura familiar totaliza 2.734 estabelecimentos, porém

ocupa apenas 16,6% do território. A variação do índice Gini²² no município corrobora tal distorção. Ela nos mostra que a desigualdade da distribuição da terra e da renda aumentou, no período entre 1996 e 2006, pois o índice oscilou de 0,7525 para 0,8113 respectivamente, ao passo que no país oscilou de 0,856 para 0,854 no mesmo período.

Tabela 2.1 Número de estabelecimentos agrícolas e área ocupada Unai/IBGE 2011

Tipo	N. de estabelecimentos	%	Área Ocupada - Hectares	%
Pequenas propriedades	2734	76,20%	113.633	16,70%
Grandes Propriedades	859	23,80%	566.809	83,30%
Total	3593	100,00%	680.442	100,00%

Fonte: IBGE 2011, organizado pelo autor.

A economia atual de Unai mantém-se baseada na agropecuária, com uma vasta extensão de terras destinadas à criação do gado de corte. Do total da área plantada no município (195 mil hectares), 49,3% (96 mil hectares) é ocupado pelo plantio de soja, seguido pelo feijão que ocupa 24% (48 mil hectares), milho 18,5% (36.500 hectares) e sorgo representando 6%. A produção de alimentos em Unai ocupa “todo” o restante da área plantada, ou seja, 2,7%.

Considerando ainda que a criação de gado ocupa praticamente o restante do território agrário – 485 mil hectares – e que a estimativa do rebanho de gado de corte em 2010 foi de 339.750 cabeças e a de gado leiteiro 34.000 cabeças, cada cabeça de gado ocupa 1,3 hectare. Se comparado com a população – pouco mais de 77 mil habitantes – temos a proporção de 5 cabeças de gado por habitante. Se fizermos uma estimativa para a conversão em pequenas propriedades rurais com média de 25 hectares, esta área comportaria aproximadamente 20 mil famílias, o que em perspectiva dobraria a população do município e dinamizaria completamente sua economia.

²²É um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente.

Grande parte da produção agrícola do município é baseada em moldes tecnológicos de mecanização intensiva, uso de insumos químicos e sementes melhoradas, além de irrigação constante. A irrigação é feita, no caso do feijão, por pivôs centrais, forma esta de irrigação reconhecidamente dispendiosa no consumo e perda de água. Estas informações reforçam mais uma vez a dinâmica contraditória deste desenvolvimento truncado do agronegócio em Unaí, onde a produção de *commodities* agrícolas, e o latifúndio improdutivo da produção de gado se sobrepõem completamente à produção de alimentos, imperando assim as determinações do capital na economia e no desenvolvimento local.

A violência no campo e as relações de trabalho escravo são outra característica deste modelo do agronegócio implementado em Unaí. No ano de 2004 foram assassinados três fiscais do Ministério do Trabalho, além do motorista, e figuram entre os acusados alguns dos maiores plantadores de feijão da região, Norberto e Antério Mânica - este último, embora preso, “havia se candidatado a prefeito desta cidade e vencido as eleições com cerca de 72% dos votos, e, em seguida, por meio da concessão de habeas corpus, havia sido colocado em liberdade” (SILVA 2005:8). Até o dia do registro destas páginas os acusados não haviam sido levados a júri, morosidade esta do Estado que tem seu reflexo oposto na criação dos assentamentos.

O caso de Unaí poderia ser caracterizado – aliás como grande parte do chamado agronegócio brasileiro – como uma espécie de “agronegócio dependente”, onde as relações de produção baseadas no latifúndio, na superexploração da natureza e do trabalho do ser humano, existentes desde o Brasil Colônia, são repaginadas com a modernidade do agronegócio baseadas em um desenvolvimento truncado e desigual, pois não há concomitantemente com a grande produção de *commodities* um processo de agroindustrialização dos produtos agrícolas.

Esta ambiguidade do ponto de vista do capital, produzida pelo modelo de agronegócio implantado no município, fica evidente quando analisamos os dados do seu PIB. A PAM/IBGE de 2010 mostra que Unaí figura entre os maiores produtores agrícolas do país, sendo que no estado de MG ocupou naquele ano a 2ª posição ficando responsável por 2,9% da produção agropecuária estadual. Entretanto,

observa-se que a indústria representa relativamente pouco no PIB municipal, evidenciando a tendência nacional, não industrialização na região em detrimento do setor primário.

Tabela 2.2 Produto Interno Bruto de Unai a preços correntes– IBGE 2011

Descrição	Valor em R\$ mil	Participação %
Agropecuária	512.309	38,40%
Indústria	165.226	12,00%
Serviços	570.497	42,70%
Impostos	85.912	6,44%
TOTAL	1.333.944	100,00%

Fonte: IBGE 2011, organizado pelo autor

Em todo este processo observado no município em questão evidencia-se o que vem acontecendo no campo brasileiro: a reconcentração das terras, a privatização e destruição dos recursos naturais, consumo (e não a produção) de tecnologia, utilização cada vez maior de agrotóxicos. As consequências também são velhas conhecidas: violência, exclusão, miséria.

Enquanto não houver uma reconversão da agricultura – bem como da indústria - com a produção voltada para o consumo interno e o benefício do povo e não mais aos interesses do capital financeiro internacional, a justiça social ficará cada vez mais distante de nosso horizonte. Este é na verdade um processo estrutural e para tanto:

a reconversão da agricultura exige a ruptura da estrutura de poder no campo e na cidade e implica, por conseguinte, uma revolução agrária. A reconversão da indústria exige que esta seja submetida à autoridade do povo, o que não é viável sem a nacionalização das unidades estratégicas e dos estabelecimentos financeiros. (DOWBOR, 1982:4)

2.3.1 A reforma agrária em Unai

O contraponto a este “exitoso” modelo de exportação de *commodities* está justamente na força que tem a pequena agricultura no país. Mesmo inserida em outros moldes de tecnificação e em grande parte dos casos em outro paradigma de desenvolvimento, dentro do total da produção agropecuária brasileira a agricultura familiar ocupa um espaço expressivo do ponto de vista da produção.

Dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) mostram que, ocupando apenas 24,3% da área total de estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto gerado ocupando cerca de 12,3 milhões de pessoas na produção, exemplificando a agricultura familiar gera R\$ 677,00 ha/ano significando 87% a mais que a agricultura patronal (R\$ 358,00 ha/ano). A agricultura familiar ainda é responsável pela produção de 87% de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 58% do leite, 50% de aves, 59% de suínos e 30% de bovinos, o que enfatiza a sua importância e o potencial econômico e produtivo para o desenvolvimento do país.

Apesar da hegemonia do agronegócio na região, a realidade agrária do município é complexa. É marcante o grande número de assentamentos de reforma agrária. Segundo dados que levantamos ao todo são 25, beneficiando aproximadamente 1.488 famílias, em uma área média de 15 a 20 hectares por família, representando 54,4% do total de estabelecimentos familiares. Se tomarmos como média 5 pessoas por família, a população assentada representa mais de 8% do total de habitantes do município.

Tabela 2.3 – Projetos de Reforma Agrária Criados até 2011, Unai (MG).

Nome do Projeto	Área (hectares)	Famílias Assentadas	Ano de Obtenção	Ano de Criação
Palmeirinha	6.146,19	161	1984	1986
Bálsamo	3.281,26	52	1986	1987
São Pedro Cipó	5.279,97	80	1988	1992
Santa Clara do Furadinho	1.293	43	1993	1995
Boa União	4.010,92	100	1996	1996

Renascer	1.495,13	45	1996	1996
Barreirinho	7.884,07	38	1998	2008
Santa Maria	2.345,48	59	1998	1998
Jiboia	1.684,61	53	1998	1998
Campo Verde	2.330,31	38	1997	1997
Califórnia	1.908,52	46	1997	1997
Paraíso	3.915,05	79	1997	1997
Vazante	2.304	59	1998	1998
Cana Brava	509,7	20	1998	1998
São Miguel	3.875,58	105	1998	1999
Brejinho	3.118,92	98	1998	1998
Menino Jesus	935,68	29	1999	1999
Curral do Fogo	4.557,35	131	1999	1999
Cachoeira	876	16	1999	2000
Papa Mel	1.150,14	28	2001	2002
Estrela Guia	4.253,87	61	2004	2005
Eldorado dos Carajás	1.618	36	2005	2005
Divisa Verde	1.034,62	15	2001	2002
Tamboril	648,6	24	2010	2010
Florestan Fernandes	1.584,14	72	2011	2011
Total	68041,11	1488		

Fonte: MDA/INCRA/SIPRA. Elaborado pelo autor com base no relatório do SIPRA de “Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação” de 01/01/1900 até 06/05/2011. Organizado pelo autor.

Com essa relevante presença de assentamentos rurais conquistados pela organização e luta dos trabalhadores, era de se esperar que as desigualdades no meio rural do município demonstrassem uma certa redução. Porém, conforme visto anteriormente, não é o que nos aponta o índice GINI, que no meio rural em Unai aumentou.

Segundo dados que analisamos do IBGE (Produção Agrícola Municipal – PAM:2010), os grandes estabelecimentos agrícolas em Unai (com mais de 1000 hectares) são responsáveis por apenas 12,32% das ocupações no campo. Conclui-se portanto que a geração de empregos não é uma virtude do agronegócio. Aliás, esta é uma tendência histórica no campo brasileiro: dados do IBGE mostram que o pessoal ocupado no campo por estabelecimento agrícola caiu de 9,74 pessoas em 1920 para 3,57 pessoas em 1970 chegando a 3,2 no ano de 2006. Em oposição a esta lógica, os pequenos e médios estabelecimentos (até 500 hectares) concentram 78,55% do trabalho no campo em Unai. Informações estas que reforçam o papel da

agricultura familiar na geração de emprego e renda no campo brasileiro e que em municípios onde a agricultura é predominante na economia certamente tem um peso considerável no seu desenvolvimento.

É sabido que a criação de assentamentos, além de democratizar o acesso à terra e ao trabalho, aumenta a produção de alimentos, a geração de empregos, e conseqüentemente a igualdade social. Necessário é, portanto, fortalecer a pequena agricultura e, principalmente, potencializar os assentamentos para além dos aspectos produtivos, avançando nas questões sócio culturais.

Mesmo com a intensa presença de assentamentos, a macro-realidade nos mostra o contrário, aliás, em alguns casos agrava o problema, como demonstra a pesquisa realizada pelo CPDA/UFRRJ no DF e Entorno, onde ficou evidente que a concentração de assentamentos em “manchas” na região ocorre fundamentalmente pela grande valorização das terras e “os fortes fluxos migratórios no Entorno do Distrito Federal” (HEREDIA et al, 2008:155). A especulação sob a venda de terras ao Incra para a efetivação de assentamentos é outra marca da região.

Evidenciam-se outros problemas na efetivação dos assentamentos, como a desarticulação “entre os processos de assentar as famílias, obter crédito para dar suporte à produção e ter acesso à assistência técnica de qualidade para capacitar as famílias, para que possam ser protagonistas do seu próprio desenvolvimento” (SABOURIN et al, 2007:28). Elementos esses que afirmam a necessidade da autonomia das famílias

A referida pesquisa ainda concluiu:

embora a população assentada não tenha grande peso sobre a população total da região como um todo, sobre a população rural dos municípios, em vários casos, seu peso é significativo. Uma inferência possível, com ressalvas, é de que a intensificação dos assentamentos tenha contribuído, senão para ampliar a população rural nos municípios analisados, pelo menos para estancar seu decréscimo. (HEREDIA, et al. 2008: 160)

Nota-se que além da dinâmica demográfica, a implantação dos assentamentos impacta diretamente a economia. O estudo de Neto et al (2006)

mostrou que, no município de Unaí, somente os créditos liberados para a reforma agrária superaram em três vezes o valor do Fundo de Participação dos Municípios. Em cidades menores a diferença se eleva exponencialmente.

O mesmo estudo ainda aponta que a percepção da população urbana sobre os assentamentos é boa na região do noroeste mineiro e se explicita “no aumento da oferta de produtos como milho, arroz, verduras, frutas, farinha de mandioca, frangos, carne de boi e carne de porco, produzidos no município quase que exclusivamente pelos assentamentos.” (NETO et. al., 2006: 9). Adiante os autores ainda afirmam que o comércio local também é dinamizado com a presença dos assentamentos.

Contraditoriamente à percepção da população apontada por Neto et al (2006), a pesquisa de Oliveira (2008) sobre as posições da elite do agronegócio em Unaí acerca das desigualdades sociais mostrou que, dentre temas julgados importantes por esta classe, a reforma agrária aparece em último lugar. Ainda segundo a pesquisa, ficou evidente para o autor que a prioridade no tocante à reforma agrária é a garantia da segurança jurídica e do direito à propriedade, em detrimento do “produtivismo” pregado pelo agronegócio, relegando a política de reforma agrária ao nível da política social ao invés de uma política de desenvolvimento.

Apesar das diversas pesquisas sobre o papel da pequena agricultura e dos assentamentos no desenvolvimento econômico e social, dos dados apontados no Censo Agropecuário (IBGE de 2006), percebemos que a reforma agrária continua relegada à um segundo plano na agenda pública do país. Se ela traz vantagens reduzindo as desigualdades, por que não é uma prioridade dos governos?

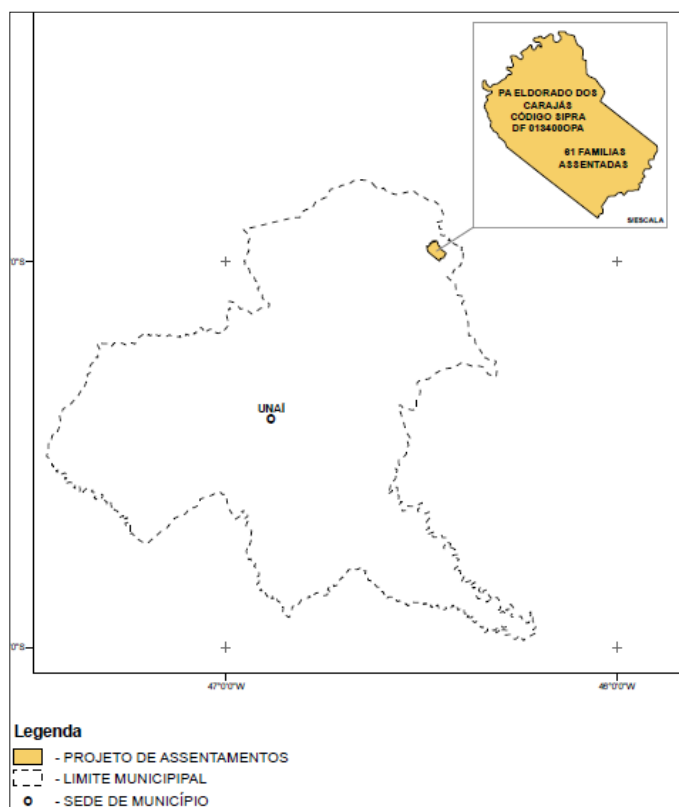
2.4 Histórico e contextualização do Assentamento Eldorado dos Carajás

O nome “Eldorado dos Carajás” foi dado ao assentamento em homenagem às vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás que aconteceu em 1996 no estado do Pará, onde foram assassinados pela Polícia Militar 19 trabalhadores rurais no dia 17

de abril, apesar da repercussão do caso até hoje os responsáveis não foram julgados. Em sinal de protesto e em memória as vítimas, todo ano no mês de abril o Movimento dos Sem Terra realiza ocupações, marchas, debates e o dia 17 de abril é tido como o dia internacional da luta camponesa.

O Assentamento fica a aproximadamente 85 km da sede municipal, o acesso se dá partindo da sede do município no sentido Buritis/Arinos pela MG - 121. Após percorrer 66 km chega-se a localidade de Garapuava (ou Garapa como comumente chamado pelos moradores). Percorrendo mais 11 km na mesma rodovia, é possível encontrar a placa indicando o assentamento; restam ainda por estrada de terra aproximadamente mais 8 km até a entrada do assentamento.

Mapa 2.2 Localização do Assentamento Eldorado dos Carajás em Unai/MG



Fonte: INCRA SR 28 – Divisão de Geoprocessamento 2012

O Assentamento Eldorado dos Carajás possui uma área de 1.614 hectares, sendo aproximadamente 360 hectares (22%) de área agricultável, em média 10 hectares por família, totalizando 36 famílias assentadas. O restante da área está

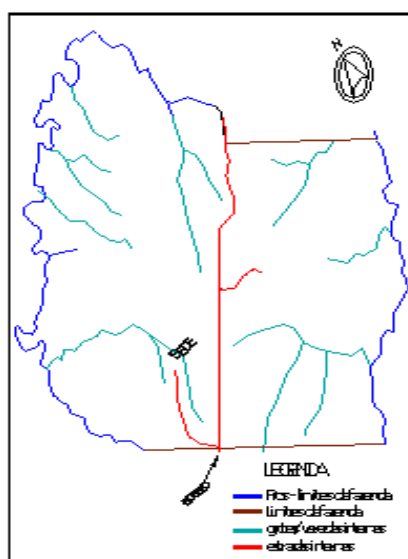
reservada como Área de Preservação Permanente e Reserva Legal o que não impede o manejo ecológico e sustentável destas áreas, com a extração de frutos e sementes, apicultura etc.

Esse dado imprime uma marca forte na característica do assentamento e nas perspectivas dos assentados, pois aproximadamente 70% está coberto de cerrado em pé, e a maioria dos assentados lança mão de práticas ecológicas²³ na produção existente e afirma que pretende manejar o cerrado procurando trabalhar com os princípios da agroecologia. Observa-se a presença de importantes árvores características do cerrado como: aroeira, buriti, cagaita, baru, pequi, favela, jatobá, angico, sucupira branca, ipê amarelo e roxo, aroeira, vinhático, pau ferro, pau d'óleo, pau-santo, pau terra, tamboril, garapa, caju do serrado, mangaba, tingui, araticum, saputá, capim meloso, peroba etc.

Os recursos hídricos são algumas veredas onde se formam renques de buritis, o córrego Forges, e o Ribeirão São Miguel. Apesar de possuírem localização privilegiada e formarem a maioria dos limites da área, não suprem as necessidades de água durante o período de seca. Os lotes estão distribuídos em uma forma oval, ao redor da estrada principal (ver mapa abaixo), o que permite que o fundo da maioria dos lotes esteja ligado a algum desses recursos hídricos disponíveis.

²³Observamos que o sistema de produção adotado se enquadra na “transição para a agroecologia”, 89% dos assentados entrevistados afirmaram adotarem este sistema, o que pode ser evidenciado em outros elementos do questionário como a questão sobre a adubação utilizada, onde apenas 20% utilizou adubação química que na maioria das vezes consorciada com utilização de esterco (58%), compostagem e/ou cobertura morta (89%). O destino do lixo também pode servir de indicativo da “transição”.

Mapa 2.3– limites geográficos do PA Eldorado dos Carajás



Fonte: INCRA SR-28

Durante nossas atividades de campo, a diversidade de animais ficou evidente – pela manhã e ao final da tarde o canto das araras chama muita atenção – a preservação do cerrado e a abundância de água contribuem para presença intensa de animais. Há relatos da presença de veados campeiros, capivaras, raposas, lobos, tatus, macacos, guariba, quati mundé, quati de bando, onças, antas, pacas, porco do mato, cobras, lagartos etc. A diversidade de espécies de pássaros também é grande. Destacam-se: araras, tucanos, jandaias, papagaios, jacus, periquitos, pássaros pretos, anu, patos, lambú, curió, Seriema, Martim Pescador, João de Barro, Sabiá, pomba branca, juriti, inhambu e perdiz.

Segundo entrevistas realizadas, um grupo de acampados do que hoje é o Projeto de Assentamento Barreirinho em Unaí/MG, juntamente com a direção do MST, tomou a decisão de realizar um novo trabalho de base em comunidades rurais do município para realizar uma nova ocupação de terra nas proximidades ainda em meados de 2003. Foi então realizado um acampamento em uma área vizinha à fazenda Santo Antônio do Garapa com um grupo de famílias ligadas ao MST, em conjunto com outras 50 famílias da própria comunidade do Guarapuava, mobilizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR.

Nesse período, durante a realização de uma mística no acampamento no dia 17 de abril, é dado o nome de Eldorado dos Carajás. Esta união entre o MST e o STR não prosperou, pois devido a algumas especulações em relação a possíveis áreas a serem desapropriadas e divergências políticas entre a direção das organizações, o acampamento acabou rachando, e as famílias ligadas ao sindicato abandonaram a ocupação.

Após este fato, somaram-se aproximadamente mais 100 pessoas do acampamento Barreirinho e, tão logo o acampamento adquiriu uma organização interna, realizaram a ocupação da fazenda Santo Antônio do Garapa. Segundo os relatos obtidos, isto aconteceu por volta de fevereiro de 2004, e esta ocupação forçou o INCRA a estabelecer um diálogo com os acampados e com o proprietário da área para iniciar o processo de desapropriação.

Nossos companheiros vêm participando de lutas e ações desde o ano de 2001, pois foi com a necessidade dos trabalhadores rurais sem terra de ocupar áreas improdutivas para fins de Reforma agrária que se iniciou esse processo. Então no ano de 2003, a FM (frente de massa) fez um levantamento e identificou a fazenda Santo Antônio do Garapa abandonada e improdutiva; por isso os trabalhadores se organizaram e a ocuparam no ano de 2004 e a vitória do MST veio no final de 2005. (COOTRADEFÉ, 2008:9)

Entre a desapropriação da fazenda e a efetivação do assentamento existiu um longo processo burocrático no Incra, com elaboração do Projeto de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) e início da instalação de infraestrutura, liberação dos primeiros créditos etc. - elementos estes que ainda não foram completamente consolidados pelo órgão. Durante o ano de 2005, as famílias ainda acampadas na área já desapropriada iniciam as discussões sobre a organização interna do futuro assentamento e começam a definir quem iria permanecer na área, bem como um debate com o Incra a respeito de tais questões:

Na verdade a discussão lá do assentamento sempre foi uma discussão coletiva. E ela foi ao contrário, não foi da direção para a base, foi da base pra direção né; sempre foi discutido com as famílias com a comunidade, fazia reunião de um dia, dois dias, que a gente discutia como que nós queríamos o assentamento, que modelo

que queríamos as casas, em fim pra discutir todo o assentamento. Isso sempre foi discutido com a comunidade, a comunidade dando propostas, ideias, de que forma nós íamos organizar os núcleos, como que nós ia montar os núcleos, se nós tinha preferência por família, quem era mais amigo, quem era mais velho, enfim. (Entrevistada A)

Percebe-se no relato que desde o período anterior à efetivação do assentamento já existia uma boa participação da comunidade nas definições dos rumos futuros, em parte pela própria formação que acontece nos acampamentos do MST. É ainda durante essas discussões que se define o tamanho dos lotes, a forma da utilização e a distribuição espacial dos mesmos. Conforme indicado anteriormente, foi destinado para cada família um total de 10 hectares para utilização individual, ficando o restante (1.200 hectares aproximadamente) para preservação ambiental e para o uso coletivo. A definição do tamanho de cada lote ocorreu conforme os laudos técnicos sobre a utilização do solo e as orientações do próprio Incra, procurando garantir o mínimo de terras para cada família sobreviver.

Conforme nossas observações e entrevistas, notamos que há uma grande diversidade na origem das famílias assentadas, tanto por serem de diferentes acampamentos, mas também de diferentes estados, demonstrando os fortes fluxos migratórios que compõem a região do entorno do Distrito Federal. Boa parte é proveniente de municípios do noroeste mineiro (cerca de 30%), e os demais vieram de diversos acampamentos organizados pelo MST dentre eles: Graziela, Pípiripau, Gabriela Monteiro, localizados no DF, e do Barreirinho, que fica no próprio município de Unaí. Segundo informações obtidas, essas famílias de outros acampamentos foram convidadas para acampar no Eldorado no mesmo período em que aconteceu a saída das famílias do STR. Essa constatação não deixa de ser uma característica das movimentações espaciais da população da região do Distrito Federal e Entorno, e dos próprios sem-terra, que têm sua vida marcada pela migração em busca de trabalho na agricultura, ou mesmo nas cidades, o que começa a mudar quando passam a integrar movimentos de luta pela terra.

Pra poder chegar a esse público que discutiu esse assentamento, como não era mais o público lá da região, que massificou na época,

já era um outro público, esse público, uma grande maioria deles foi de Brasília, que eram acampados do Gabriela, do Graziela, foi uma grande companheirada, outros do Barreirinho. Esse pessoal já estava acampado há muitos anos (Entrevistada A)

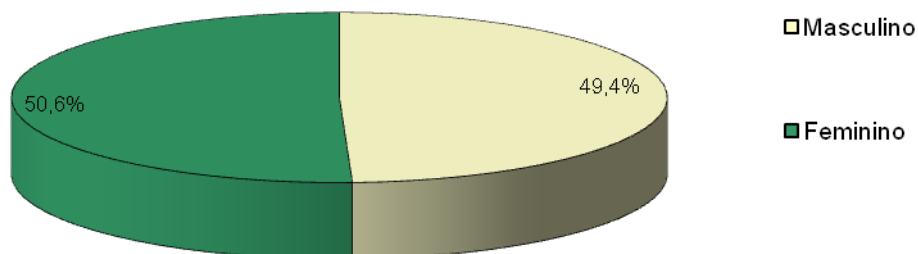
A maioria das famílias assentadas tem sua origem na zona rural, dentre elas predominam assalariados rurais temporários ou permanentes, posseiros parceiros/arrendatários, retratando uma população que vivia subordinada às grandes fazendas. Pode-se considerar que muitos dos assentados embora tivessem algum tipo de inserção no mercado de trabalho o faziam em condições muito precárias, a exemplo dos cortadores de cana, e dos trabalhos sazonais nas fazendas da região, ou do subemprego na periferia da capital do país.

A organização interna do assentamento é composta por 3 Núcleos de Base com 12 famílias cada um. Os núcleos são a base do que é chamado de organicidade pelos assentados, e toda a estrutura organizativa do assentamento é replicada dentro do núcleo. Assim, existe um coordenador e uma coordenadora, responsáveis pelos setores de produção cooperação e meio ambiente, educação, finanças, saúde. Os núcleos reúnem-se periodicamente para debater questões da realidade como dificuldades enfrentadas, divergências internas, apontar soluções de problemas, planejamento e avaliação de ações, os encaminhamentos feitos nesta instância são levados para a coordenação geral do assentamento.

A coordenação geral é composta pelos dois coordenadores de cada núcleo, um coordenador/a de cada setor, e dois coordenadores gerais. A coordenação tem o papel de receber as deliberações e os debates realizados nos três núcleos e fazer os encaminhamentos necessários para que as decisões tomadas sejam efetivadas. Além disso, normalmente são os responsáveis por reuniões com órgãos governamentais, parceiros, sindicatos etc., fazendo assim a relação política com a sociedade. A instância máxima de deliberações é a assembléia geral.

Em relação à questão de gênero, a população do assentamento é bem equilibrada. Conforme o gráfico abaixo observamos 50,6% de homens e 49,4% de mulheres, dado este que contrapõe a tendência de masculinização do campo apontada em diversas pesquisas. Mas esta, infelizmente, é uma realidade local.

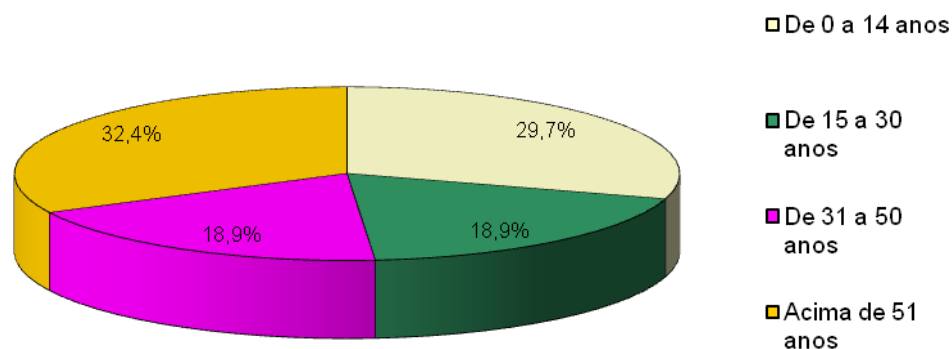
Gráfico 2.6 – População assentada por gênero



Fonte: Coleta de dados realizada pelo autor

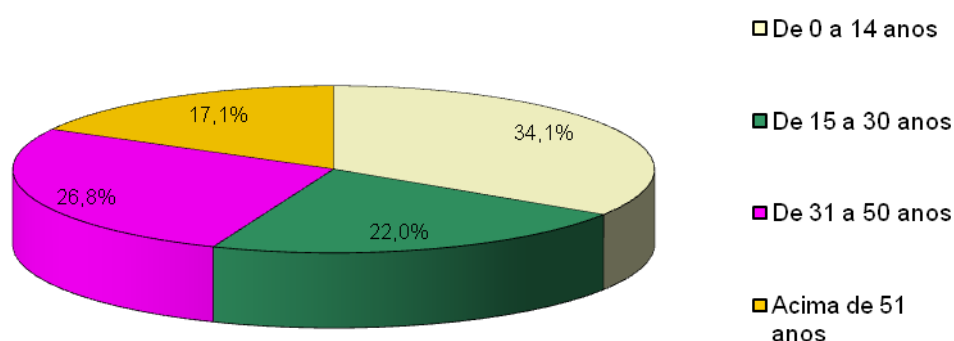
Os gráficos abaixo nos ajudam a visualizar a distribuição da população por faixa etária e gênero: chama a atenção a grande presença de crianças e adolescentes. Entre os homens, no entanto, a maioria encontra-se na faixa etária acima dos 51 anos, já entre as mulheres observou-se um certo equilíbrio na distribuição da população.

Gráfico2.7 – População assentada por faixa etária/sexo – masculino



Fonte: Coleta de dados realizada pelo autor

Gráfico2.8 – População assentada por faixa etária/sexo – feminino



Fonte: Coleta de dados realizada pelo autor

Estes dados ajudam na realização de algumas análises. Por um lado observa-se a tendência histórica do envelhecimento da população camponesa devido ao processo de urbanização e expulsão destes povos – tendência recorrente no meio rural do Brasil nos últimos 40 anos e apontada em diversas pesquisas - sobre o impacto da modernização, na destruição das comunidades camponesas.

De outro, a grande presença de uma população jovem, fundamentalmente crianças e adolescentes, pode apontar que a realização da reforma agrária contribuiu para frear este processo histórico – de masculinização, envelhecimento, e esvaziamento – ocorrido na população rural do Brasil. Obviamente que estes fatores dependem quase que exclusivamente do desenvolvimento de condições sociais e econômicas para a permanência destes nos assentamentos.

Notou-se ainda que em cerca de 65% dos lotes vivem filhos dos responsáveis, a maioria de até 14 anos, variando de 1 a 6 filhos em cada unidade familiar; o restante (35%) são lotes ocupados por famílias de até duas pessoas na maioria com mais de 50 anos que afirmaram que os filhos já adultos vivem na cidade. Tais traços, principalmente relacionados à lógica de reprodução e sucessão familiar são características do campesinato apontadas por diversos autores. Carvalho (2005) expõe dois elementos centrais que fizeram com que o campesinato co-existisse nos diferentes modos de produção até os dias atuais, a saber:

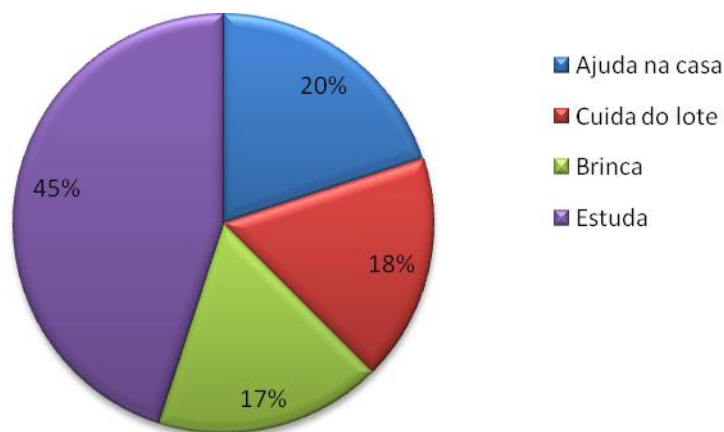
garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada e a posse sobre os recursos da natureza. A reprodução social da unidade de produção camponesa

não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família. (CARVALHO, 2005:170)

Entende-se, portanto, que a dinâmica do campesinato ao longo da história é uma luta pela sua permanência na terra em busca da sobrevivência, tendo como principal fator a reprodução familiar, numa dinâmica que lhe garante autonomia, uma vez que o lucro não é o movente dessa lógica mas, como afirma o autor, a sobrevivência e a reprodução familiar.

Conforme destacamos, praticamente 1/3 dos assentados são crianças e adolescentes. Quando indagados sobre as atividades desempenhadas observamos que 45% apenas estuda; os demais, além de estudar já começam desde cedo a ajudar no trabalho, assumindo tarefas como alimentar pequenos animais, horta, buscar água etc. A grande maioria contribui nas tarefas domésticas.

Gráfico 2.9 Atividades desempenhadas pelos filhos

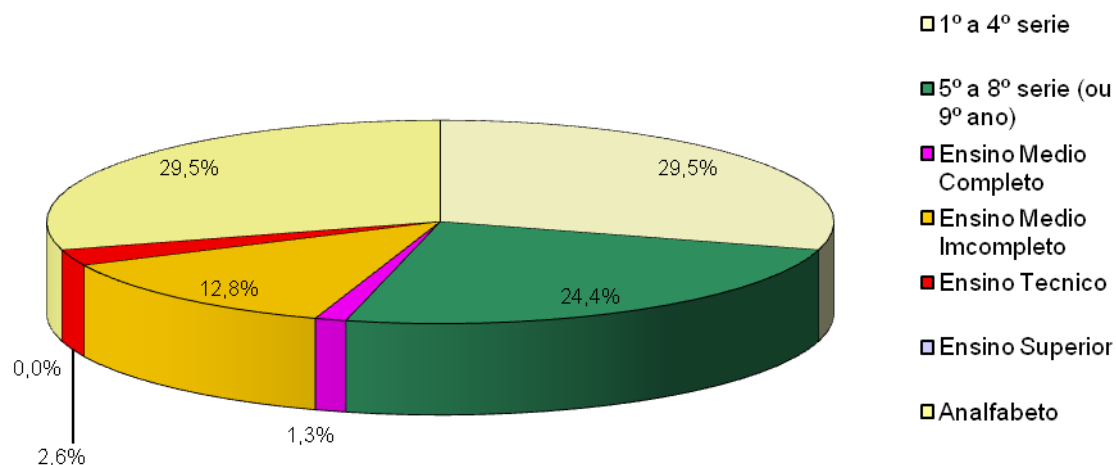


Fonte: Coleta de dados realizada pelo autor

Ressaltamos ainda que, à exceção das crianças de 0 a 5 anos (gráfico 2.10), todas as demais crianças e adolescentes em idade escolar frequentam a escola localizada na comunidade rural do Guarapuava, distante em média 30 km do assentamento. Além da inexistência de escola no assentamento, percebemos que

há pouca relação e inserção da escola com a comunidade de forma geral, os relatos sobre esta relação não vão além de atividades convencionais, como reunião com os pais para entrega de boletins. Da mesma forma não há na escola frequentada pelos assentados nenhum tipo de vínculo com a Educação do Campo.

Gráfico 2.10 – Grau de escolaridade da população assentada – total



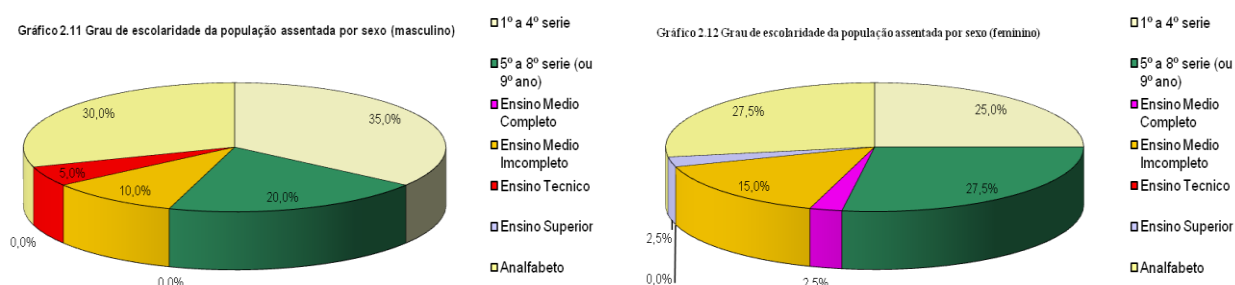
Fonte: Coleta de dados realizada pelo autor

Com relação ao nível de escolaridade dos assentados, verificou-se que 29,5% possui o Ensino Fundamental até a 4ª. série, 24,4% até a 8ª. 12,8% possuem o nível médio incompleto, apenas 1,3% possui o nível médio completo, 2,6 % possuem curso técnico de nível médio, e 29,5% são analfabetos. Ressaltamos que o analfabetismo inclui neste caso as crianças que não estão em idade escolar, subtraindo-se esta parte da população assentada o percentual de analfabetos é de 16,5%;

Essa realidade se aproxima muito da de outras pesquisas realizadas em assentamentos da reforma agrária com o foco na educação, sendo que podemos apontar como principais semelhanças: a inexistência de atendimento em creche/pré escola; nível de analfabetismo dos assentamentos fica um pouco abaixo da média do meio rural (cujas média nacional é de 23% segundo o IBGE), concentrado na população acima de 40 anos.

A maior parte da população ainda possui o Ensino Básico incompleto até a 4ª série, sendo que quanto mais vão se elevando os níveis de escolaridade proporcionalmente o acesso diminui, como no caso do Ensino Básico de Nível Médio, etapa esta da educação onde acontece grande parte da evasão escolar por parte da juventude rural. Os gráficos 2.10 e 2.11 abaixo demonstram a diferença da escolarização entre homens e mulheres, que mantém-se semelhante às pesquisas mais gerais da população, em que as mulheres alcançam níveis mais elevados de escolarização.

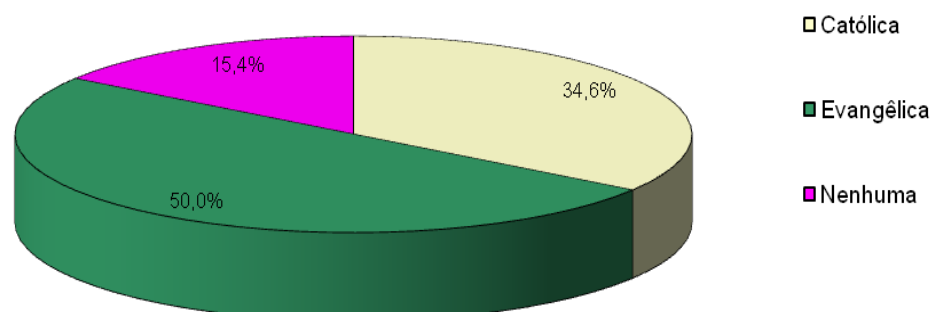
Gráficos 2.11 e 2.12 grau de escolaridade por sexo



Fonte: Coleta de dados realizada pelo autor

Em relação à religiosidade, conforme o gráfico 2.12, predominam as evangélica e a católica, com 50% e 34,6 % respectivamente, 15,4% afirmaram não praticarem ou pertencerem a nenhuma religião. No assentamento existem duas casas de assentados que servem para realização de cultos das religiões evangélicas; outro fato curioso é que mais da metade dos que afirmaram ser católicos frequentam os cultos evangélicos, pois é mais perto de suas casas (dentro do assentamento) e os encontros são mais frequentes.

Gráfico 2.13 Religiosidade dos assentados

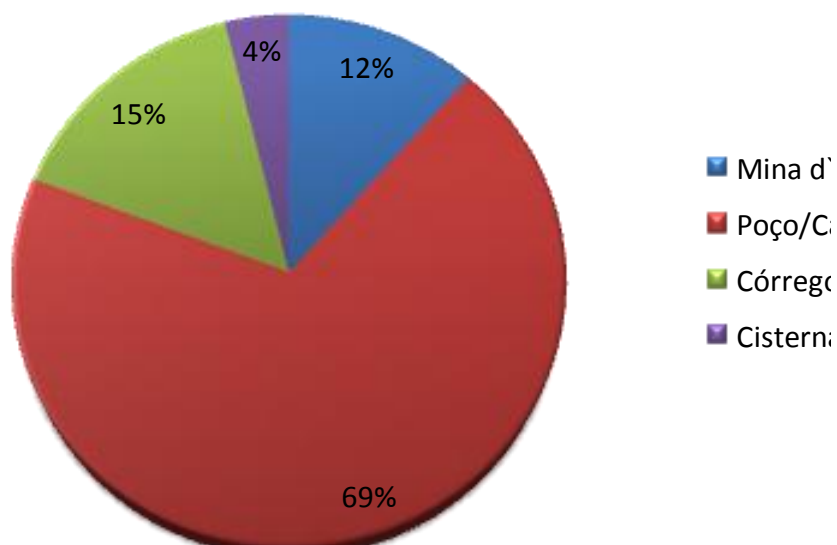


Fonte: Coleta de dados realizada pelo autor

Quanto à moradia, atualmente todas as famílias já possuem casa de alvenaria, mas esta é uma situação recente, pois a conquista do crédito de habitação aconteceu há aproximadamente 2 anos, sendo efetivada somente agora através dos mutirões realizados pelos assentados; atualmente, todas as famílias já foram beneficiadas. A maioria das casas é simples, com dois, no máximo três quartos, banheiro, sala e cozinha. Os dejetos do banheiro são despejados em fossa negra. Já os demais resíduos são separados para aproveitamento; parte do lixo orgânico que não serve para alimentação animal vai para composteiras que servem para a produção de adubo, o lixo seco que não pode ser reaproveitado diretamente é queimado em locais reservados para esse processo.

O acesso à água é um fator determinante no assentamento e as condições atuais trazem muitas dificuldades para as famílias, pois não existem poços artesianos (um está em construção); mais da metade - 65% - do acesso é feito através de pequenas cacimbas (cisternas) nas proximidades de cada lote, algumas chegando a ficar 1,5 Km de distância; outras famílias utilizam a água de veredas e pequenas vertentes. Via de regra, o transporte da água é feito através de baldes, o que acaba dificultando ainda mais o acesso e a produção no assentamento.

Gráfico 2.14 – Acesso à água das famílias



Fonte: Coleta de dados realizada pelo autor

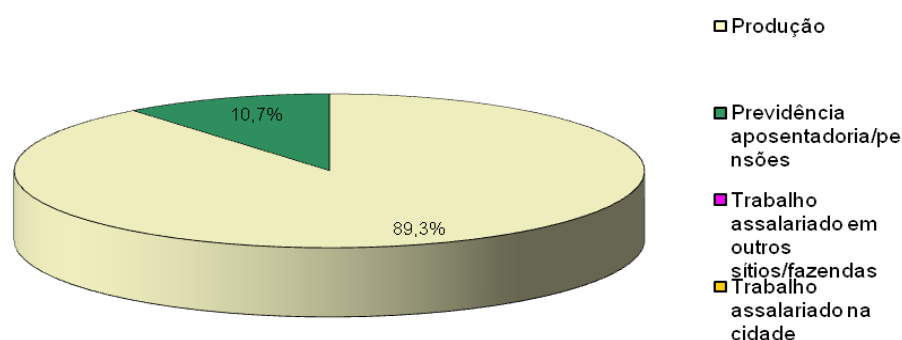
A instalação da energia é recente, iniciou em 2011, e ainda não foi concluída; ela acontece através do programa do Governo Federal “Luz Para Todos”; a perspectiva é de que, com a energia instalada, tanto a produção quanto outros aspectos sejam facilitados, fundamentalmente o acesso à água – pois há agora potencial para a instalação de pequenas bombas, mini poços etc. que servirão para o consumo e a produção.

Além do crédito de habitação, que proporcionou a construção das casas, todas as famílias já acessaram o que é denominado pelo Inbra de “Crédito de Instalação”, que consiste em 7 modalidades de financiamento, sendo elas: Apoio Inicial, Aquisição/Material de Construção, Fomento, Adicional Semiárido, Recuperação de Materiais de Construção, Reabilitação de Crédito Produção, das quais quatro foram acessadas pelas famílias. Tal benefício consiste na transferência de recursos na modalidade de crédito, procurando assegurar o básico para a instalação e o desenvolvimento inicial das atividades produtivas das famílias nos Projetos de Assentamento.

No tocante à renda e ao sustento da família, 100% dos entrevistados afirmaram que o que estão produzindo nos lotes já lhes serve para o autoconsumo sendo que 89,3% afirmaram que a renda que possuem é oriunda da produção, o

que de fato observamos pois mesmo que de forma esporádica alguns já comercializam e/ou trocam parte do excedente produzido; Verificamos ainda que 10,7% das famílias recebem algum tipo de benefício da previdência social (aposentadoria/pensão), e 36,7% dos entrevistados são beneficiários do programa de transferência de renda “Bolsa Família”. Quanto a trabalhos sazonais em fazendas vizinhas, ou mesmo nas cidades, apenas duas pessoas afirmaram que ainda têm realizado em uma proporção de aproximadamente 30 dias/ano, e apenas uma pessoa tem vínculo empregatício formal fora do assentamento, trabalhando como agente comunitário de saúde no próprio assentamento e nas suas redondezas.

Gráfico 2.15 – Renda da unidade familiar camponesa



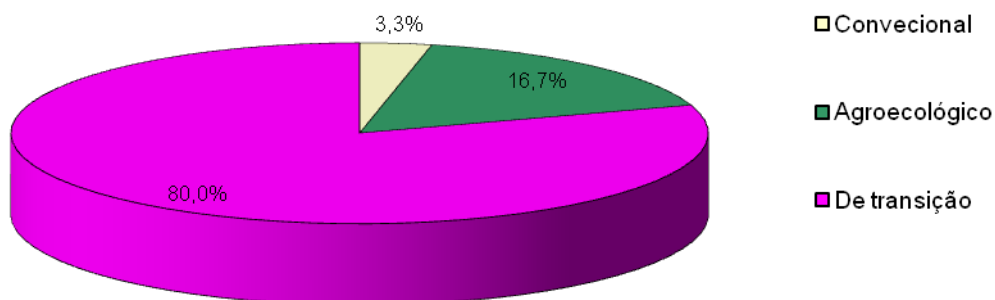
Fonte: Coleta de dados realizada pelo autor

Apesar de mais de um terço das famílias assentadas ainda acessarem programas de transferência de renda, o que em não deve ser considerado como um problema, visto que este é um direito da população, e deve ser relativizado, pois em muitos casos, conforme já observado, para o campesinato a geração de renda não é uma prioridade. Entretanto demonstra a necessidade de um aumento e, uma melhor organização da produção para que as famílias possam ter sua autonomia econômica e garantir a soberania alimentar.

Nesse aspecto, notamos alguns elementos que merecem destaque: poucas famílias afirmaram exercer atividades econômicas fora do assentamento; conforme já enunciado; todas já desenvolvem atividades agrícolas que em maior ou menor grau lhes garante algum retorno. Outro aspecto que merece destaque é a forma de cultivo que estão priorizando, conforme demonstram os gráficos abaixo. Outro fator que representa ainda um entrave à produção e à autonomia das famílias é a

morosidade dos órgãos ambientais em ceder o licenciamento ambiental, o que impede que sejam abertas áreas (já previstas pelo INCRA) para a produção.

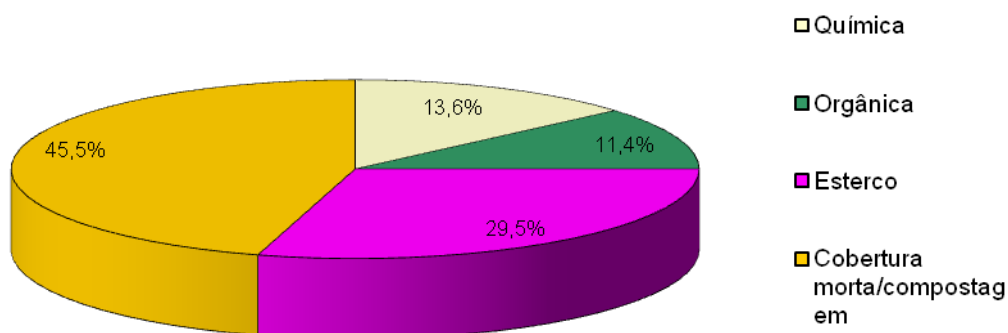
Gráfico 2.16 – Sistema de produção adotado pelas famílias



Fonte: Coleta de dados realizada pelo autor

Salientamos outros elementos importantes observados no tocante à produção e às perspectivas das famílias, pois de alguma forma todas estão utilizando práticas agroecológicas no sistema de produção; também percebemos a preocupação das mesmas com as sementes, além de uma grande diversidade (como por exemplo do feijão); os assentados procuram reproduzir as sementes para aos poucos ir aumentando a área plantada, o que lhes garante grande autonomia, assim como a utilização de compostagem e adubação orgânica, para auxiliar na produção.

Gráfico 2.17 – Tipo de adubação utilizada



Fonte: Coleta de dados realizada pelo autor

A policultura predomina entre as famílias, marcando assim o assentamento, pois a variedade de alimentos produzidos é enorme, predominando alimentos como feijão (de corda, preto, catador, de arranque etc.), mandioca, milho, arroz, que são produzidos em um nível consideravelmente elevado e na maioria dos casos excedem a necessidade de cada família. Verificamos ainda que em cerca de 80% dos lotes existem hortas para o consumo familiar; também são produzidos, sorgo, cana, gergelim, amendoim, abóbora, melancia, maracujá, abacaxi, banana.

Estas características do campesinato presentes no assentamento Eldorado dos Carajás corroboram com as análises sobre a visão dos assentamentos enquanto territórios de vida, sintetizando sua cultura. Uma cultura que se coloca antagonicamente ao modelo de produção hegemônico no campo.

Se, para o agronegócio, a terra é uma mercadoria (assim como o que se produz nela), o que observamos nesta pesquisa é que para os assentados a alimentação é a primeira necessidade humana; da mesma forma, portanto, se coloca o trabalho na transformação da natureza enquanto produtor destes alimentos. Neste sentido STEDILE (2007) afirma que “o alimento é um direito de todos os seres humanos e não mera mercadoria da qual busca extrair lucros [...]”. Logo, a produção agrícola camponesa baseada na policultura é essencial para manter a soberania alimentar. (2007:42).

Ao evidenciarmos as diferenças entre a agricultura camponesa e o agronegócio, devemos ter presente a complexidade de relações e características que marcam este antagonismo. A pequena agricultura não necessariamente é sinônimo de agricultura camponesa, tampouco a agroecologia (para ficarmos apenas em dois aspectos). Se assim procedêssemos, correríamos o risco de cair no ufanismo, homogeneizando os pequenos produtores rurais como um todo. Sabe-se que boa parte da agricultura familiar está completamente integrada à cadeia do agronegócio, principalmente através do monocultivo, pois os agricultores camponeses são encurralados pelo capital, e devido à falta de alternativas para a sobrevivência acabam cedendo a esta pressão.

A resistência dos camponeses assentados no Eldorado ao modelo do agronegócio é reforçada em elementos de sua prática cotidiana. Conforme evidenciamos na aplicação dos questionários desta pesquisa, a preferência pelo sistema agroecológico de produção é uma constante. Estas questões podem ser observadas em outros aspectos do assentamento, como o banco de sementes crioulas organizado na área coletiva do assentamento serve para o armazenamento, a reprodução e distribuição das diversas espécies cultivadas pelos assentados. A maioria foi obtida de outros assentamentos e em muitos casos vêm sendo reproduzidas desde o acampamento pelos assentados. Predominam espécies de feijão e milho, seguida de espécies de hortaliças e outros cereais, como linhaça e gergelim. Há ainda o início da produção de mel, visto que mais da metade do assentamento é composto por mata, o que, segundo os assentados, pode futuramente transformar-se em uma fonte de geração de renda para as famílias.

Verificamos ainda que em grande parte dos lotes estão se constituindo SAF's (Sistemas Agro Florestais), que consistem na produção de árvores frutíferas e madeireiras consorciadas com a produção agrícola. Segundo relatos, a implantação de SAF vem acontecendo desde o primeiro ano do assentamento, através da construção de um projeto em parceria com o NEAGRI/UnB (Núcleo de Estudos Agrários), e também outros projetos de agricultura urbana e periurbana com o GTRA/UnB (Grupo de Trabalho da Reforma Agrária). Verificamos em média a presença de 15 espécies em cada lote, alcançando entre 20 e 50 unidades plantadas fora a vegetação nativa presente. A maioria mostra-se interessada na implantação do sistema e procura dar o máximo de cuidado às plantas ainda jovens; tal experiência demonstra a importância da construção de projetos da Universidade em parceria e diálogo com os assentamentos.

Quanto à produção animal predominam pequenas aves, sendo que a criação de galinhas é a mais volumosa (em média 50 por família), seguida de galinhas de angola, perus e patos; em alguns lotes há criação de gado leiteiro, porcos, cabras, assim como cavalos utilizados como transporte e tração para pequenos arados. Estão sendo criados porcos, cabras e carneiros através de algumas matrizes que

foram obtidas coletivamente, com o intuito de aumentar o número de animais e assim distribuí-los às famílias assentadas.

Na área coletiva do assentamento também existem hortas organizadas e cultivadas por cada núcleo de base. Sua função principal é garantir o consumo de hortaliças quando acontecem as reuniões de setores, assembléias e festas no assentamento. Também estão sendo desenvolvidas experiências na produção de espécies de mandioca e parceria com a EMATER/MG, na busca de encontrar variedades que mais se adaptem ao tipo de solo e às demandas dos assentados (espécies que produzem mais farinha, polvilho, que cozinham mais rápido etc.)

Outro aspecto que chama a atenção é o “coletivo de mulheres”, que além de produzir artesanato variado (tricô, crochê, pinturas, artesanato em palha e outros materiais do cerrado), colabora na organização e na formação das mulheres assentadas, e na manutenção do horto medicinal. Observamos em nossas visitas de campo que a participação feminina é constante na maioria das atividades, tanto produtivas quanto políticas.

Quando indagados sobre o destino da produção, a maioria nos respondeu que produz para o consumo próprio, para a reprodução de sementes e para alimentação e reprodução dos animais. Parte da produção é beneficiada – como no caso da mandioca –, além de dividirem e/ou realizarem trocas entre os próprios assentados.

Há também uma pequena venda no assentamento, organizada pela comunidade sob responsabilidade de uma família, onde são comercializados alguns produtos básicos de consumo. A motivação da organização, segundo nos foi apontada, é facilitar a compra desses gêneros, e também a geração de um excedente que serve para a organização de atividades coletivas do assentamento.

Em 2009 o assentamento ganhou notoriedade com a visita do relator da ONU para o Direito à Alimentação, o advogado Olivier De Schutter. A intenção da visita do relator ao assentamento foi a de observar experiências de produção e de estímulo à agricultura familiar como formas de garantir o direito humano à alimentação para a

elaboração de um relatório para as autoridades internacionais, contendo recomendações para a melhoria do acesso à alimentação.

Recentemente durante a confraternização em comemoração aos 4 anos²⁴ do assentamento Eldorado dos Carajás, observamos como as famílias assentadas cultivam a sua mística e assim alimentam a pertença ao Movimento ao qual fazem parte. Neste dia foram celebradas as conquistas mais recentes das famílias, como a finalização da construção das casas no assentamento, a abertura das estradas e a instalação da rede de energia, o que pode representar uma nova etapa no desenvolvimento do assentamento.

²⁴O aniversário de 4 anos do assentamento foi comemorado no dia 12 de outubro de 2011. Além da comunidade e de dirigentes do MST, e representantes de outros assentamentos e acampamentos do município, estiveram presentes autoridades políticas locais, e o superintendente regional do Incra; foi realizado no mesmo dia uma festa para as crianças, os Sem Terrinha.

3. O CAMPESINATO NA EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

3.1 A resistência do campesinato no assentamento Eldorado dos Carajás frente à hegemonia do agronegócio dependente

Estampa a capa do jornal “O Interessante” de abril de 2011 a manchete “MST: a defesa contínua pela dignidade humana – trabalhadores ligados ao movimento afirmam que o trabalho é a base da consciência social e política”. Ironicamente, ao lado da chamada está outra notícia: “Agricultura de Precisão: tecnologia que usa recursos científicos, como fotografias feitas por satélites, reduz os custos de produção e diminui impactos ao meio ambiente”. Este exemplo nos ajuda a compreender melhor o antagonismo entre os Paradigmas da Questão Agrária - PQA e o Paradigma do Capitalismo Agrário – PCA (FERNANDES, 2007), que atravessa a realidade da região e mais especificamente de Unaí.

Para quem está andando pela região onde se localiza o assentamento Eldorado dos Carajás, é fácil se impressionar com a boa localização e vasta extensão das fazendas que o circundam. Percorre-se quilômetros às margens da rodovia MG 121 tendo como horizonte o verde homogêneo das plantações de *commodities*, tanto faz se de feijão, milho, ou soja, café, não importa qual for a mercadoria – afinal, não são alimentos, e sim mercadorias – produzida de acordo com o interesse do mercado internacional. Outro aspecto que merece atenção é a alta inversão de capital nestas lavouras, que pode ser evidenciada pela utilização de pivôs de irrigação e a pulverização de agrotóxico feita por aviões, exemplo da referida agricultura de precisão à qual se refere a capa do jornal.

É ali, em meio a um vale, que se encontra o assentamento, um dos últimos refúgios da fauna daquela localidade – pode-se dizer que o é inclusive do ser humano, afinal, no Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) a presença humana é esporádica, ocorrendo apenas quando da exploração da força de trabalho para plantio ou colheita. De modo geral, na região do Entorno estes vales tornaram-se

redutos de camponeses, quilombolas e pequenos agricultores. Devido às características do terreno, essas são regiões que não possibilitam a tecnificação desejada pelo PCA.

Este processo de “encurralamento” dos pequenos camponeses e de destruição de seu modo de vida vem se intensificando nos últimos anos na região, conforme aponta Porto-Gonçalves:

É o que vem sucedendo também nos últimos 30 anos no Planalto Central brasileiro, onde vastas áreas planas das chapadas cobertas por cerrados vêm sendo capturadas pelas grandes latifúndios empresariais do agronegócio, áreas essas historicamente usadas pelos camponeses como campos gerais, isto é, campos que pertencem a todos (são gerais). Ali, os camponeses usam os fundos dos vales para a agricultura, onde cada família tem seu próprio lote, e as chapadas como área comum (gerais). A reprodução camponesa se vê, assim, impossibilitada na medida que lhe são amputadas suas terras comuns num processo muito semelhante àquele analisado por Tomas Morus e por Karl Marx sobre o cercamento dos campos na Inglaterra (PORTO-GONÇALVES, 2006: 169)

Essas terras, as quais o capital ainda não havia conseguido explorar, vêm sendo ameaçadas através da instalação de PCH's (Pequenas Centrais Hidroelétricas) em toda a região do nordeste goiano e do noroeste mineiro, expulsando as populações que vivem ali e destruindo seus territórios. Exemplos claros são as usinas em processo de instalação em Cavalcante/GO - no território quilombola Kalunga - e nas proximidades do Assentamento Eldorado em Unaí/MG, onde pelas informações obtidas as 100 famílias assentadas desde 1998 no Assentamento São Miguel serão atingidas pela PCH São Miguel.

O relato de um dos assentados alerta ainda para outra dimensão desta disputa com o modelo do agronegócio:

cercados de vários latifundiários por ali, dos dois lados um que é o cafezal e outro é aquela área lá do João Coco. Então, a gente se sente assim acuado naquele meio, teve até um acontecimento que um fazendeiro lá de cima estava batendo o veneno e esse veneno estava prejudicando até o assentamento. (Entrevistado B)

O que se observa é que, assim como a população de forma geral, o assentamento é atingido diretamente pelo modelo de produção do agronegócio. Um dos principais efeitos é a contaminação por agrotóxicos. De acordo com o relatório da “Subcomissão Especial Sobre o uso de Agrotóxicos e suas Conseqüências à Saúde”, instalada na Câmara dos Deputados em 2011, verificou-se que o consumo de agrotóxicos no mundo aumentou quase 100% na última década e “no Brasil, a taxa de crescimento atingiu quase 200%” (2011). Apenas no ano de 2010 foram comercializadas mais de um milhão de toneladas de agrotóxicos em todo o território nacional, colocando o país em primeiro lugar no consumo mundial. A estimativa que se tem é de um consumo médio de 5,7 litros de agrotóxicos por habitante no Brasil.

O elevado consumo dos agrotóxicos é apenas mais uma face dos efeitos perversos do modelo do agronegócio. Ele traz severos impactos ao meio ambiente, e à população, além do que atrela diretamente a economia brasileira à produção de produtos primários, dependente hoje de cerca de 10 empresas multinacionais. O consumo de agrotóxicos evidentemente está ligado diretamente à privatização das sementes transgênicas, pois este elevado aumento ocorreu após a liberação do uso de tais sementes no país.

Mas que desenvolvimento é este? O desenvolvimento em que se combinam as últimas tecnologias – do ponto de vista do agronegócio – com a superexploração do trabalho no campo, causando a degradação da sociobiodiversidade? Convivem ali naquela realidade diferentes territórios na desleal disputa, onde de um lado existe o campo do negócio que consegue combinar muito bem o arcaico e o moderno na busca da maximização dos lucros, e de outro os que procuram reinventar a vida sob outra ótica. É necessário, portanto, entender o campo enquanto parte de uma totalidade, considerando que esta parte não se constitui como um espaço homogêneo, mas contraditório, e que a opção por determinado modelo de desenvolvimento vem demonstrando suas conseqüências.

Imagem 3.1 Os dois campos: a agri-CULTURA e o agro-NEGÓCIO²⁵



Mesmo sendo evidentes tais diferenças, é essencial entendermos por que e como essas duas realidades (do campesinato e do agronegócio) produzem dois territórios distintos. Um ponto central é o objetivo final da produção, onde o agronegócio busca a produção de mercadorias e o campesinato procura se organizar para a produção de sua existência em primeiro lugar, procurando potencializar o desenvolvimento de diversas outras dimensões que não somente as econômicas. A tabela abaixo, organizada por FERNANDES e MOLINA (2004:85), nos ajudam a visualizar melhor estes dois territórios:

Campo do Agronegócio	Campo da Agricultura Camponesa
Monocultura – <i>Commodities</i>	Policultura – uso múltiplo dos recursos naturais
Paisagem homogênea e simplificada	Paisagem heretogênea complexa
Produção para a exportação (preferencialmente)	Produção para o mercado interno e para exportação
Cultivo e criação onde predomina as espécies exóticas	Cultivo e criação onde predominam as espécies nativas e da cultura local
Erosão genética	Conservação e enriquecimento da diversidade biológica
Tecnologia de exceção com elevados níveis de insumos internos	Tecnologia apropriada apoiada no saber local com base no uso da produtividade

²⁵ Fonte: Jornal o Interessante. Ao fundo na paisagem não homogênea localiza-se a entrada do assentamento Eldorado.

	biológica primária da natureza.
Competitividade e eliminação de empregos	Trabalho familiar e geração de empregos
Concentração de riquezas, aumento da miséria e da injustiça social	Democratização das riquezas – desenvolvimento local
Êxodo rural e periferias urbanas inchadas	Permanência, resistência na terra e migração urbano-rural.
Campo com pouca gente	Campo com muita gente, com casa, com escola
Campo do trabalho assalariado (em decréscimo)	Campo do trabalho familiar e da reciprocidade
Paradigma da Educação Rural	Paradigma da educação do campo
Perda da diversidade cultural	Riqueza cultural diversificada – festas, danças, poesias – música – exemplo o Mato Grosso é o maior produtor brasileiro de milho e não comemora as festas juninas. Já no nordeste..
Agro- NEGÓCIO	Agri-CULTURA

Imagem 3.2 Entrada do Assentamento Eldorado dos Carajás²⁶



Estes aspectos ressaltados pelos autores ficam evidentes no cotidiano dos camponeses assentados conforme observamos, o que se caracteriza no antagonismo entre tais modelos e as conseqüências que o modelo hegemônico

²⁶ Fonte: Pesquisa de campo

impõe. Além destas questões, a disputa política também é presente na vida das famílias:

Tem vários fazendeiros como o Antero Mânica, ele é o maior latifundiário daqui, plantador de feijão. Então, é o cara que não gosta de sem terra de jeito nenhum, e nós mostrou para ele que nós do assentamento Eldorado nós ta lá lutando pelo nosso direito, porque se nós abrisse ali só para fazendeiro não existia o assentamento Eldorado. (entrevistado B)

A resposta da reforma agrária é expressa na resistência das famílias assentadas, através da produção de alimentos, de uma cultura, de elementos que simbolizam a vida. Conforme já observado no 2º capítulo deste trabalho, é este modo distinto da ocupação territorial que a reforma agrária coloca ao município, seja para o contingente populacional do campo, seja para a produção de alimentos.

se nós recuasse ali eles iam tomar de conta só que não que nós mostrou pra eles ali que mesmo nós mesmo que sejam 36 famílias, um assentamento pequeno, mas, nós mostrou para eles que o assentamento se tornou grande porque agente segurou a área, tamo lá morando e produzindo (entrevistado B)

A experiência do assentamento Eldorado é aqui observada enquanto possibilidade de antítese à lógica que o capital vem impondo ao campo. Pode esta experiência, através da organização coletiva do trabalho, superar a dicotomia entre o trabalho manual e intelectual, construindo possíveis formas organizativas que apontem para além do capital? É possível que os trabalhadores e trabalhadoras assentados encontrem a dimensão formativa do trabalho em seu labor dadas as imposições do capital e devido à precarização das relações sociais?

Em que aspectos pode-se notar rupturas e continuidade com o *status quo*? Como a organização coletiva ainda embrionária, a forma como estão produzindo observada no assentamento pesquisado supera as contradições e aponta para novas?

A relação dialética entre a organização coletiva e a individualidade pode ser apontada como desafio constante para a superação de relações reificadoras do

processo de trabalho? Consideramos ainda que há uma tendência forte ao focarmos o estudo em uma realidade específica de procurarmos dentro dela mesmo as razões de suas dificuldades de suas contradições, entretanto é preciso ter presente de forma constante a dimensão da totalidade, pois quando analisamos o processo de trabalho coletivo no assentamento e as suas contradições entre o indivíduo e o coletivo, vale nos perguntar: tais contradições estão contidas no trabalho ou no capital?

Certamente tais questões não serão respondidas nesta pesquisa, tampouco em qualquer outra, pois é somente o processo histórico e a organização dos trabalhadores que demonstram a sua possibilidade; no entanto, elas nos servem de guia para a reflexão da realidade observada no assentamento Eldorado.

O que procuramos até aqui foi justamente identificar de forma geral a realidade à qual se insere o assentamento pesquisado, e os antagonismos presentes ali. É importante agora aprofundar a realidade do território do assentamento no qual verificamos a existência de elementos que contrapõem a lógica do capital na vida das pessoas no campo, dando um enfoque especial à reflexão sobre o campesinato, o trabalho e as contradições que atravessam este processo educativo.

3.2 A luta pela terra e o território do Assentamento: espaço da reinvenção do Campesinato

O capitalismo que insiste na expropriação e desaparecimento dos camponeses é traído em suas leis pela luta pela terra dos trabalhadores do campo. Este é o caso da luta nos assentamentos, ou seja, camponeses que têm sua existência garantida pela luta de resistência por meio das ocupações de terra (FABRINI, 2002, 8)

Há um recorrido teórico importante para a definição do campesinato o qual acreditamos que condiz com a nossa pesquisa de campo; porém, para compreendê-lo, é preciso entender algumas das diferentes interpretações que versam a respeito

desse conceito, além de observar atentamente o seu desenvolvimento histórico em nosso país, o que lhe acrescenta determinadas peculiaridades a serem consideradas.

Problematizando essa delimitação do campesinato, Fernandes (2004) divide o debate em três principais paradigmas de análise: O *fim* do campesinato e a sua extinção, determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas no campo; o paradigma do *fim do fim* do campesinato, que compreende este a partir de sua resistência, o qual alguns consideram também como a *recriação* do campesinato; e o paradigma da transformação em agricultor familiar, denominado de *metamorfose* do campesinato.

Segundo este autor, os paradigmas do fim do campesinato e do fim do fim do campesinato têm como base de discussão a questão agrária, cada um com seu viés de interpretação; já o paradigma da metamorfose funda-se no debate do capitalismo agrário. O terceiro paradigma está diretamente relacionado à manutenção das contradições existentes na sociedade e à completa incorporação dos camponeses à lógica capitalista, uma vez metamorfoseados em agricultores familiares, ligados direta ou indiretamente ao capital.

Em *A utopia camponesa*, Octávio Ianni ilustra a totalidade e a complexidade da definição de campesinato. O autor expõe diretamente o modo de ser e de viver do campesinato, de relacionar-se com a terra, enquanto sujeito da história, que luta pela sobrevivência através do trabalho no campo.

[...] esse campesinato que parece ser disperso, atomizado, que está vivendo as suas condições de vida e trabalho, esse campesinato é um fermento da história, e um integrante das lutas sociais. As suas lutas, as suas reivindicações entram no movimento da história. Então, se coloca o problema de que o campesinato, além de serem pequenos produtores, sitiantes, posseiros, colonos ou o que seja, além de lutarem pela terra, além de quererem a posse e uso da terra em uma certa apropriação do produto do trabalho, o campesinato representa um modo de vida, um modo de organizar a vida, uma cultura, uma visão da realidade [...]. (IANNI, 2005:162)

Essa visão da realidade é atravessada pelas vivências dos assentados, e é expressa muitas vezes em sua prática cotidiana, no trabalho e na organização do assentamento. Observamos na fala dos entrevistados que o processo de luta pela terra, a participação nas atividades que o MST desenvolve e a busca da superação das dificuldades do dia a dia levam os sujeitos a recriarem este seu modo de vida e, em determinado grau, uma cultura, criando assim laços de solidariedade, de companheirismo:

[...] eu tinha uma vida que era discriminada, enfim, que a pessoa olhava assim e dizia: olha lá o bandido já vai ali. Que sabe que quando agente é jovem a pessoa coloca medo dizendo que é bandido, maconheiro. [...] desde quando eu fui pro movimento, eu fui criando um o objetivo de ajudar a companheirada e contribuir na luta. Então ali eu fui e conquistei o meu espaço ali dentro, então hoje que o Movimento Sem Terra a companheirada que eu tenho ali, os meus amigos e a minha família e então é o espaço que eu tenho o direito de falar [...] (entrevistado B)

O assentamento – entendendo-o como seqüência de um processo formativo que se inicia no acampamento – é esse espaço de materialidade da reinvenção dos sujeitos, da construção de elementos que apontam para outra forma de sociabilidade, da formação humana em seu sentido mais ampliado. A fala do assentado corrobora com diversos outros estudos sobre o MST que apontam para o caráter educativo e formativo que há no Movimento (ver CALDART, 2000, VENDRAMINI, 2000, ARAÚJO, 2007 e DALMAGRO 2010). Outra questão evidenciada na entrevista é a valorização dos sujeitos nesta trajetória, “o direito de falar” que pudemos evidenciar em nossas atividades de campo quando acompanhamos algumas reuniões da comunidade.

Ou, como afirma em outro trecho da entrevista, “*A reforma agrária pra nós é tu ter o direito de ser visto na sociedade como camponês, que você veio buscar os seus direito*”, reforçando a idéia do sujeito de direito que se organiza e que sabe e quer o reconhecimento social. Este direito é fundamental, pois adquire grande conotação quando o relacionamos com o direito do camponês a ter a terra, ter o meio de trabalho, de existência no sentido ontológico, estabelecendo a partir daí outras formas de produção material da sua vida social.

Na fala deste trabalhador se expressa uma consciência nova, ele aprendeu que tem direito de falar, sabe também que através do seu trabalho como camponês ele pode ser *visto na sociedade*, pois ele também constrói o mundo. Não consideramos que seja uma fala qualquer porque expressa a subjetividade e a singularidade desta recriação do sujeito camponês na luta pela terra. Um sujeito que tem voz, ainda que na maioria das vezes para ser ouvido na sociedade organiza-se coletivamente para afrontar a propriedade capitalista e seu sistema de determinações.

Retomando a trajetória histórica do campesinato no Brasil, Stedile (2005a) afirma que o campesinato possui duas grandes vertentes. Uma relativa aos camponeses pobres trazidos da Europa, e a “segunda vertente de formação do campesinato brasileiro teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes” (STEDILE, 2005:27).

Dessa forma, o campesinato constitui-se em nosso país como um ator social importante da história. Seja desenvolvendo o papel da produção de alimentos nos diferentes períodos, e em “suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais” (MOTTA e ZARTH, 2008:10).

A diversidade camponesa também é uma questão apontada por vários autores como uma característica essencial. Carvalho (2005) expõe que esta diversidade

inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a recursagem²⁷, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros [...]

²⁷Termo emprestado pelo autor de Mazzetto (1999), que define a atividade de extrair recursos da natureza de forma ordenada. “É um potencial da natureza *recursado* pelo conhecimento sistematizado e conjunto de técnicas da família, que está embasado numa classificação e discriminação do meio, passada de geração a geração.”

desde camponeses quilombolas a parcelas dos povos indígenas já camponeizados [...] e os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (CARVALHO, 2005:171)

A conclusão a que o autor chega é que o campesinato é uma “unidade da diversidade camponesa, constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhes são próprios”. Contudo, apesar da heterogeneidade que o campesinato assume nas diferentes formações econômico-sociais, Shanin (2005) expõe seis categorias de características elementares, as quais procuramos sintetizar abaixo e que nos ajudam a defini-lo:

a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional; os padrões e tendências da organização política dos camponeses têm, freqüentemente, mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo; normas e cognições típicas e muito semelhantes têm sido percebidas em campesinatos suficientemente afastados para obstar qualquer afirmação de simples dispersão. (para o autor tais cognições têm a ver com os padrões de aprendizado ocupacional, tendências ideológicas, padrões de cooperação, confrontação e liderança política); as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado considerável semelhança em todo o mundo. Particularmente, o grupo doméstico camponês, mas também a aldeia e a rede mais ampla de interação social; pode-se isolar analiticamente uma dinâmica social específica da sociedade camponesa [...] Particularmente a reprodução social, isto é, a produção das necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais mostram padrões específicos e genérico dos camponeses; as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses. [...] a especificidade camponesa tem sido afirmada a partir da maneira como as comunidades camponesas reagem a esses processos gerais e como estes nela se refletem. [...] Pode-se também mencionar, aqui, a recorrente surpresa diante da tenacidade das formas sociais camponesas (o “problema do não- desaparecimento”) e, mesmo, a “recamponesação” de algumas áreas; (SHANIN 2005:3-4)

À luz do exposto, podemos considerar que os camponeses representam uma gama de determinadas características sociais e econômicas específicas, que estarão presentes em qualquer modo societário. Porém, mais adiante adverte o autor

o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, [...] diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. (SHANIN, 2005:18).

Ao longo da história da humanidade, os camponeses coexistiram em diversos sistemas sociais e políticos apresentando maior ou menor complexidade, desenvolvendo uma certa 'racionalidade camponesa' dentro da diversidade histórica, étnica e territorial. Até a revolução industrial não existia o operariado, ou proletariado e, apesar de este ter mudado radicalmente o desenvolvimento histórico da humanidade, o campesinato não se extinguiu, mas certamente se modificou enquanto sujeito histórico.

Assim, poderíamos concluir que o campesinato constitui uma sociedade que existe paralelamente, mas de forma articulada, ao modo de produção dominante. Este mesmo sentido é atribuído por Carvalho (2005), que afirma que o

modo de produção camponês, tal como nós o compreendemos aqui, não é gerador de uma forma particular, ele se incrusta numa série de formações, ele se adapta, interioriza a seu modo as leis econômicas de cada uma delas e deixa, ao mesmo tempo, com maior ou menor intensidade, em cada uma delas a sua marca.(CARVALHO, 2005:15)

Tais referências nos ajudam na identificação da generalidade do conceito de campesinato e da autonomia parcial que o caracteriza, possibilitando a sua existência nos diferentes modos de produção, inclusive no capitalismo com todas suas contradições.

Ressaltamos ainda que a centralidade da lógica camponesa gira em torno de dois elementos, os quais foram determinantes para esta resistência do modo vida camponês, sem os quais talvez já tivesse sucumbido,

garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada e a posse sobre os recursos da natureza. A reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família. (CARVALHO, 2005:170)

Entende-se, portanto, que a dinâmica do campesinato ao longo da história é uma luta pela sua permanência na terra em busca da sobrevivência e reprodução familiar, numa dinâmica que lhe garante determinada autonomia, uma vez que o lucro não é o movente dessa lógica. Estes elementos ficam evidentes na fala do entrevistado. Obviamente nos assentamentos há o elemento da luta pela terra, diferentemente de outras situações em que a preocupação do campesinato é com a sucessão da terra; no entanto, em ambos os casos a “posse sobre os recursos da natureza” é garantida de alguma forma.

Ali [no assentamento] é onde você vai pegando experiência ali que você vai conseguir tocar sua vida porque assim, o assentamento não é pra você ficar rico, é pra você controlar a sua vida. Ai tem gente que pensa assim: Vou pegar um assentamento pra mim ficar rico. Não! É ali que você vai mostrar sua produção e o assentamento é pra você construir uma família ali dentro e não precisar ficar trabalhando pra aqueles fazendeiro. (entrevistado B).

a vida da gente melhorou assim uns 80% do que era antes , melhorou bastante, porque hoje não todos né, mas a maioria dos parceiros tem um quintalzinho onde que deram conta, onde conseguem produzir a mandioca de bota na panela dele, de minimamente fazer uma farinha, trata de um porco, uma galinha. Outros conseguiu já produzir até o feijão e já consegue se defender. Tem alguns que já tem umas boas criações de galinha e de porco. Mudou demais a qualidade de vida, e teve avanço sim, hoje se a gente for fazer um resgate com as famílias e elas próprias vão colocar o avanço que eles tiveram, eles vão encher a bola. (Entrevistada A)

Identificamos diversos elementos que merecem destaque e que nos ajudam na identificação dos assentados. Em primeiro lugar, o assentamento Eldorado dos Carajás é constituído em sua maioria por famílias numerosas para os padrões atuais e a conquista da terra significa para estas a garantia do trabalho e da sua existência e reprodução enquanto tal. Outro fator importante a ser destacado e relacionado à fala dos assentados diz respeito à soberania alimentar e à policultura. Observamos no assentamento, conforme já exposto no item 2.4, que praticamente 90% das famílias afirmaram que o que produzem no assentamento constitui a fonte principal do sustento familiar, além de que a diversidade da produção, e o viés agroecológico merecem atenção especial.

E. P Thompson, na obra *Costumes em Comum*, nos chama a atenção para o fenômeno mundial que atinge diretamente a geração pós anos 60, considerando que esta é a primeira vez na história da humanidade em que a produção das necessidades escapa em escala ao círculo familiar, atrelando-se cada vez mais à mídia.

Embora as consequências desse ordenamento mundial da produção de alimentos e a imposição de um padrão de consumo atinjam diretamente os camponeses, eles representam a sua maior resistência: “eles constituem a maior resposta [...] A resistência camponesa é a principal força motriz da produção de alimentos” (PLOEG, 2009: 26-27). Salientamos novamente os dados do Censo Agropecuário que sustentam a perspectiva dada pelos assentados, bem como os argumentos do autor, pois a agricultura familiar, que ocupa no Brasil menos de ¼ do território, responde por cerca de 40% da produção de alimentos no país. Coloca-se, portanto, como determinante para o campesinato a produção de alimentos, desde o autoconsumo até o abastecimento das cidades.

Outro fator importante observado durante nossa pesquisa de campo foi justamente a heterogeneidade da população assentada, que em grande medida é marcada pelas migrações populacionais na região do entorno do DF devido à criação de Brasília. Alia-se a este elemento o próprio volume migratório, que é uma constante para os camponeses pobres na busca pelo trabalho sazonal – na maioria das vezes precário – no campo. A faixa etária e a composição das famílias também

é uma demonstração desta heterogeneidade, conforme já exposto anteriormente neste trabalho nos gráficos 2.7 e 2.8. Existe no assentamento, pela divisão etária, que adotamos uma uniformização na distribuição da população em quatro gerações.

Esses elementos podem em alguns momentos dificultar a harmonização dos interesses dos assentados, dados os desencontros pessoais e culturais que podem ocorrer. No entanto,

o que se tem não é a constituição de um campesinato homogêneo e enrijecido nas concepções que dele se faz para defender e/ou negar esse ou aquele aspecto, mas de identidades diversas que se constroem na luta social, tais como assentados, produto da luta pela terra no Brasil (THOMAZ JR, 2008: 281)

Ressaltamos ainda que a criação do sentido de “comunidade” criado no assentamento, bem como a pertença à organização política – no caso o MST – e a organicidade interna (núcleos, setores, divisão de tarefas, coletivos) contribuem para a superação dessas eventuais diferenças.

Há ainda um traço comum entre a maioria das famílias assentadas, que relaciona-se à predominância da origem e experiência rural no assentamento. Esta é uma questão já apontada na pesquisa coordenada por LEITE *et al.*, (2004:288) onde fora observado que na região do DF e Entorno 95% dos assentados entrevistados possuem algum tipo de “experiência de trabalho agrícola ao longo da vida”. Outro fato que observamos ajudar na superação das diferenças é justamente as histórias de vida desses sujeitos, marcadas pela exclusão de oportunidades de trabalho e a expectativa criada na luta pela terra na busca de um futuro melhor.

Consideraremos, portanto, a conquista da terra - que compreende todo o processo de organização que passa pelos acampamentos, materializada nos assentamentos de reforma agrária - como espaço de (re)construção e de recriação do campesinato. Espaço que deve ser compreendido além da sua dimensão geográfica/espacial simplesmente, e sim em sua dimensão territorial. Compreende-se, assim, que o processo de retorno à terra é marcado por conflitos, ambiguidades e contradições. Elementos esses fundamentais para o debate posto nesta pesquisa.

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da produção, mas também o lugar da realização da vida. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, [...]. (SIMONETTI, 1999:70-71)

Essa recriação do campesinato no caso dos assentamentos rurais é atravessada pelas vivências dos Sem Terra. Tanto pelas contradições do capitalismo que os colocaram em tal condição e suas consequências – migração, êxodo rural, trabalho degradante, precarização das relações sociais –, e também pelas suas formas de luta e de organização quando já pertencentes a algum movimento – experiência de coletividade, educação, formação política/ideológica.

Ai eu fui, e quando eu cheguei todo mundo me recebeu bem lá no Barreirinho, foi a Dona Maria do Ganso que era uma senhora que tinha muito tempo lá. E é aonde que eu fiz o meu barraco e acampeei, e ali eu fui participando junto com a comunidade e o pessoal foi colocando pra gente as normas do Movimento como que era o acampamento que tinha normas. E aonde que foi que eu fui fazer a escola estadual no Goiás²⁸, em Goiânia e depois eu fiz o prolongado. E aí vim seguindo na luta direto contribuindo com a companheirada, e de lá eu fui pro Eldorado e tô até hoje. (entrevistado B)

Contraditoriamente às teses de seu fim, vemos a resistência e a pujança da cultura camponesa no mundo, analisando em perspectiva histórica observamos justamente esta capacidade de adaptação, e de busca de alternativas para a sobrevivência dos camponeses, constituindo-se em diferentes períodos um ator social na história da humanidade.

²⁸A “Escola Estadual”, segundo informações obtidas, são cursos que o MST desenvolve para a formação de novas lideranças em cada estado onde atua, este é um processo que ocorre desde o início do MST nos anos 80. Existem outros tipos de cursos (regionais, nacionais) e este seria o “primeiro” passo na formação de quadros que o MST desenvolve. O curso “prolongado” citado pelo entrevistado já é um curso de maior duração, e que envolve militantes de diversos estados onde o MST atua.

Tratando especificamente dos camponeses ligados ao MST, Porto-Gonçalves (2005:5) afirma que neste movimento "o campesinato se reinventa²⁹ e tende, cada vez mais, a jogar um papel inovador nas novas configurações territoriais que estão sendo gestadas no mundo contemporâneo". Portanto, os camponeses dos quais tratamos nesta pesquisa, identificados no assentamento Eldorado dos Carajás, são a expressão deste sujeito, que através dos conflitos se produz e reproduz na conquista da terra, criando, reinventando a sua existência, buscando negar a alienação e a reificação das relações sociais pelas quais passam, para tornarem-se produtores de vida, autores de seu próprio destino.

3.3 A propriedade camponesa no centro do debate ou a sociedade individualista? Desafios dos camponeses Sem Terra

Consideramos que essa dinâmica da reinvenção do campesinato não é senão fruto da materialidade histórica, das contradições da luta de classes no campo brasileiro. Quando os camponeses se organizam na luta pela terra, pelo seu território, na busca do trabalho sob outras formas organizacionais, estão afrontando diretamente o poder e a estrutura capitalista da sociedade, destruindo determinadas contradições e criando outras.

Do mesmo modo que este campesinato é a expressão da luta de classes, fruto das contradições do capitalismo, os assentamentos carregam esta contraditoriedade para dentro do território. Alguns destes elementos são gerais, ligados a contradições amplas que atravessam o próprio MST, e procuraremos aqui explorá-los no intuito de aprofundar tais questões.

Pinassi (2005), ao analisar os desafios do MST frente à lógica destrutiva do capital, assinala algumas preocupações e traz algumas indagações com as quais nós concordamos e que nos orientam na análise desta realidade. Segundo a autora:

²⁹ Talvez não haja formação social em que a expressão reinvenção seja tão redundante quanto o campesinato. Afinal, foram múltiplas a sua convivência com outras formações envolventes ao longo da história. (nota original do texto)

1. Para o MST, a luta pela terra constitui um fim ou uma mediação, uma continuidade ou uma ruptura com a ordem estabelecida pelo capital? Ou seja, o MST, pela natureza da luta mais imediata que defende, está historicamente condenado à regressividade ou é um movimento potencialmente revolucionário?
2. Em que medida o MST, um movimento social de massas centrado na luta pela terra, que carrega todo um lastro histórico, reformista e específico do capitalismo brasileiro, poderia ser uma alternativa mais universal e concreta para as necessidades atuais de atuação política ofensiva da classe trabalhadora frente à completude destrutiva do capital?
3. Até que ponto o MST, mediante sua organização interna, estaria esboçando uma sociabilidade capaz de provocar rupturas com a relação-capital? (PINASSI, 2005: 112)

Estas considerações só nos terão sentido se levarmos em conta a dimensão da provisoriedade que representa a realidade analisada em todos os seus níveis, e relaciona-se diretamente com o *processo* formativo que observamos acontecer no interior do MST. Assim como assinala Dalmagro (2010), entendemos que a luta pela terra no seu sentido mais restrito pode ser um horizonte do indivíduo sem-terra, mas não é para o MST, enquanto coletivo que procura, dentro de suas limitações, construir propostas e formas de coletivização do trabalho e da terra sob outra ótica, que negue a reificação das relações humanas.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Vendramini expõe que:

Se, por um lado, o Movimento dos Sem Terra procura inovações e reforma no interior do sistema econômico e político existente, através de um ensino inovador, com seus claros limites para se constituir enquanto tal, por outro lado, constrói pela sua ação uma educação não formal, que pode resultar numa consciência de classe, fundamental para os movimentos que prosseguem na transformação estrutural da sociedade. (VENDRAMINI, 2000: 201)

Certamente a luta pela terra não pode ter um fim em si mesma, ela deve ser uma mediação para a organização e a formação da consciência dos trabalhadores camponeses. Segundo o próprio Programa Agrário do MST (2008:85), a reforma agrária se inscreve como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira “de

construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável”.

Notamos aí a clareza da organização em seus objetivos políticos maiores. Reafirmamos, entretanto, que esta dimensão mais ampla que procura romper com o capitalismo e que observamos no Movimento deve se constituir como um desafio constante para a sua base, e não apenas para os seus dirigentes. Tais questões não podem ser negligenciadas, tampouco adiadas, pois delas depende o futuro da organização.

Há ainda sob estes aspectos um elemento que problematiza um pouco mais tal questão se considerarmos a relação capital-trabalho, que impõe como única alternativa de sobrevivência a quem não detém os meios de produção vender sua força de trabalho a outrem (alienação), tendo assim sua essência furtada através da negação ao livre desenvolvimento de suas potencialidades. No caso dos assentados, somente pelo fato de conquistar a terra – domínio dos meios de produção – para manter seu sustento e a reprodução familiar, já poderíamos supor um determinado grau de emancipação em relação à essa sujeição, imposta pela contradição capital-trabalho.

É neste território conquistado a partir da luta pela terra que podem se materializar experiências que contrapõem a *lógica destrutiva do capital*, no entanto

pode ocasionar a noção ilusória de autonomia, pois a contradição capital x trabalho se espacializa exatamente como condição de produção/reprodução da dinâmica capitalista. Há que se ter clareza de que a liberdade, a independência e a autonomia que a ocupação de um território pode promover só serão asseguradas através do rompimento, ainda que parcial, com as imposições mercadológicas. A reprodução social dos camponeses e trabalhadores da terra só será efetivada nas lutas cotidianas, na construção de estratégias de existência coletiva, para esquivar-se do controle exercido pelo capital, e na permanente caminhada rumo à unificação orgânica do trabalho. (MENDONÇA e THOMAZ JR, 2011: 44-45)

Concordando com a exposição dos autores, entendemos que não é o simples fato de ser pequeno produtor, agricultor familiar, camponês ou assentado (ter, ou conquistar novamente a terra) que garante esta marca, ou fornece um “selo

de trabalho liberto”, pois o capital se apropria³⁰ deste “trabalho livre” do camponês. E se o capital continua dominando a cadeia produtiva da agricultura (comercialização, agroindustrialização, distribuição da produção) logicamente continua também expropriando a renda da terra e, dessa forma, a dependência, o empobrecimento, a miséria e a expulsão do campo são consequências já conhecidas do campesinato. Portanto, a autonomia camponesa existe, porém é relativa - pois depende de uma série de determinações que só estarão ao seu alcance em níveis organizacionais mais avançados.

Outra questão que nos remete a essas limitações incide justamente na questão da contradição presente na “propriedade camponesa” e, no caso específico dos assentados, o lote. O que move os sujeitos a fazerem parte do MST? na grande maioria, não são ideais de transformação ou por afinidade ideológica, tampouco em nome da revolução. O que os leva a sujeitar-se à vivência em acampamentos por anos, enfrentando a violência do Estado e do latifúndio, o preconceito da sociedade, é justamente a conquista da terra como possibilidade de produção de sua existência.

Independentemente de sua origem social são sujeitos que têm em seu horizonte a posse da terra, a propriedade. Conforme já afirmamos são estes valores que a cultura e a sociedade capitalista lhes transmitem constantemente, e são determinados historicamente, pois são frutos das relações materiais de produção. Assim, a sua liberação passaria pelo acesso à propriedade privada³¹ da terra e, a partir daí, acontece a abertura da possibilidade da autodeterminação da sua existência, garantindo a reprodução familiar através do controle dos meios de produção (características do campesinato), ainda que relativa, como apontamos anteriormente.

³⁰Retomamos aqui o exemplo clássico dos agricultores familiares integrados, já citado anteriormente, mas esta é praticamente uma regra para a agricultura de forma geral dentro do sistema capitalista do ponto de vista da economia política, essencialmente porque a produção e o capital agrícola via de regra encontram-se subjugados ao capital industrial. Hoje a situação é mais complexa pois existe ainda o capital financeiro/especulativo que deve ser considerado para uma análise sob este prisma.

³¹Esta questão também abordamos no capítulo 1, como uma contradição geral presente no próprio MST.

A consciência e a verdadeira liberdade destes trabalhadores assentados estariam, portanto, em um processo de formação. Talvez a solução para que não voltem a sujeitar-se ao capital passa pela coletivização do trabalho e da terra, reforçando os processos formativos que se desencadeiam a partir da realidade e da vivência. Neste processo incide o papel pedagógico, e a intencionalidade do MST, quando organiza e dá sentido para esta necessidade do sujeito sem-terra.

Estas questões sobre o comportamento camponês são aprofundadas por Moraes (2004) ao tratar do *comportamento ideológico de estratos emergentes* como um “complexo de valores culturais, morais e políticos, determinando pelo papel que desempenha dentro de um determinado processo produtivo” (MORAIS, 2004:16), tese esta que se apóia claramente na concepção marxiana de formação da consciência, pois “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008:45).

Moraes (2004:15-16) apresenta quatro estratos sociais para análise do comportamento ideológico, sendo eles: o *artesão* (que domina todo o processo produtivo); o *assariado* (produtor de mercadorias e de valor que intervêm em parte do processo produtivo); o *semi-assariado* (que além de trabalhar durante um turno ou dias da semana possui uma “pequena empresa artesã” que se aproxima do exemplo do artesão); e o *lumpen* (que não está envolvido em nenhum processo produtivo, e trabalha quando lhe dá vontade; este, segundo o autor, é encontrado em todas as classes).

Para o autor, o camponês³² equipara-se ao artesão, pois ele domina completamente o processo produtivo. Ou seja, ele prepara a terra, semeia, capina, colhe e comercializa; ao contrário da fábrica, ele não divide com outros este processo produtivo. Portanto “estes aspectos fazem com que a visão do camponês seja pessoal no que se refere à forma de trabalho. Ele confia basicamente na

³²O termo camponês que Moraes utiliza poderia ser definido como camponês clássico, que apesar de não divergir do conceito que utilizamos neste texto, é um tanto mais restrito.

iniciativa que põe ao longo de todo o processo produtivo” (MORAIS, 2004:17). O autor ainda destaca que somente quando o excedente de sua produção adquire forma de mercadoria é que acontece a divisão social do trabalho. “Não há outra vinculação e muito menos desvio do processo produtivo, que é sumamente pessoal, individual ou no máximo familiar” (*idem*).

Para o autor, esses aspectos e essa autonomia no processo produtivo do campesinato (que garantiu inclusive ao campesinato sua existência enquanto formação social ao longo da história), sob o ponto de vista organizativo e do comportamento ideológico dentro de um grupo social, será marcada por atitudes “isolacionistas, aparentemente reacionárias à associação (sindical, cooperativa etc.)” (*idem*).

Tomemos a categoria assalariado, no caso o agrícola, com que Clodomir Santos de Moraes trabalha. Para ele, este trabalhador, ao contrário do camponês, “tende naturalmente à organização social porque, além de trabalhar socialmente organizado, opera dentro da complexa divisão social do processo produtivo, característica da grande empresa capitalista” (MORAES, 2004:19).

Seguindo portanto o conceito de *comportamento ideológico de estratos emergentes*, teríamos o camponês voltado ao individualismo no apego à propriedade e o exemplo do assalariado mais propenso à organização social. Elementos estes que, como vimos tanto em Marx quanto em Moraes, são condicionados pela produção da vida material através do trabalho. Iasi nos alerta que tal processo não é linear e nem completamente determinado, pois é justamente um *processo*.

Alguns poucos documentos do MST procuram fazer esta discussão, sob a ótica do campesinato, Destacamos o trecho abaixo que acrescenta um outro elemento a este debate:

Se por um lado a propriedade da terra aproxima o assentado da ideologia burguesa, gerando uma visão de mundo pequeno burguesa, por outro lado, o trabalho, exercido por ele, torna-se agente direto da produção, lhe aproxima da classe trabalhadora.[...]

Somente através do trabalho que nos integramos ao conjunto da classe.” (MARTINS³³, 2006: 110)

Vê-se novamente o trabalho como força motriz das transformações do humano. No caso de aproximação do camponês com a classe trabalhadora, no entanto, o pertencimento à classe não reside simplesmente no fato de *ser trabalhador*, mas sim, como vimos, depende em grande parte do nível de consciência e das relações que se estabelecem, tanto no caso do trabalhador agrícola assalariado quanto no caso do camponês.

No entanto, não se pode reproduzir a visão de que o camponês é essencialmente individualista, e/ou ingênuo, ou que a produção familiar não é suficientemente elaborada para significar um avanço das forças produtivas, assim como não podemos supervalorizar a o assalariado agrícola como propenso à coletivização. Se quisermos aprofundar esta análise para dentro dos assentamentos, devemos sim observar as potencialidades e as contradições presentes no trabalho camponês (em cada um dos estratos sociais) sem individualizar tais questões, tampouco cair no erro de generalizações.

Estas contradições não estão dentro nem fora, elas atravessam a sociedade em sua totalidade; os assentamentos podem apresentar soluções para esta contraditoriedade, porém, por si só não são capazes de romper a *lógica, destrutiva do capital* (Cf. MÉSZÁROS, 2009), mas carregam elementos para esta superação. Relativizamos a questão do individualismo em um determinado aspecto pois consideramos que este – assim como outros valores – não são uma particularidade dos camponeses.

Contudo, acreditamos que a sua superação constitui um desafio permanente dos movimentos sociais, que só acontecerá através de processos educativos revolucionários, da coletivização da terra, da criação de contra-valores. Algumas experiências desenvolvidas nas áreas de reforma agrária, e como pudemos observar no assentamento Eldorado, apontam – mesmo que em níveis

³³ O texto de MARTINS, foi elaborado para debates do Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente do MST.

elementares – para a criação de outras formas de sociabilidade. Procuraremos a seguir explorar um pouco estas questões em tal experiência.

3.4 A experiência dos camponeses no assentamento Eldorado dos Carajás: possibilidades e contradições do processo

Haverá sempre na dinâmica da afirmação camponesa uma tensão entre a resistência social camponesa e as tendências destrutivas do campesinato pelo capital; entre o confronto político e ideológico que o padrão tecnológico baseado nos princípios gerais da agroecologia promove quando nega a artificialização da agricultura em que baseia o padrão tecnológico capitalista criado e desenvolvido pelas empresas oligopolista que dominam mundialmente o que-fazer na agricultura capitalista. A conquista da terra é o passo primeiro da afirmação camponesa. Daí a importância sempre presente das lutas sociais pela reforma agrária. Quando parcelas dos camponeses, seja pela sujeição a que estão submetidos seja pelo desencanto com as rendas agrícolas auferidas, abandonam a terra, negam não apenas a possibilidade futura de afirmação da autonomia camponesa, mas, sobretudo, a sua condição objetiva de ser camponês. (CARVALHO, 2012: 40)

Compreendemos o MST como uma ferramenta para a organização e luta dos trabalhadores, que no atual estágio do capitalismo se apresenta como fruto de suas contradições expressa na luta dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra pela sobrevivência e por suas necessidades gerais - furtadas pelo ímpeto do lucro que impera no capitalismo. Este movimento carrega a tarefa histórica de resolver tanto as questões imediatas colocadas pela sua base como problemas mais amplos da própria humanidade; encarar estes desafios constitui a sua existência.

Na materialidade dos assentamentos podemos observar este potencial e as suas contraditoriedades. Tomando por base alguns dos conceitos trazidos neste texto, procuraremos realizar o diálogo com a experiência observada no assentamento Eldorado dos Carajás.

Conforme trouxemos anteriormente, o assentamento é esta materialidade, e é no processo de luta pela terra que se reinventa o campesinato que observamos

no assentamento em questão. É preciso ter presente a dimensão da totalidade da sociedade para este entendimento – conforme elucida Carvalho (2012) na epígrafe deste tópico –, que expressa a *‘tensão entre a resistência social camponesa e as tendências destrutivas do campesinato pelo capital’*.

Ficou claro em nossa pesquisa de campo que valores da sociedade capitalista como o individualismo e o comodismo estão presentes no dia-a-dia dos assentados e assentadas, com também ficou explícito que a intencionalidade do MST e o *processo* educativo que ele carrega deixam suas impressões neste cotidiano.

O núcleo de famílias se reúne discute a produção lá que é o coletivo que a gente tem na sede, que é hortaliças, tem lá a criação dos porcos, uns bodes, e a gente vai mexendo nesse coletivo. Então é um avanço que a gente vê dentro área que é o único lado que vai é o coletivo se não tiver as famílias nunca vai ter um espaço pra avançar ali dentro. [...] dentro do coletivo que hoje os núcleos, lá tá meio assim perrenque mais ainda tá andando ainda, na questão de que mostrar mesmo que é o coletivo que funciona ali dentro, porque a pessoa individual não tá dando conta, ele não tem um espaço pra ele produzir, porque sem a licença ambiental não tem como produzir. (entrevistado B)

Mais adiante o assentado coloca

Então a gente tem várias parcerias com a Unb, com a companheirada que foi lá pra dentro deu uns estudos pra gente lá. Então o Eldorado hoje é um assentamento que tem avanço, ele tem avanço. Só que assim a companheirada tem uns tá querendo sossegar, e é aonde que nós não tá deixando. “companheirada a única coisa que avança aqui é o coletivo, não adianta” Porque a companheirada hoje conseguiu os créditos já construíram as casas e ai tão sossegando por pouca coisa ali no assentamento [...]Então ali a gente foca ali a companheirada toda tá batendo firme toda hora é na produção e no coletivo. (entrevistado B)

Nesta fala acima podemos evidenciar a tensão entre valores individuais instituídos nos sujeitos e novos que tenta se construir no cotidiano do assentamento. O comodismo na execução das tarefas coletivas gera desigualdades e a desunião do grupo. Obviamente esta não é uma questão simples, deve ser

relativizada - pois existem diversos fatores subjetivos que precisam ser considerados com aprofundamento, bem como os diferentes graus de consciência que os sujeitos vão construindo neste processo. É válido ressaltar que estas não são peculiaridades camponesas – caso contrário a sorte da sociedade estaria calcada sob outra ótica – mas atravessam a sociedade de maneira geral, conforme aponta Arruda (2002)

Os meios de controle social e os diversos aparelhos ideológicos do sistema – inclusive a educação – visam primordialmente a “domesticação” dos trabalhadores para a servidão voluntária; todos os processos de subjetivação, no plano cultural, social, político e também psicológico são usados para persuadir o trabalhador a tomar sua condição como natural e inevitável, ou para alimentá-lo com promessas sempre adiadas de um futuro de abundância, em suma para que se conforme com a estreiteza do trabalho humano negado enquanto modo de *existir* e afirmado apenas enquanto modo de *subsistir* ou enquanto prolongamento da máquina e objeto do capital. (ARRUDA, 2002:66)

Não podemos perder de vista que, muito antes de serem indivíduos ativos da transformação social, da revolução, os Sem Terra se organizam primeiramente na busca pela sobrevivência e de suas famílias através da conquista da terra, é esta a necessidade primeira que os move. Há aí um fosso enorme entre o idealismo de alguns teóricos que criticam a “tendência” do camponês ao individualismo, ou mesmo o caráter reformista dos movimentos sociais camponeses, as necessidades dos sujeitos Sem Terra, e a necessidade da transformação social. O seu potencial revolucionário e transformador reside justamente na dimensão coletiva que assumem ao fazerem parte de uma organização política maior decorrente de uma necessidade individual de luta pela sobrevivência.

O exemplo utilizado por Mészáros ao elaborar a crítica ao comunismo na União Soviética nos ajuda a compreender melhor esta suposta tensão entre o indivíduo e suas potencialidades e o ideal coletivo, a qual procuramos abordar anteriormente.

O caráter problemático de tais desenvolvimentos pode ser visto claramente no destino do princípio socialista: “da cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho”. Do ponto de vista

abstrato da coletividade burocrática, o único obstáculo à realização desse princípio é que os indivíduos solicitados a contribuir “segundo sua capacidade” resistem à tendência natural de se tornarem “heróis positivos” devido à “sobrevivência do capitalismo” neles. Isto equivale a afirmar que a contribuição do indivíduo para com o todo (ou para a “sociedade” colocada em oposição abstrata ao indivíduo) consiste em *moldar-se de acordo a uma norma predeterminada*. Neste ato de conformidade imposto, o ideal é divorciado do indivíduo (é concebido como algo *acima* dele) e apaga a personalidade particular do indivíduo. Mas, do ponto de vista da coletividade abstrata, não se percebe que trabalhar “segundo a sua capacidade” significa, acima de tudo, a realização de condições em que as múltiplas habilidades do indivíduo real humano não estão comprimidas no leito Procusto³⁴ das exigências burocraticamente predeterminadas. (MÉSZÁROS, 2006:216 grifos nossos)

Ressaltamos que a tensão apontada entre as potencialidades múltiplas do indivíduo e o idealismo do sujeito coletivo só acontecerá pela *transcendência positiva da alienação* apontada por Marx para a superação da reificação da vida no capitalismo, através da realização plena do indivíduo real, “com todos os seus problemas, necessidades e aspirações específicos” (*idem*, 252)

Observamos em nossas atividades de campo e também nos próprios relatos dos assentados que desde o acampamento a organização interna – organicidade – é um grande diferencial para o avanço econômico e político dos assentados. Esta metodologia é constantemente reavaliada nos próprios núcleos e reorganizada buscando a superação das dificuldades

Então a dificuldade é assim. Lá é que a companheirada foi mexer com a granja e muitos não queriam participar, então qual foi o papel nosso a gente procurou sentar no núcleo e definir as tarefas de cada um. [...] a gente tá levantando uma proposta pra trabalha assim, que cada núcleo vai assumir uma tarefa. O núcleo um vai mexer com a granja de porcos, o núcleo tal vai trabalhar com a granja de galinhas. Então ali vai dar para aquelas 10 famílias (núcleo) trabalhar sem ter aquele atropelo. Porque assim você chama trinta e poucas famílias para fazer um coletivo não vai, não da certo, então a gente tirou agora assim ó a gente vai trabalhar por núcleo. (entrevistado B)

³⁴ “O leito de Procusto” vem da mitologia grega e simboliza a metáfora da medida única e a intolerância às diferenças. Procusto deitava suas vítimas sob seu leito e a parte do corpo que ficasse de fora era decepada.

A dinâmica que a organicidade imprime no dia-a-dia do assentamento certamente é um elemento central nesta construção de outros valores, de outra sociabilidade. É neste processo que vemos novas relações de trabalho surgirem dentro das velhas, através da sua negação na busca da transformação, e este é um processo constante e não linear.

Outras questões vivenciadas no assentamento contribuem para reafirmar tais elementos. Um exemplo é a participação das mulheres; além de comporem as instâncias deliberativas e os setores de maneira paritária, existe um “coletivo de mulheres”, auto-organizado pelas mesmas, que procura, além das dimensões do trabalho com o artesanato, promover ainda formações com as mulheres assentadas.

A grande presença de crianças e adolescentes também é um elemento que merece um olhar especial. Conforme observamos, a população assentada que está na faixa etária de 0 a 14 anos é de quase 30%, esta informação causa a esperança de que possa haver aí a criação de outra geração dentro da luta pela terra, dentro da perspectiva de reprodução familiar do campesinato.

No entanto, esta faixa etária pode estar no assentamento apenas pela condição de completa dependência familiar. É necessário que o processo de consolidação e desenvolvimento do assentamento leve em conta esta dimensão, bem como estes sujeitos se auto-organizem para a criação destas perspectivas - que acontecerão impreterivelmente através do trabalho.

Obtivemos relatos de que existiu um coletivo de jovens no assentamento Eldorado que tentou, por meio da realização de reuniões e de trabalhos, se organizar, porém este processo de auto-organização arrefeceu e acabaram desmobilizados. Ambas as questões – em especial a da juventude – constituem ainda um grande desafio para o conjunto do assentamento, que fica evidente na entrevista realizada, mesmo que dissipada no discurso:

Então lá hoje nós tá mostrando pros jovens o espaço que eles têm que é uma conquista que a gente vem sempre batendo em cima. Tem a questão da cultura lá que é a apresentação de mística, que é o principal das reuniões nossas dos encontro, tanto as festas quando é aniversário do assentamento, então ali a gente vai conquistando e

aprendendo várias questões sobre o movimento sobre a sociedade, e que vai governo lá conhecer a área já participo lá dentro. (entrevistado B)

Mais adiante o assentado expõe:

a gente vem sempre colocando ai é a questão da cultura né, a gente vem pegando muito é a cultura dentro da nossa área. Que nem o lazer lá dentro, as festas coletivas que a gente faz, então a gente vai pegando mais essa proximidade com a companheirada e até a sociedade, ali é onde que cê vai mostrando ali ó tem as companheiras do artesanato, tem um grupo de artesanato que elas fez né, e eu nem sabia mexe com pintura, e hoje eu consigo desenhar naquelas cabacinha eu desenho a bandeira do Movimento, então é onde que eu aprendi ali dedicando e vendo elas fazer aqueles desenho. (entrevistado B)

Este espaço da juventude apontado pelo entrevistado talvez até exista, mas, conforme observamos, precisa ser ocupado e protagonizado pelos próprios jovens. Um outro elemento de união, convivência, aprendizado e confraternização acontece no trabalho e também nas festas e as próprias reuniões que acontecem no assentamento Eldorado, das quais tivemos a oportunidade de presenciar algumas. Há um grande envolvimento da comunidade na realização destas atividades.

Por fim, ressaltamos ainda que não podemos perder de vista ao se analisar as dificuldades e desafios internos do assentamento as próprias contradições da totalidade da sociedade. Parte destes antagonismos somente são superados na experiência observada por meio da coletividade, a qual consideramos ser profundamente educativa; portanto, pode-se relacionar este processo diretamente à concepção de educação do campo expressa nesta pesquisa, baseada no trabalho, na organização e luta dos trabalhadores pela sua emancipação.

4. TRABALHO ALIENAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA E A SUA INTERRELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

4.1 Trabalho como principal forma da existência humana

“O trabalho seja, por uma parte, a miséria absoluta enquanto objeto e, por outra parte, a possibilidade absoluta de riqueza, enquanto sujeito e atividade” (MARX, 1953:203 apud MANACORDA, 2007: 64)

Na base de qualquer atividade econômica está o trabalho, independentemente de sua forma histórica de exploração. Contudo, o compreendemos como um tema muito mais amplo e complexo que o econômico e, portanto, se caracteriza como uma categoria de análise carregada de centralidade para a interpretação do mundo em que vivemos - seja analisando o passado e o presente ou para projetarmos o futuro. É pela objetivação realizada através do trabalho que o homem transforma a realidade.

A problemática do trabalho ao longo da história da humanidade sempre foi motivo de diferentes interpretações filosóficas e foi motivo de análises econômicas. É basicamente pela forma/exploração do trabalho, do uso da terra e do desenvolvimento das forças produtivas que Marx vai caracterizar os diferentes modos de produção.

É através do materialismo histórico dialético de Marx que encontramos um vasto arcabouço teórico sobre o trabalho, bem como as teses centrais que embasam nossa interpretação da realidade. Para o autor, o trabalho é a transformação da natureza – necessidade, constituição do ser social - ontologia, através da ideação – projeção da consciência e objetivação.

É, pois,

um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu

metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (MARX, 1996a:297)

Mais adiante o autor completa

atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.” (MARX, 1996a:303)

Esta atividade, este processo de transformação da natureza a partir das necessidades que acontece pelo trabalho, pode permitir a construção de novas situações, relações sociais, habilidades e novos conhecimentos em um processo constante de criação de novas necessidades e de desenvolvimento. A esse respeito Lessa conclui que “o desenvolvimento humano não é o desenvolvimento biológico do animal *Homo sapiens*, mas sim a evolução das relações que os homens estabelecem entre si para garantir sua reprodução social, o desenvolvimento das formações sociais” (LESSA, 2007:146).

Os fragmentos de O Capital citados acima nos trazem um panorama geral do trabalho, da condição e o devir humano que este carrega. Marx, porém, tece críticas ao trabalho, fundamentalmente à expropriação da força de trabalho na forma da mais valia, ou o sobretrabalho no capitalismo, como vemos nesta passagem dos manuscritos:

O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer as necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. (MARX, 2004:83)

Assim, o trabalho estranhado é justamente o furto completo da ontologia e da essência humana que se realiza na relação homem-natureza através do trabalho em função das necessidades, caracterizando assim a ambiguidade que carrega.

Essa dimensão *dúplice* e mesmo contraditória presente no mundo do trabalho que cria, mas também subordina, humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena, manteve o trabalho humano como questão nodal em nossa vida (ANTUNES, 2005:12)

Deve-se ter presente ambas as dimensões – de positividade e de negatividade – que implicam o trabalho e sua centralidade, procurando entender que ao mesmo tempo em que o trabalho se coloca como uma necessidade para a manutenção do homem em sua relação com a natureza, sob o modo de produção capitalista ele é reificado, transformando absolutamente tudo – inclusive os homens – em mercadoria.

Além desta dimensão *dúplice* do trabalho, é válido ressaltar que ao elegermos a categoria trabalho para privilegiar a análise em nossa pesquisa partimos da compreensão de que ele – o trabalho – é a realização de uma atividade humana produtiva e não simplesmente uma atividade econômica. Assim, deriva – e ela mesmo é derivada (a atividade humana) – uma multiplicidade de mediações específicas que, segundo Meszáros, precisam ser compreendidas dialeticamente, pois “se esta é o ‘determinante último’, é também um ‘determinante determinado’: ela não existe fora do complexo sempre concreto e historicamente mutável de mediações concretas, inclusive as mais ‘espirituais’” (MÉSZÁROS, 2006:109).

Entende-se portanto que o trabalho não se restringe ao labor, à execução de um ofício, transformação da natureza ou ao emprego, pura e simplesmente. O trabalho é uma atividade que permeia todo o ser, ele é ontocriativo, nas palavras de Frigotto (2006), está presente em todas as dimensões da vida, desde as necessidades básicas de sobrevivência até as necessidades “cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva” (FRIGOTTO, 2006:15).

4.2 Alienação

Um indivíduo, ou classe de indivíduos, seja constringido a trabalhar mais do que necessário à satisfação de suas necessidades, porque, de um lado, se põe sobretrabalho e, de outro, não-trabalho e excedente de riqueza. (MARX – *Grundrisse*)

O conceito de alienação é um ponto fundamental na teoria marxista para a compreensão e problematização da ambiguidade presente no trabalho. O “Dicionário do pensamento Marxista” organizado por Bottomore nos dá uma breve descrição de tal conceito quando nos diz que a alienação no sentido dado por Marx é a

ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, ou grupo, uma situação ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma) e/ou a natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos, e – além de, e através de – também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida a alienação é sempre alienação de si próprio ou auto-alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação à si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a própria essência e estrutura básica, por outro lado, a “auto-alienação” ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação). (BOTTOMORE, 2001:5. Grifos nossos)

Vemos novamente que o centro gravitacional de tal conceito gira em torno do trabalho – e das relações sociais de produção – e do conceito de ontologia na obra marxiana. Se em primeira instância o que nos diferencia do restante dos animais é o trabalho, e fundamentalmente a capacidade de idear mentalmente o fruto de tal atividade antes mesmo de realizá-la, no momento em que o trabalhador – desapropriado dos meios de produção – dispõe apenas da sua mão de obra, então o produto humano (fruto do trabalho) é olhado pelo trabalhador mas ele não o

reconhece (trabalho estranhado), não realiza plenamente sua capacidade humana, pois não é mais capaz de visualizar o produto final do seu trabalho, ou seja, a ontologia do ser não é realizada. O trabalho é a venda da sua força de trabalho, e assim torna-se alienado.

Segundo o próprio Marx (2004):

Mas o uso da força de trabalho, o trabalho, é a própria atividade vital do trabalhador, a manifestação de sua própria vida. E ele vende essa atividade a outra pessoa para conseguir os meios de subsistência necessários. Assim, a sua atividade é para ele apenas um meio que lhe permite existir. Ele trabalha para viver. Não considera nem mesmo o trabalho como parte de sua vida, é antes o sacrifício de sua vida. É uma mercadoria, que ele transferiu a outro. Daí, também, não ser o produto de sua atividade o objeto dessa atividade. O que ele produz para si mesmo não é a seda que tece, nem o ouro que arranca do fundo da mina, nem o palácio que constrói. O que ele produz para si são os salários, e a seda, e o ouro e o palácio se resolvem, para ele, numa quantidade definida dos meios de subsistência, talvez num paletó de algodão, algumas moedas de cobre e um quarto num porão. E o trabalhador, que durante doze horas tece, fura, drila, constrói, quebra pedras, carrega pesos etc., considera essas doze horas como uma manifestação de sua vida, como vida? Ao contrário, a vida começa para ele quando essa atividade cessa; começa na mesa, no bar, na cama. As doze horas de trabalho, por outro lado não tem significado para ele como tecelagem, mineração etc., mas como ganho, que o leva a mesa, ao bar, à cama. Se o bicho-da-seda tivesse de tecer para continuar sua existência como lagarta, seria um trabalhador assalariado por completo. (MARX, Apud MÉSZÁROS, 2006:113.)

Tomando a satírica frase de Marx: “Se o bicho-da-seda tivesse de tecer para continuar sua existência como lagarta, seria um trabalhador assalariado por completo”, o que vemos justamente é o processo de reificação das relações sociais no mundo do trabalho, pois é justamente o ato de “tecer” (no caso o trabalho) que possibilita a sua transformação em borboleta, só assim que se realiza enquanto espécie. Aí está colocado o centro da questão do processo de alienação do trabalho apontado por Marx, coisificado, furtado de sua capacidade de transformação, de sua ontologia.

No caso do trabalho camponês³⁵ assentado, sob esta ótica há determinado grau de autonomia – para além do que já foi apontado sobre o campesinato e o modo de produção camponês – pois ele não vende sua força de trabalho. Neste aspecto, o trabalho do camponês assentado não vira uma mercadoria, não é alienado.

Em assentamentos onde há uma proposta e um certo grau de coletividade dirigido pelo movimento social observa-se que “os assentados buscam um trabalho criativo, prazeroso, auto-governado, voltado às suas necessidades,” (DALMAGRO, 2002:164). Contudo, ainda convivem com tarefas repetitivas, alienadas, e com uma 'auto-exploração', pois em última instância, e mesmo que apenas o excedente da produção, o fruto desse trabalho dirige-se em grande parte dos casos ao mercado capitalista.

Este, porém, é um limite muito mais amplo que atinge diretamente o camponês, mas não necessariamente lhe é inerente, está ligado ao modo de produção hegemônico da sociedade capitalista.

Trazido para o campo da educação, o conceito de alienação é um importante elemento para a discussão proposta nesta pesquisa porque, como vemos em autores como Freire (2005) e Mészáros (2007), o papel que a educação exerce sobre a classe trabalhadora no processo de *internalização* de valores da lógica do capital é cabal para a manutenção do sistema e de suas inter-relações sociais e de produção.

Para ambos (Freire, Mészáros), é somente através de uma educação libertadora – ao contrário da educação bancária, que vê o educando apenas como objeto – que se pode iniciar o processo de emancipação e de formação da consciência. Ou ainda, nas palavras de Mészáros:

A transcendência positiva da alienação é, em última análise uma tarefa educacional, exigindo uma “revolução cultural” radical para sua

³⁵Existem outras formas de exploração do trabalho no campo completamente ligadas ao modo de produção dominante que furtam completamente este sentido de autonomia do campesinato. Um exemplo são os chamados “integrados”, famílias de trabalhadores rurais que em suas propriedades trabalham para a grande indústria capitalista, como a Sadia, Perdigão, Souza Cruz, Aracruz Celulose etc.

realização. [...] a tarefa de transcender as relações de produção alienadas sob o capitalismo deve ser concebida no quadro global de uma estratégia educacional socialista. Esta última, porém, não deve ser confundida com nenhuma forma de utopismo educacional. (MÉSZÁROS, 2006:264)

Então, o processo de “desalienação” do homem para retornar à sua essência plena perdida no processo de alienação – tanto da alienação de si quanto da alienação de classe – passa pela transformação radical das relações de produção, mas também passa por um processo educativo amplo, além da escolarização, permanentemente vinculada a uma visão ampla global da sociedade e do homem, o qual procuramos seguir nas análises desta pesquisa.

4.3 Emancipação Humana

O conceito de emancipação é totalmente oposto ao conceito liberal de liberdade. No capitalismo temos a liberdade de consumo, a liberdade de vender nossa mão-de-obra (quando possível), e a falsa liberdade política expressa na democracia representativa ou em sua máxima democracia participativa. Os debates marxistas tendem a ver a liberdade como a eliminação dos obstáculos à emancipação humana, ou seja, liberdade é o desenvolvimento completo das possibilidades humanas e a criação de uma forma de associação digna da condição humana.

Essa diferenciação entre a liberdade política e a emancipação humana expressa por Marx fica clara no debate promovido por autores como TONET (2005), e IASI (2007). Na interpretação de Tonet, a questão da emancipação humana em Marx nada mais é do que o comunismo. Por isso, vemos em obras recentes de ambos ser tratada esta problemática quando fazem a crítica à confusão teórica que envolve tais conceitos, principalmente no que diz respeito à cidadania, sendo esta em última instância uma forma de a burguesia impor e manter a desigualdade social

exigida para o metabolismo do capital, através de um ente que faça a mediação de seus conflitos de classe e consolide a dominação de uma sobre a outra: o Estado.

A emancipação humana, ou seja, uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres, supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem esta erradicação é impossível a constituição de uma autêntica comunidade humana. (TONET, 2005, p. 4)

Para Iasi

o fundamento da emancipação humana para Marx é a possibilidade de os seres humanos assumirem o controle da história de maneira consciente e planejada por isso, podemos voltar a afirmar que a possibilidade de emancipação humana, de restituir o mundo e as relações humanas aos seres humanos, passa pela superação das mediações criadas por esses mesmos seres em sua ação sobre o mundo. Passa pela superação da mercadoria, do capital e do Estado. (IASI, 2007 p. 73)

Vemos que para ambos os autores a problemática da emancipação é calcada na concepção de transformação radical da sociedade, ou seja, a transformação nos meios de produção através do trabalho associado e da eliminação das classes. O trabalho associado é a única possibilidade para a efetivação da emancipação humana, e assim de fato à liberdade.

Como já vimos, o homem existe enquanto ser social na sua relação e transformação da natureza através do trabalho, e que a educação é “o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” (SAVIANI, 1997, p. 17). Então, sua contribuição para o processo de emancipação humana é o de possibilitar o acesso dos indivíduos aos códigos que lhes possibilitem a “apropriação daquelas objetivações que constituem o patrimônio comum da humanidade” (TONET 2005 p. 236).

É importante ressaltar que ambos autores afirmam que a emancipação humana não é algo inevitável, mas sim algo almejado, e para que se alcance este patamar de desenvolvimento da sociedade são fundamentais a luta e a consciência

dos homens. Do contrário, “a emancipação humana não ocorrerá e será melhor voltarmos a acreditar em Deus e torcer para que exista outra vida, porque esta, que se apresenta como aventura da espécie, a humanidade terá abdicado definitivamente em nome de sua própria história alienada.” (IASI, 2007, p. 75)

4.4 A Educação do Campo como possibilidade emancipatória do campesinato

“Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar” (MARX, 1996: 138)

A breve citação de Marx é no mínimo perturbadora, provoca o âmago do debate sobre o sentido do trabalho. Sorte então tem o burguês que vive às custas da exploração do trabalho alheio? Como então considerar a dimensão ontológica do trabalho? É possível que o trabalho tenha outra dimensão que não esta? Conforme expusemos anteriormente, esta possibilidade existe e depende da transcendência positiva da alienação.

Qual o papel da educação, e em específico da educação do campo, nesta transcendência? Ficou claro que o debate e a perspectiva abertos pela educação do campo são fundamentais para pensarmos a superação das contradições postas na relação capital-trabalho evidenciadas nesta pesquisa enquanto proposição positiva para a sua superação. Pois ela – a educação do campo – parte da materialidade da luta de classes expressa na disputa entre o campesinato e o agronegócio, tendo como base o processo ampliado de educação enquanto formação humana que ocorre neste percurso.

O fundamento da educação do campo acontece como formação humana na coletividade, na luta, no refazer-se camponês. Todavia para que se avance neste processo de formação da consciência para a emancipação dos trabalhadores é preciso que os movimentos tenham claros a intencionalidade e os objetivos estratégicos que os movem; só aí esta experiência vivenciada toma forma e conteúdo para sustentar um projeto de transformação social.

Transformar-se como camponês inclui aqui um processo educativo básico (lavração da vida, conforme aprendemos) que diz respeito a assumir-se, conscientemente, como sujeito do Movimento, ou seja, construir relações de produção e formas de vida no campo que dêem continuidade à luta que lhe permitiu este reencontro com a terra e consigo mesmo. (CALDART, 2000:224)

Observamos, portanto, que a luta coletiva pelo trabalho e o vínculo com o movimento representam elementos para um avanço na construção de novas relações, e vão permitindo um aprendizado aos sujeitos que lhe garantem, se não um caminho a seguir, ao menos a opção da escolha em um mundo onde a unilateralidade prevalece.

Se o trabalho educa, devemos entendê-lo em seu contexto sócio histórico e a sua atual condição alienante. No caso do assentamento ele passa essencialmente pelo processo educativo da experiência coletiva vivenciada, enfrentando diretamente o que a sociedade estabeleceu como regra, ou como natural: a propriedade privada, o individualismo. A esse respeito Saviani (2003) aponta que

Os homens não transformam a natureza individualmente, isoladamente, mas relacionando-se entre si. Sabemos que o indivíduo é um produto histórico tardio, já que o homem se constitui inicialmente como ser gregário, como ser em relação com os outros. Ele só se individualiza no processo histórico e é somente na época moderna, na sociedade capitalista, que surge o indivíduo em contraposição à sociedade. O homem transforma a natureza ao mesmo tempo em que se relaciona com os outros homens. (SAVIANI, 2003:5)

Portanto, tais questões são construídas socialmente ao longo da história, e podem ser desconstruídas também desde que existam forças sociais capazes de subverter a ordem. A vivência, o aprendizado forjado na luta, mostra para os sujeitos que a posse individual, a “propriedade”, só é alcançada por meio da luta coletiva. Em maior ou menor grau esta questão imprime uma forte marca no camponês assentado.

Em nossa pesquisa de campo e à luz das categorias analíticas utilizadas nesta pesquisa podemos observar que os trabalhadores assentados através do

processo de coletivização do trabalho no assentamento, com todos desafios e dificuldades enfrentadas, estão se tornando agentes de seu próprio destino, mostrando que existem possibilidades de construção de outras formas de sociabilidade que não as determinadas pelo capital.

Consideramos ainda que na negação da reificação das relações e na busca de outra condição de existência a dimensão organizativa do assentamento (que está em permanente construção) pode ser considerada uma mediação necessária para que tal condição seja superada. No entanto, a coletividade não deve ser encarada como condição em que o coletivo sobrepõe o indivíduo, tampouco pode ser sinônimo de diferentes sujeitos que compõem a totalidade. A quantidade precisa se tornar qualidade para que se materialize como expressão ontológica do sujeito, mediada pelas relações dos homens entre si e com a natureza. Este salto qualitativo só acontecerá na medida em que estes processos criem raízes e se ampliem superando as contradições vivenciadas.

Aceitando a provocação posta por Marx que trouxemos na epígrafe deste tópico e as questões observadas nos dois últimos parágrafos, é importante sublinharmos a natureza relacional do trabalho, que exprime o modo de viver e agir do homem no mundo para além da relação com a natureza (enquanto atividade produtiva), considerando também os aspectos desencadeados a partir dele: as relações sociais, políticas, culturais, artísticas; assim:

por meio do trabalho, o homem produz também a sua subjetividade; [...], tal concepção de trabalho envolve uma percepção não-compartimentalizadora nem reducionista do ser humano: ao contrário, este deve ser concebido como um ser em processo, pluridimensional, que vai se construindo por meio do seu viver e fazer e vive, ao mesmo tempo, as várias dimensões da sua realidade, corpórea, mental, intelectual, intuitiva afetiva e espiritual. (ARRUDA, 2002: 68)

Reafirmamos que a educação do campo carrega esta potencialidade, no sentido da práxis do movimento social como luta e transformação do mundo, quando retoma esta discussão entre o trabalho a educação e a emancipação dos camponeses. Neste sentido

Qual a potencialidade formadora e deformadora das diferentes formas de trabalho desenvolvidas atualmente pelos trabalhadores do campo? E que conhecimentos são produzidos por estes trabalhadores (e são deles exigidos no trabalho) que se subordinam à lógica da agricultura industrial e de negócio e, no contraponto, por aqueles que hoje assumem o desafio de reconstrução prática de uma outra lógica de agricultura, a agricultura camponesa do século XXI, que tenha como princípios organizadores a soberania alimentar, o direito dos povos às sementes e à água, a agroecologia, a cooperação agrícola? (CALDART, 2008:6)

A concepção de Marx nos ajuda na compreensão do debate trazido pela autora, e aprofunda a questão da superação da alienação do trabalho; segundo ele:

de fato, o reino da liberdade apenas começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade ou pela finalidade externa; encontra-se portanto, por sua natureza, para além da esfera da verdadeira e própria produção material. (MARX, Grundrisse Apud MANACORDA, 2007:69)

Acerca destas duas colocações retomamos ainda a fala de um dos assentados que consideramos ser muito significativa para estas dimensões da educação do campo, trabalho e emancipação. Segundo o entrevistado, o assentamento é o território onde

...você vai conseguir tocar sua vida porque assim, o assentamento não é pra você ficar rico é pra você controlar a sua vida. Ai tem gente que pensa assim: Vou pegar um assentamento pra mim ficar rico. Não! É ali que você vai mostrar sua produção e o assentamento é pra você construir uma família ali dentro e não precisar ficar trabalhando pra aqueles fazendeiro. (entrevistado B)

Na simplicidade da fala deste camponês notamos o sentido do trabalho uma questão essencial da vida, abordada de forma sutil, pois ela é justamente simples... é vivida por ele e pelos seus companheiros. Fica evidente nesta fala que o trabalho é necessário “*mas não é pra você ficar rico*” e “*não precisar ficar trabalhando pra aqueles fazendeiro*”, pois ele deve atender justamente as necessidades humanas, configura-se, pois como trabalho livre. O trabalho como processo – ou parte do

processo educativo – sozinho não constrói as condições para a emancipação dos homens, mas é um elemento essencial para a superação da *lógica destrutiva do capital*.

Tanto as instituições quanto a ideologia do capitalismo monopolista são estruturalmente incapazes de resolver esse problema radicalmente novo. A intensidade e a gravidade da crise educacional-ideológica do capitalismo de hoje é inseparável desse grande desafio histórico. (MÉSZÁROS, 2006:282)

A transcendência positiva do capital por meio da emancipação depende de um elevado nível de sociabilidade humana em que a livre associação dos trabalhadores sob o domínio das forças produtivas supere o trabalho alienado, o capital e o Estado. A superação da lógica do capital coloca-se, portanto, como uma necessidade e como alternativa (MÉSZÁROS, 2007) para a sobrevivência da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aula de Vôo – Mauro lasi

*O conhecimento
caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
e voraz contenta-se com cotidiano orvalho
deixado nas folhas vividas das manhãs.*

*Depois pensa que sabe
e se fecha em si mesmo:
faz muralhas,
cava Trincheiras,
ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber
levanta certeza na forma de muro,
orgulha-se de seu casulo.*

*Até que maduro
explode em vôos
rindo do tempo que imagina saber
ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos
no orvalho de cada dia.*

*Mas o vôo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
voltar à terra com seus ovos
à espera de novas e prosaicas lagartas.*

*O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
E de suas certezas.
É meta de forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa*

*a nos mostrar que para o vôo
é preciso tanto o casulo
como a asa*

A poesia de lasi sintetiza o sentimento vivenciado no processo de construção do conhecimento durante a realização desta pesquisa. Debruçar-nos sobre a realidade de um assentamento do MST constitui-se em um grande desafio, pois nos dispusemos a aprofundar o conhecimento observando uma realidade na qual também intervimos, portanto tomá-la como simples objeto torna-se impensável para nós.

A amplitude do real imprime um constante desafio, presente neste trabalho de estabelecer e definir as categorias analíticas desta realidade. Buscamos, por meio do materialismo histórico dialético, compreender o processo que acontece no assentamento Eldorado tendo como horizonte as rupturas e continuidades daquela

experiência, sem perder de vista a totalidade e a historicidade na qual se inscreve a realidade analisada. Conforme procuramos trazer no decorrer deste breve texto, algumas das contradições observadas no assentamento não são naturais do ser humano, mas sim determinadas pelas mediações do modo de produção capitalista. As dificuldades, as contradições, não são inerentes ao indivíduo – mas elas incidem diretamente na sua vida.

Identificamos que a contradição que aliena o ser humano na sociedade hoje não está no trabalho em si, e sim no capital, para sermos mais explícitos, na justaposição do capital sob o trabalho na voracidade da exploração da mais valia. Ela incide *no* trabalho e não é *do* trabalho, pois concordamos que é somente pelo trabalho que o ser humano é capaz de suprir suas necessidades, tendo seu tempo livre à disposição para o desenvolvimento das suas potencialidades.

Notamos ainda que existe a necessidade de um aprofundamento maior sobre a questão do trabalho no campesinato. Permanece o desafio de compreendê-lo além da sua lógica movente levando em consideração para o diálogo questões como o modo de produção camponês, classe e trabalho, tendo no horizonte o debate sobre as suas peculiaridades que reside essencialmente no seu modo de viver – sua cultura. Conforme observado, o campesinato resistiu a praticamente todos os modos de produção durante a história da humanidade, e por isso negamos o seu fim e consideramos a sua reinvenção.

Os camponeses assentados detêm os meios de produção, contudo continuam sendo trabalhadores; não podemos, portanto, separar a conceituação de camponês da de classe, mas designá-los apenas como trabalhadores não é suficiente. Assim, a questão do trabalho camponês e as novas formas organizacionais geradas no processo de “recamponização” vivenciado nos assentamentos merece um aprofundamento teórico.

Põe-se ainda a questão do trabalho assalariado no campo, fruto da contraditoriedade do agronegócio. Na exploração da renda da terra para a produção

de mercadorias (*commodities*), o trabalho é praticamente dispensável em alguns casos onde o nível de tecnificação é elevado (o que consideramos uma minoria, já que existem no campo conforme a PNAD/IBGE 4,8 milhões de trabalhadores assalariados). O que vemos é que o grande complexo do agronegócio explora basicamente de duas formas sob o trabalho no campo: explorando e incorporando o trabalho familiar à grande agroindústria (fumo, laranja, celulose, criação de aves e porcos), ele também continua explorando de maneira excessiva e sub-humana o trabalho, a prova disto são as denúncias constantes de trabalho escravo no complexo sucroalcooleiro.

Relacionado ainda a estes aspectos observamos a realidade da não realização da reforma agrária na região do Distrito Federal e Entorno, dada a ineficácia no desenvolvimento geral dos assentamentos e a falta de políticas públicas que a garanta. Observamos também que a grande quantidade de assentamentos nesse território constitui um potencial para o desenvolvimento econômico e social da região. Também verificamos que a forma truncada de desenvolvimento do agronegócio acontece preservando elementos já superados pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelo consumo de tecnologias modernas. Aliada a esta questão, evidenciamos que é necessária uma leitura profunda da situação exposta, que considere ainda a presença dos movimentos sociais, levando em conta as questões históricas, econômicas e sociais de tal realidade.

Foi evidenciado que o assentamento Eldorado carrega a potencialidade transformadora do debate teórico que procuramos realizar neste texto. Temos a consciência de que aquele território por si só não é capaz de romper a *lógica destrutiva do capital* (Cf. MÉSZÁROS, 2009), mas carrega elementos para esta superação. As experiências desenvolvidas, neste caso, apontam para a criação de outra sociabilidade humana, pois aliam-se ao processo e aos objetivos estratégicos do próprio movimento do qual faz parte – o MST.

A participação na luta, no acampamento, o envolvimento dos assentados na busca pela coletividade, que no território estudado vão desde a solução de pequenos problemas locais até ações mais complexas, podem ser considerados *mediadores deste processo* de transformação na essência do ser que foi aqui considerado educativo.

Outra questão que pudemos observar no assentamento durante o período em que realizamos a pesquisa foram os avanços na qualidade de vida das famílias através de sua auto-organização. Citamos o exemplo dos mutirões de trabalho coletivo realizados para a construção das casas, a abertura de estradas e a instalação da energia elétrica, garantindo assim mais dignidade para aquelas famílias.

Chamaram a atenção também questões como a escolaridade das crianças e adolescentes, absolutamente todos que estão em idade escolar frequentam a escola, e da produção do assentamento que tem suas bases estabelecidas na agroecologia - garantindo a soberania alimentar das famílias em um primeiro momento e com perspectivas de ampliação para oferecer à população alimentos saudáveis.

Durante a aplicação dos questionários e nas visitas feitas ao assentamento e nos lotes das famílias, ficaram claros a importância e o valor que dão ao trabalho e aos frutos colhidos. Praticamente todas as famílias nos convidaram a conhecer o seu lote sua produção, mostrando como cuidam dos animais, como fazem para produzir, qual época é boa para plantar determinado cultivo, o que produz melhor no solo do assentamento. Também explicitavam suas expectativas em relação à produção.

Da mesma forma que os próprios assentados afirmaram, concordamos que os principais avanços no assentamento acontecem através da coletividade. Esta é uma questão que se coloca como fundamental para apontar as possibilidades emancipatórias na construção de um projeto de sociedade que tenha como horizonte a ruptura radical do capitalismo:

A revolução de nossos dias é, desse modo, uma revolução no e do trabalho. É uma revolução na medida em que deve necessariamente abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de

sujeito-mercadoria, e instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho emancipado. Mas é também uma revolução do trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações adotadas de um sentido emancipador (ANTUNES, 1999:96)

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo. Boitempo, 2005.

ARAUJO, Lucinéia Gomes de. Educação do campo no Campo: a relação do poder público com a Escola Estadual Vale da Esperança: um estudo de caso. 2005. 85f. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento) UNB/ITERRA.

ARAÚJO, Maria Nalva. Da Luta contra a Exclusão e reinvenção da escola pública popular: a luta pela escolarização no MST Bahia. UNIFRAN, Franca/SP, 2000. 130f. Dissertação de Mestrado.

ARROYO, Miguel Gonzales. CALDART, Roseli. MOLINA, Mônica Castagna. Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzales. Trabalho, educação e teoria pedagógica. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

ARRUDA, Marcos. A Articulação Trabalho-Educação Visando uma Democracia Integral. *In* GOMES, C. M. Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. 4ª Ed. São Paulo, Cortez: 2002.

BERTOLINI, Valéria Andrade. Ocupando o Cerrado: Avaliação do processo de implantação de assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal. 2005. 205 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de Brasília, Brasília 2005.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para análise de um percurso. *In*. MOLINA, Mônica (Org.) Educação do Campo e Pesquisa II. Brasília: MDA/MEC, 2010.

- CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CALDART, R. S. *Sobre Educação do Campo*. In: SANTOS, C. A. (Org.) *Por Uma Educação do Campo 7: Campo, Políticas Públicas, Educação*. Brasília: Incra/MDA/NEAD Especial. 2008.
- CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis, RJ: Vozes. 180pp. 1997.
- CARVALHO, Horácio Martins. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CARVALHO, Ricardo, AGGEGE Soraya. *Extrema União*. In. *Revista Carta Capital*: edição nº 657, de 29 de julho de 2011.
- CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética Materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- COOTRADEFE, Cooperativa de Trabalho da Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno. *Plano de Desenvolvimento de Assentamento: Eldorado dos Carajás, Unai/MG. 2006-2008*.
- CRUZ, César Albenes de Mendonça. *Sobre o Processo de Formação da Consciência de Classe*.
- DALMAGRO, Sandra Luciana. *Trabalho, Coletividade, Conflitos e Sonhos: a formação humana no assentamento Conquista da Fronteira*. Dissertação de Mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 2002.
- DOWBOR, Ladislau. *A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FERNANDES, B. M. *Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais*. In: MOLINA, M. (Org) *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: MDA, 2006.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In BUAINAIN, Antônio Marcio (Coord.) Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. Presidente Prudente, 2007. (mimeo)
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Teoria e Política Agrária: subsídios para pensar a educação do campo. Palestra ministrada no I SEMINÁRIO DO PRONERA – VITÓRIA - ES -1 de outubro de 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (org). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004, p. 53-91. (Por Uma Educação do Campo, 5).
- FONTES, Virgínia Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. Comunicação encaminhada ao VII Taller Internacional Paradigmas Emancipatórios, La Habana, 27-30 de abril de 2007
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 43ª Ed.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Materialismo Histórico-dialético: pontos e contrapontos. In. II Seminário Nacional “O MST e a Pesquisa”. Cadernos do ITERRA, ano VII, N°14, dezembro de 2007.
- FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil hoje. In: MST. Boletim da Educação n° 11 “Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária. São Paulo, 2006.

- GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e lutas sociais na história do Brasil. São Paulo: Loyola, 1995.
- GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- HEREDIA, Beatriz. M. et. al Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. *In*: COSTA, F. C. C. FLEXOR, G. SANTOS, R. (Orgs.) Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro. Mauad X, EDUR. 2008.
- IANNI, Octávio. A utopia camponesa. *In*. CARVALHO, Horácio Martins. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. @Cidades2009. Disponível em: www.ibge.gov.br
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados do Censo Populacional 2010. www.ibge.gov.br acessado em 20/06/2011
- INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Crédito Instalação http://incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=40&Itemid=70 Acessado em 04 de julho de 2011
- LEITE, Sérgio. HEREDIA, Beatriz. MEDEIROS, Leonilde. PALMEIRA, Moacir. CINTRÃO, Rosângela.(Coords.). Impacto nos Assentamentos – Um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 392 p. Estudos NEAD n. 6.
- LESSA, Sergio. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007.

- LUDKE, Menga. e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MANACORDA, Mário Aliguiero. Marx e a pedagogia moderna. Campinas/SP: Alínea, 2007.
- MARTINS, Adalberto. Um novo impulso para a organização dos assentamentos e da cooperação. In MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. ITERRA, Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária. Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária: Textos de Estudo. Boletim da Educação – Edição especial. N° 11, São Paulo:2006
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo e LEITE, Sérgio. (Orgs.) Assentamentos Rurais. Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro/RJ: Mauad, 2004.
- MENEZES NETO, Antônio Júlio de. Além da Terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.
- MÉSZÁROS, István. O desafio e o Fardo do Tempo Histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. Teoria da Alienação em Marx. 1a. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. 3ª. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes 1994.

- MORAES, Clodomir dos Santos. Elementos sobre a teoria da organização no campo. In “A constituição e o desenvolvimento de formas coletivas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de reforma agrária”. Caderno de Cooperação Agrícola N° 11 CONCRAB. São Paulo: 2004.
- MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (Orgs.) Formas de resistência camponesa: Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Vol. 1. Concepções de Justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Ed. Unesp. 2008.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Os desafios da luta pela reforma agrária popular e do MST no atual contexto. Caderno de debates n° 1. São Paulo: MST, 2009.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Boletim da Educação N. 9. *Educação no MST: balanço 20 anos*. São Paulo: Dezembro de 2004.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Pedagogia do Movimento Sem Terra: Acompanhamento às escolas. Boletim da Educação n. 8. 1. Ed. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária-ITERRA: Veranópolis, 2001.
- MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. MST: Lutas e Conquistas. São Paulo: MST, 2010
- MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Programa de Formação para a Cooperação e Organização dos Assentamentos. Cartilha de Apoio N. 2 São Paulo: MST, 2008.
- MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. Quadro Geral de fiscalização para a erradicação do trabalho escravo. - SIT/SRTE. 1995/2010. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A308E140C013099A935684CEE/quadro_resumo_1995_2010.pdf
- NETO, José Ambrósio Ferreira; et al. Assentamentos Rurais e Desenvolvimento Econômico: Um Estudo sobre o Noroeste de Minas Gerais. 47° SOBER, Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural

- NETTO, José Paulo. e BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.
- OLIVEIRA, Daniel Coelho de. Elite do Agronegócio em Unaí: Percepções sobre a pobreza e as desigualdades sociais. 134 f. (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- OLIVEIRA, Daniel Coelho de. Entre transformações e continuidades: o caso da modernização agrícola no noroeste de Minas Gerais. In Revista Terr@Plural, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.19-29, jan./jun. 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2006.
- OLIVEIRA, M. N. XAVIER, J. H. V. AMEIDA, S. C. R. SCOPEL, E. Projeto Unaí: pesquisa de desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária. Brasília/DF. EMBRAPA. 2009.
- PINASSI, Maria Orlanda. O MST e a completude destrutiva do capital. In Revista Margem Esquerda n° 6 “Ensaio Marxistas”. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa In PETERSEN, Paulo (Org.) Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. Rio de Janeiro. AS-PTA, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. OSAL. Año VI No 16. p23-34. 2005.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência Latino-Americana e Caribenha. In CECEÑA, Ana Esther. Los desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires. CLASCO Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2006.
- PRADO Jr. Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Revista Sem Terra. “MST na Luta Sempre!” Edição especial de 25 anos. N° 48 jan/fev 2009. Disponível em: www.mst.org.br/revista/48

- RIBEIRO, Marlene. Movimento Camponês, Trabalho e Educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular. 2010.
- RIBEIRO, Marlene. Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação? In Revista Brasileira de Educação. V 14, N° 42, set/dez 2009.
- SABOURIN, E. OLIVEIRA, M. N. XAVIER, J. H. V. Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí/MG. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Vol. 15, n° 1, abril de 2007. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: Revista Brasileira de Educação. V 12, n° 34 jan/abr 2007. p. 152-180
- SAVIANI, Demerval. O choque teórico da politecnia. In Revista Trabalho, Educação e Saúde. N°1, Rio de Janeiro: 2003
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In: Revista NERA, Ano 8, N° 7. Jul/Dez. 2005. Presidente Prudente/SP. p. 1-21.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. TRABALHO E TRABALHADORES NA REGIÃO DO “MAR DE CANA E DO RIO DE ÁLCOOL” AGRÁRIA, São Paulo, No 2, pp. 2-39, 2005.
- SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão. São Paulo, Depto. de Geografia da USP. (tese de doutorado)
- STEDILE, J. P.(coord.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- STEDILE, João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- STEDILE, João Pedro. (Org) A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500-1960. Vol 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

- STEDILE, João Pedro. Soberania alimentar, o que é isso? Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 120, p. 42, mar. 2007.
- TOMAZ JÚNIOR, Antonio. A Classe Trabalhadora no Brasil e os Limites da Teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? In FERNANDES, Bernardo Mançano (Org) Campesinato e Agronegócio na America Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- VARGAS, Maria Cristina. MANGGINI, Tiago. A educação de Jovens e Adultos em Movimento. (p. 151-164). In LENZI, Lúcia Helena e CORD, Denise (Orgs). Formação de educadores em EJA no campo: compartilhando saberes. Coleção Cadernos CED; Vol 13. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2007.
- VENDRAMINI, Célia R. Os Desafios do MST na Atualidade. Disponível em www.rizoma.ufsc.br/pdfs/488-ofg-st3.pdf.
- VENDRAMINI, Célia Regina. E educação do campo na perspectiva do materialismo histórico-dialético. In. MOLINA, Mônica (Org.) Educação do Campo e Pesquisa II. Brasília: MDA/MEC, 2010.
- VENDRAMINI, Célia Regina. Terra Trabalho e Educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.
- VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e Trabalho: reflexões em torno dos Movimentos Sociais do Campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007 121 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
- VIANA, Nildo. Escritos Metodológicos de Marx. Goiânia: Alternativa, 2007.

ANEXOS

Anexo I Formulário para levantamento de dados básicos primários no Assentamento Eldorado dos Carajás Unai

1) Informações gerais

No. do lote/parcela: 1 Quando veio para o assentamento: Local da Entrevista: data e horário:

Nome (pessoas com 15 anos ou mais)	Data nasc.	idade	sexo	Sabe ler		Sabe escrever		Estudou até que série	Como esta organizado no assentamento			Qual atividade desempenha
				Sim	Não	Sim	Não		Individual	Semi coletivo	coletivo	

Nome (pessoas de 0 a 14 anos)	Data nasc.	idade	sexo	Freqüenta a escola?			Qual atividade desempenha
				Sim	não	Caso negativo Por que. Afirmativo Série	

A) tipo da casa: () Alvenaria () Madeira () Mista Outro : _____

B) Tem energia () S/N C) acesso a água de onde vem?

D) Banheiro: fossa negra (), fossa séptica (), céu aberto ().

E) destino do Lixo: queimado (), a céu aberto (), enterrado (), coleta seletiva (), reciclado.

F) Pratica alguma religião? () S/N. Qual?

G) A família acessa algum programa governamental? () S/N. Qual: Habitação (), Educação (), Luz para todos (), Compra e venda de alimentos (), crédito/Pronaf (), Bolsa Família ().
Outros (quais):

H) Renda da família: Produção (), Previdência aposentadoria/pensões (), trabalho assalariado em outros sítios/fazendas (), trabalho assalariado na cidade (). outros, quais:

2) Questões do trabalho, da produção e ambiental

Produção animal:

Animal	Quantidade	Objetivo (consumo, venda, troca quantidade aprox)
Galinha		
Vaca leiteira		
Gado de corte		
suínos		
Ovelha		
cabra		
mel		
Outros (quais)		

Produção vegetal:

Cultivo	Quantidade	Objetivo (consumo, venda, troca quantidade aprox)
Feijão		
Arroz		
Milho		
Mandioca		
Cana		
Horta		
Outros (quais)		
Pimenta		

Instrumentos de trabalho :

OBS:

A) o sistema de produção é: convencional (), agroecológico (), de transição ().

B) Qual é o tipo de adubação: química (), orgânica (), esterco (), cobertura morta/compostagem ().

3) Aspectos culturais e lúdicos:

a) quais os principais meios de comunicação da família: rádio (), TV (), jornal (), internet (). Outro:

b) os meios de comunicação interferem no comportamento da família? Sim (), não ()

c) se acontece interferência, isso é positivo? Sim (), não (). Em que medida? _____

d) quais as principais atividades culturais da família? Festas comunitárias (), jogo de futebol/esporte (), cinema, teatro, musica, leitura (), atividades religiosas (), Outros quais:

e) a família tem interesse ou gostaria de ter acesso a outros espaços de cultura: Sim (), não ()

Quais

ANEXO II Relação de assentamentos criados na região do DF e Entorno – até julho de 2011

UF	Município	Nome do Projeto	Área (ha)	Famílias assentadas	Fase ³⁶	Data de obtenção	Data de criação
DF	Brasília	PA Três Conquistas	858,58	61	4	22/10/98	22/10/98
DF	Brasília	PA Recanto da Conquista	200,97	18	4	22/10/98	22/10/98
DF	Brasília	PA Sítio Novo	248,13	38	4	22/10/98	22/10/98
DF	Brasília	PCA Oziel Alves II	2142,1	152	4	29/06/01	29/06/01
DF	Brasília	Assentamento Fazenda Larga Al 11	554	83	4	18/07/96	18/07/96
DF	Brasília	Núcleo Rural Córrego Coqueiros	200,2	102	4	08/01/98	30/12/05
DF	Brasília	Núcleo Rural Nova Vitória	146,59	25	4	28/01/97	30/12/05
DF	Brasília	Núcleo Rural Zumbi dos Palmares	238,34	58	4	28/01/97	30/12/05
DF	Brasília	Núcleo Rural Aguilhada	174	72	4	11/02/99	30/12/05
DF	Brasília	Núcleo Rural Capão Comprido	403,64	57	4	11/02/99	30/12/05

³⁶Compreende-se: 00 - Em Obtenção 01 - Pré-Projeto de Assentamento 02 - Assentamento em criação 03 - Assentamento Criado 04 - Assentamento em Instalação
05 - Assentamento em Estruturação 06 - Assentamento em Consolidação 07 - Assentamento Consolidado

DF	Brasília	A-I Engenho das Lages	127	43	4	13/17/94	30/12/05
GO	Monte Alegre de Goiás	PA Atalaia	6050,01	83	3	24/03/95	09/04/96
GO	Flores de Goiás	PA Bela Vista	4559,04	139	3	26/03/97	06/11/97
GO	Guaraní de Goiás	PA Belo Horizonte	2705,87	43	3	01/12/94	05/09/95
GO	Mambaí	PA Capim de Cheiro	2016,11	28	5	25/04/94	06/02/95
GO	Água Fria de Goiás	PA Cigano	1311,64	18	5	24/06/96	18/11/96
GO	Padre Bernardo	PA Colônia	598,46	23	5	15/09/95	15/09/95
GO	Padre Bernardo	PA Colônia II	590	22	5	15/09/95	15/09/95
GO	Planaltina	PA Contagem	1210	38	5	20/06/97	20/06/97
GO	Teresina de Goiás	PA Diadema	2904	49	5	08/12/93	23/05/94
GO	Alto Paraíso de Goiás	PDS Esusa	13884,28	49	4	25/04/94	22/09/95
GO	Cabeceiras	PA Lagoa das Pedras	1270,11	42	3	21/12/93	02/08/95
GO	Mambaí	PA Mambaí	2017,89	28	5	06/09/96	10/06/97

GO São João D'Aliança	PA Mingau	2611,33	76	5	02/08/95	02/08/95
GO São Domingos	PA Mucambo Firme	4050,28	44	6	09/03/89	13/12/91
GO Formosa	A Nova Piratininga	2133,86	90	5	18/08/93	18/04/95
GO Cavalcante	PA Órfãos	4852,6	121	4	30/12/96	30/12/96
GO Mambaí	PA Paraná	6349,09	64	5	19/09/95	19/09/95
GO Sitio D'Abadia	PA Riachão	2785,75	49	5	-	06/02/95
GO Formosa	PA Santa Cruz	2685,73	86	7	03/12/84	17/12/84
GO Mambaí	PA São José	2030,45	28	3	18/10/95	18/10/95
GO Flores de Goiás	PA São Vicente	19166,4	541	5	04/03/97	23/10/97
GO Guaraní de Goiás	PA Sumidouro	2099,9	27	5	15/09/95	15/09/95
GO Água Fria de Goiás	PA Terra Conquistada	2710	53	3	17/09/96	09/09/97
GO Cristalina	PA Três Barras	11376,8	175	7	30/06/88	26/05/89
GO Planaltina	PA União Flor da Serra	2598,23	43	5	25/11/96	10/06/97
GO Formosa	Pa Vale da Esperança	5614,31	172	5	18/05/96	18/11/96

GO Formosa	PA Virgilândia	10453,34	240	5	30/11/94	30/12/96
GO Divinópolis de Goiás	PA Riacho Seco	1857,53	85	3	20/11/98	20/11/98
GO São João D'Aliança	PA Palmital	855,57	32	5	19/11/97	25/11/98
GO Cristalina	PA Vista Alegre	9680	220	5	20/10/97	05/10/98
GO São João D'Aliança	PA Santa Maria	5212,02	169	5	17/12/98	17/12/98
GO Cidade Ocidental	PA Cunha	995	58	5	10/12/98	17/12/98
GO Padre Bernardo	PA Água Quente	2829,3	66	5	24/12/98	17/12/98
GO Cristalina	PA Buriti das Gamelas	3419	90	3	04/11/98	17/12/98
GO Luziânia	PA Buriti	2348	82	3	17/12/98	17/12/98
GO Luziânia	PA Líder	322,99	29	5	17/12/98	17/12/98
GO Padre Bernardo	PA Boa Vista	4380,03	134	5	17/12/98	17/12/98
GO Formosa	PA Palmeiras	952,41	33	3	04/02/99	04/02/99
GO Formosa	PA Palmeira Lote Seis	1212,24	41	5	01/06/99	01/10/99
GO Formosa	PA Poções	1959	42	4	15/12/99	15/12/99

GO Formosa	PA Paranã I	2282	64	4	15/12/99	15/12/99
GO São João D'Aliança	PA Águas Claras	2030	72	4	15/12/99	15/12/99
GO Mambaí	PA Mambaí	795,01	15	4	15/12/99	15/12/99
GO Água Fria de Goiás	PA Santo Antonio das Brancas	1364,81	45	5	10/12/99	09/12/99
GO Colinas do Sul	PA Angicos	968	20	3	14/10/99	09/12/99
GO Nova Roma	PA Cana Brava II	1494	63	5	29/10/98	09/12/99
GO São João D'Aliança	PA Brejo das Onça	1615,88	35	3	17/09/99	07/12/99
GO São Domingos	PA Mata Grande	3.834,7	57	3	09/12/99	09/12/99
GO São João D'Aliança	PA Nova Visão	2112,3	33	4	21/12/99	21/12/99
GO Padre Bernardo	PA Vereda	1922,90	71	3	29/07/99	21/12/99
GO Flores de Goiás	PA Conceição	1972,98	64	3	23/12/99	23/12/99
GO Flores de Goiás	PA Vale do Macacão	2395,8	63	3	15/12/99	23/08/00
GO Flores de Goiás	PA Bom Jesus	1751,98	72	3	19/11/99	23/08/00
GO Flores de Goiás	PA Canaã	3600,30	124	3	11/05/99	23/08/00

GO Flores de Goiás	PA Bom Sucesso/Santa Cruz	2645,07	83	5	05/11/99	23/08/00
GO Padre Bernardo	PA Vereda II	3929,43	160	5	24/11/99	23/08/00
GO Padre Bernardo	PA Jacinto Durães	1623,82	60	5	25/09/00	04/10/00
GO Cristalina	PA São Marcos	1943,20	68	3	15/12/99	25/06/01
GO Flores de Goiás	PA Gameleira	5961,4	98	3	08/08/00	25/06/01
GO Flores de Goiás	PA Flores Formoso	4567,55	156	3	11/04/01	17/12/01
GO Planaltina	PA Cocal Água Quente	1911,7	39	3	20/08/01	26/03/05
GO Água Fria	PA Sonho Realizado	854,33	32	3	17/12/00	09/02/04
GO Flores de Goiás	PA Amaziles	2420	61	4	25/02/03	09/02/04
GO Flores de Goiás	PA Bucaina	2541	85	4	29/08/03	13/04/04
GO Mambaí	PA Cyntia Peter	591,57	40	4	23/07/04	23/07/04
GO Cocalzinho de Goiás	PA Santa Felicidade	4539,36	185	4	17/12/04	17/12/04
GO Alto Paraiso de Goiás	PA Silvio Rodrigues	4840	114	3	13/07/04	15/02/05
GO Planaltina	PA Rio Maranhão	788,22	29	3	29/03/05	29/03/05

GO Alvorada do Norte	PA Alvorada I	3672,30	49	3	19/05/04	12/04/05
GO Alvorada do Norte	PA Alvorada II	1889,5	43	3	05/05/04	12/04/05
GO Posse	PA Nova Grécia	2553,64	119	3	18/07/05	18/07/05
GO Padre Bernardo	PA Santa Helena	1245,51	48	3	25/11/05	25/11/05
GO Simolândia	PA Zumbi dos Palmares	1686,38	53	3	29/11/05	29/11/05
GO São João D'Aliança	PA Vida Nova II	2904	54	3	18/04/06	18/04/06
GO Cristalina	PA Vitória	1402,11	52	3	28/04/06	28/04/06
GO Flores de Goiás	PA Bom Sucesso II	1573	55	3	22/12/03	18/12/06
GO Divinópolis de Goiás	PA Marcos Correa Lins	9519,62	407	3	13/12/06	15/02/07
GO Planaltina	PA Itaúna	4061,75	110	3	11/09/98	03/05/07
GO Cocalzinho de Goiás	PA Boa Sorte	2.110,3039	54	3	24/05/07	05/06/07
GO São João D'Aliança	PA Benemilson Oliveira dos Santos	1869,80	39	3	17/08/07	17/08/07
GO Flores de Goiás	PA Castanheira	6424,30	179	3	05/05/06	27/12/07
GO Formosa	PA Brejão	2219,36	53	3	09/10/07	26/09/08

GO Flores de Goiás	PA Castanheira II	3212,48	-	3	26/11/08	26/11/08
GO Simolândia	PA Simolândia	925,22	30	3	16/12/08	16/12/08
GO Vila Boa	PA Estrela da Manhã	6391,57	146	3	16/12/08	16/12/08
GO Vila Boa	PA Estrela da Manhã II	435,79	12	3	16/12/08	16/12/08
GO Colinas do Sul	PA Córrego do Bonito	3321,88	86	3	17/04/08	16/02/09
GO Formosa	PA Morrinhos	3634,94	150	3	19/05/08	16/02/09
GO Cristalina	PA Presidente Lula	2312,91	107	3	16/02/09	16/02/09
GO Flores de Goiás	PA Liberdade de Flores II	3004,34	67	3	17/04/08	28/05/09
GO Flores de Goiás	PA Liberdade de Flores	2509,44	101	3	13/03/09	13/03/09
GO Flores de Goiás	PA Santa Fé	3993,76	164	3	01/04/09	01/04/09
GO Formosa	PA Barra I	3357,32	96	3	28/12/05	03/07/09
GO Formosa	PA Barra Verde	2472,65	69	3	28/12/05	03/07/09
GO Colinas do Sul	PA Terra Mãe	4267,38	100	3	29/05/09	29/05/09
GO Colinas do Sul	PA Boa Esperança	1477,99	45	3	29/05/09	29/05/09

GO Formosa	PA Fartura	5959,07	252	3	04/06/08	11/08/09
GO Padre Bernardo	PA Antônio Jovêncio	2201,97	71	3	15/08/05	26/12/08
GO Flores de Goiás	PA Santa Clara	2580,64	112	3	29/05/09	29/05/09
GO Formosa	PA Florinda	2861,39	101	3	15/07/08	11/08/09
GO Alvorada do Norte	PA Pedro Falco	4653,95	128	3	15/07/08	21/09/09
GO Flores de Goiás	PA Gibão	3336,27	81	3	20/11/08	06/11/09
GO Formosa	PA Junco	1556,85	42	3	20/11/08	16/12/09
GO Cristalina	PA Manacá	3410,14	34	3	02/09/10	02/09/10
GO Formosa	PA São Francisco de Assis	4560,81	117	3	29/01/09	20/12/10
GO Cristalina	PA Poço Grande	1304,29	46	3	24/12/10	24/12/10
GO Cristalina	PA Barra Grande	1470,65	68	3	28/12/10	28/12/10
GO Água Fria de Goiás	PA Filhos da Terra	349,83	20	3	30/12/01	30/12/10
MG Arinos	PA Santa Terezinha	1452,94	37	5	13/05/98	13/05/98
MG Unaí	PA Balsamo	3281,26	51	7	05/11/86	26/05/87

MG Unaí	PA Boa União	4010,92	100	5	22/10/96	26/12/96
MG Unaí	PA Campo Verde	2330,31	41	3	25/11/97	25/11/97
MG Formoso	PA Capão do Mel	2885,07	69	3	17/07/97	13/11/97
MG Buritis	PA Mãe das Conquistas	4681,88	78	5	16/04/97	16/04/97
MG Arinos	PA Mimoso	5031,54	40	6	03/06/88	29/08/89
MG Unaí	PA Nova Califórnia	1908,52	49	5	05/09/97	25/11/97
MG Buritis	PA Nova Itália	888,40	15	5	02/12/96	02/07/97
MG Unaí	PA Palmeirinha	6146,19	161	6	08/03/84	01/10/86
MG Unaí	PA Paraíso	3915,05	83	5	27/08/97	25/11/97
MG Arinos	PA Rancharia	1511,84	44	5	14/10/97	16/04/97
MG Unaí	PA Renascer	1495,13	45	5	18/07/96	02/12/96
MG Arinos	PA Riacho Claro	3866,55	61	3	17/04/97	25/09/97
MG Unaí	PA Santa Clara Furadinho	1293	43	5	20/12/93	08/02/95
MG Unaí	PA São Pedro Cipó	5279,96	79	5	15/03/88	24/09/92

MG Bunitis	PA Vida Nova	4490	64	3	26/12/96	26/12/96
MG Arinos	PA Santo Antônio	1417,87	30	5	30/04/98	25/11/98
MG Arinos	PA Caiçara	1842,57	36	5	20/03/98	20/11/98
MG Unai	PA Barreirinho	7841,69	156	4	08/09/98	21/10/08
MG Unai	PA Vazante	2304	63	5	08/09/98	08/09/98
MG Arinos	PA Grande Borá	1221,79	37	5	27/02/98	16/09/98
MG Unai	PA Santa Marta	2345,48	60	5	29/10/98	17/12/98
MG Unai	PA Jibóia	2002,53	53	3	17/11/98	17/12/98
MG Bunitis	Gado Bravo	1044,25	31	5	18/11/98	23/12/98
MG Unai	PA Cana Brava	509,7	21	3	17/12/98	17/12/98
MG Unai	PA São Miguel	4831,83	110	5	23/12/98	13/09/99
MG Bunitis	PA Formosa Taquaril	1532,28	50	3	07/10/98	07/10/98
MG Bunitis	PA Nova Esperança	541,51	8	3	23/12/98	23/12/98
MG Arinos	PA Carro Quebrado	1529,60	36	3	11/12/98	11/12/98

MG Buritis	PA Vila Rosa	853,4800	24	5	04/11/98	16/12/98
MG Unaí	PA Brejinho	3281,26	105	5	11/12/98	19/12/98
MG Unaí	PA Menino Jesus	4010,92	29	5	27/08/99	27/08/99
MG Unaí	PA Curral do Fogo	2330,31	138	5	30/08/99	30/08/99
MG Buritis	PA Palmeira/Gado Bravo	2885,07	26	3	11/12/98	30/08/99
MG Arinos	PA Roça	4681,88	38	5	10/12/99	14/08/00
MG Arinos	PA Chico Mendes	5031,54	132	5	10/12/99	14/08/00
MG Buritis	PA Vanderlei Ribeiro dos Santos	1908,52	88	5	28/10/99	14/08/00
MG Unaí	PA Cachoeira	888,40	16	5	28/10/99	14/08/00
MG Arinos	PA Carlos Lamarca	6146,19	81	3	12/05/00	20/12/00
MG Formoso	PA São Francisco	3915,05	87	5	10/11/00	14/09/03
MG Arinos	PA Colônia dos Ciganos	1511,84	11	3	23/08/01	23/07/01
MG Buritis	PA União	1495,13	78	4	25/03/02	25/03/02
MG Unaí	PA Divisa Verde	3866,55	15	3	11/04/01	04/07/02

MG Unaí	PA Papa Mel	1293	28	5	17/12/01	04/07/02
MG Buritis	PA Unidos Venceremos	5279,96	36	5	17/12/01	04/07/02
MG Arinos	PA Boqueirão	4490	40	4	16/07/02	03/12/02
MG Formoso	PA Piratinga	1417,87	33	3	28/10/03	28/10/03
MG Arinos	PA Eloi Ferreira da Silva	1842,57	82	3	06/11/02	18/11/03
MG Buritis	PA Roseli Nunes	7841,69	25	4	10/08/04	16/09/04
MG Unaí	PA Estrela Guia	2304	74	3	11/08/04	15/08/05
MG Unaí	PA Eldorado dos Carajás	1221,79	34	3	01/11/05	01/11/05
MG Formoso	PA São Cristóvão	2345,48	44	3	02/12/05	02/12/05
MG Buritis	PA Cristo Redentor	2002,53	61	3	18/07/02	28/04/06
MG Buritis	PA Luz da Esperança	1044,25	19	3	12/06/06	12/06/06
MG Buritis	PA Cristo Rei	509,7	19	3	04/07/06	04/07/06
MG Arinos	PA Paulo Freire	4831,83	40	3	19/10/06	25/04/07
MG Uruana de Minas	PA Elias Alves Cambaúba	1532,28	123	3	29/11/06	11/09/07

MG Uruana de Minas	PA Oziel Alves II	541,51	12	3	03/11/10	03/11/10
MG Unaí	Tamboril	1529,60	24	3	03/11/10	03/11/10
MG Uruana de Minas	PA Oziel Alves I	853,48	40	3	16/12/10	16/12/10
MG Buritis	PA Antônio Conselheiro	448,98	16	3	29/12/10	29/12/10
MG Unaí	PA Florestan Fernandes	1584,14	72	3	31/03/11	31/03/11

ANEXO III Roteiro utilizado para entrevista Semi- Estruturada**Nome:****Idade:****Data e local da entrevista:**

- Fale um pouco de sua vida (trajetória, onde nasceu etc.)
- Como entrou no MST? Quando foi acampar e onde?
- Participava no acampamento de alguma tarefa (coordenação de núcleo, setor etc.)?
- Participa das atividades que o MST desenvolve (marchas, ocupações, trabalho de base nas periferias, e/ou em acampamentos, cursos de formação)?
- Experiência anterior: antes de acampar desempenhou alguma atividade em outra organização/sindicato/igreja?
- Experiências atuais? Qual a sua participação hoje nas atividades do MST.
- Como funciona o núcleo de base aqui no assentamento? (pautas, questões discutidas, dá resultado, é bom participar ou não, por que?)
- Quando surgem algum problema aqui no assentamento, como vocês fazem para resolver?
- O que é reforma agrária para você? (que situações você pode apontar, exemplo)
- O que mais mudou na sua vida depois que veio para o assentamento?
- O que precisa mudar?
- Como é organizado o trabalho e a produção no assentamento? E na família/lote?
- Como foram/são tomadas essas decisões?
- É feito um planejamento do trabalho e do que vai ser produzido (no lote e nas áreas coletivas)?
- Você acha importante que se produza na área coletiva do assentamento, por que, e para quê?
- Quanto ao trabalho da família no lote, você considera que é possível sobreviver dele?
- Qual as diferenças que você vê em relação ao trabalho aqui no assentamento e fora?
- Quais as principais dificuldades enfrentadas no trabalho aqui no assentamento;
- Você acha importante que tivesse uma escola aqui no assentamento? Por que?
- Onde mais se aprende além da escola?